

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**LITERATURA PORTUGUESA DE RESISTÊNCIA:  
A MULHER, A GUERRA E O INTELLECTUAL COMO ARMAS DE  
LUTA CONTRA O SALAZARISMO.**

**MARIA ANTONIA DIAS MARTINS**

**São Paulo**

**2006**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**LITERATURA PORTUGUESA DE RESISTÊNCIA:  
A MULHER, A GUERRA E O INTELLECTUAL COMO ARMAS DE  
LUTA CONTRA O SALAZARISMO**

**MARIA ANTONIA DIAS MARTINS**

**Dissertação apresentada ao programa de  
Pós-Graduação em História Social, do  
Departamento de História da Faculdade  
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
da Universidade de São Paulo, para  
obtenção do título de Mestre em História.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato**

**São Paulo**

**2006**

**Ao Paulinho.**

## **Agradecimentos**

Ao Carlos e Pedro Henrique, por terem dividido espaços e atenções com portugueses, mulheres, guerra colonial, escritores, sem oferecerem resistência;

Aos meus pais, que me apoiaram sem nada cobrarem;

Ao Manoel e à Gisele que sempre deram atenção e carinho ao Pedro, principalmente nos momentos finais desta dissertação;

À Gláucia, a melhor irmã que a vida poderia ter me dado;

Ao Álvaro, companheiro constante de todas as lutas e sonhos;

À Meg, companheira de estrada e de incertezas;

À Profa. Dra. Maria Helena R. Capelato, mestra generosa cujas críticas, sorrisos, indicações, carinho e dedicação foram fundamentais nesta empreitada;

À CAPES, que pela concessão de bolsa de estudo, tornou possível a realização deste trabalho.

**Literatura Portuguesa de Resistência:  
a mulher, a guerra e o intelectual como armas de luta contra o  
salazarismo.**

**Título da Pesquisa:** Literatura de resistência portuguesa: a mulher, a guerra e o intelectual como armas de luta contra o salazarismo.

**Resumo:** O trabalho aborda a literatura portuguesa de resistência à ditadura imposta pelo Estado Novo português no que se refere aos temas relacionados à condição da mulher portuguesa, à guerra colonial e ao escritor militante. O período estudado se estende de 1968 à 1974 – governo Marcelo Caetano – marcado por crescente insatisfação popular que resultou na Revolução dos Cravos.

As obras analisadas são: “*Novas Cartas portuguesas*”, escrita por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, publicada em 1972 que trata da questão feminina; “*O capitão Nemo e eu*”, de Álvaro Guerra, publicado em 1973, que retrata lembranças da guerra na Guiné de um ex-soldado português e “*Contos da Solidão*” de Urbano Tavares Rodrigues, publicado em 1970, livro escrito quando o autor encontrava-se preso acusado de conspirar contra o governo.

Estas obras foram selecionadas por exprimirem sentimentos e percepções considerados significativos para a compreensão do ambiente pré-revolucionário português.

Palavras-Chave: Salazarismo, Literatura, Condição Feminina Portuguesa, Guerra Colonial, Portugal.

**Title of the Research:** Portuguese literature of resistance: the woman, the war and the intellectual like arms to fight against Salazarismo.

**Abstract:** This study deals with the Portuguese literature of resistance against the dictatorship imposed by the Portuguese New State, referring to the topics related to Portuguese woman status, to colonial war and to the militant writer. The studied period lasts from 1968 to 1974 – Marcelo Caetano administration – which was marked by increasing popular dissatisfaction until the coming out of the movement which resulted in the Revolução dos Cravos.

The analyzed works were: “*Novas Cartas portuguesas*”, written by Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta and Maria Velho da Costa, published in 1972, which deals with the feminine matter; “*O capitão Nemo e eu*”, by Álvaro Guerra, published in 1973, which portrays memories of the war in Guinea of a Portuguese ex-soldier and “*Contos da Solidão*”, by Urbano Tavares Rodrigues, published in 1970 and written when the writer was imprisoned accused of conspiring against the government.

These works were selected because they express the feelings and perceptions that are considered significant to the understanding of the Portuguese pre-revolutionary environment.

**Key Words:** Salazarismo, Literature of Resistance, Colonial War, Portuguese Woman Status, Portugal.

**ÍNDICE:**

<b>Introdução.....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo I: Prisão e Literatura – <i>Contos da Solidão</i>.....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo II: A mulher e seus múltiplos no livro <i>Novas Cartas Portuguesas</i>....</b>	<b>53</b>
<b>Capítulo III: <i>Capitão Nemo e Eu: A Guerra Colonial</i>.....</b>	<b>87</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>122</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>125</b>

## INTRODUÇÃO

A Revolução dos Cravos em Portugal encerrou uma das ditaduras mais longas da história. Esta ditadura havia começado em 1926 com a Revolução que derrubou a Primeira República portuguesa e teve continuidade com o Estado Novo, ancorado na figura do homem forte Antônio de Oliveira Salazar, substituído em 1968 por Marcelo Caetano, que manteve a mesma estrutura política econômica e social do salazarismo.

O Estado Novo português caracterizou-se pelo autoritarismo político e pela intervenção estatal na economia. Embora influenciado por idéias fascistas, sobreviveu à queda destes regimes europeus no final da Segunda Grande Guerra.

A política econômica adotada por Salazar privilegiava uma postura antiliberal, de natureza isolacionista e ruralista. A industrialização era rejeitada pois era vista como causadora de problemas laborais e de classe. Dessa forma a tradição camponesa e rural foi privilegiada, justificando a permanência da maior parte da população ligada à agricultura. Enquanto os outros países europeus (exceto Espanha e Grécia) estavam em uma fase de adiantada industrialização, Portugal ainda registrava uma forte dependência agrícola. Segundo Perry Anderson, em 1950 a agricultura portuguesa absorvia 50% da mão-de-obra, a indústria 24% e o setor de serviços os restantes 26%. Para melhor visualização dessa fraca industrialização portuguesa podemos tomar a Holanda como exemplo que em 1957 contava com 19% da sua mão-de-obra na agricultura, 30% na indústria e 41% no setor de serviços.

Paralelamente a esse aspecto ruralista da política econômica salazarista uma nova relação foi estabelecida entre Portugal e suas colônias através do “Ato Colonial” de 1930, que substituiu a política republicana em três aspectos principais. Segundo Claudia Castelo a “*autonomia administrativa é substituída pela centralização; a abertura ao capital estrangeiro cede lugar à nacionalização; o desenvolvimento autónomo é preterido em favor da integração económica imperial. A nova política repõe o equilíbrio orçamental nas colónias, em prejuízo do fomento, beneficiando especialmente os interesses metropolitanos*” (Castelo, 1999, p 46).

Esta “fase imperial” da política colonial do Estado Novo ficou em vigor até 1951, quando foi revisto o Ato Colonial. Para alguns autores as mudanças trazidas com essa revisão ficaram restritas, basicamente, às terminologias utilizadas: as palavras colônia, colonial, império e imperial, foram substituídas por província, ultramar e



ultramarino: “*Mera operação cosmética, que não foi acompanhada por uma série consistente de reformas sociais e jurídico-políticas ...*” (Silva e Garcia, 1995, pp 379). Estas mudanças tinham a finalidade de acalmar as pressões internacionais sobre Portugal para que concedesse a independência de suas colônias, que foram intensificadas a partir do término da Segunda guerra mundial.

Este quadro que caracterizava Portugal como uma sociedade ruralista e com baixos índices de desenvolvimento econômico e social sofreu significativa alteração a partir da segunda metade do século XX.

Neste período, o setor secundário ultrapassou o setor primário, apresentando ainda uma taxa de crescimento anual de 10,7% ao ano, passando a determinar a evolução global da economia.

Existem alguns fatores que ajudam a explicar este crescimento econômico<sup>1</sup>, que possibilitou a encurtar a distância que separava Portugal dos países mais desenvolvidos. Em primeiro lugar a ajuda americana pelo chamado Plano Marshall em 1947. Como Portugal não havia sofrido destruições de guerra e não se defrontava com problemas sérios de pagamentos externos, a ajuda Marshall foi pequena. O governo português obteve do governo americano cinco empréstimos que chegavam a 54 milhões de dólares. Aproximadamente 40 milhões foram investidos e gastos em Portugal, algo perto de 14 milhões foi destinado a Moçambique. (Mata e Valério, 1994:200-213).

As remessas de emigrantes e as receitas resultantes dos gastos de turistas estrangeiros em Portugal também são fundamentais para esse desenvolvimento econômico. Essas receitas ajudaram no equilíbrio da balança de transações correntes, gerando uma estabilidade monetária, mantida durante toda a década de cinquenta. (idem)

Deve-se ressaltar que apesar do crescimento econômico não houve um crescimento da oferta de empregos. Nesse sentido, a emigração funcionou como válvula de escape, no período de 1960 a 1973, como também a integração de parte da população economicamente ativa no serviço militar para as guerras coloniais. (Carvalho da Silva, 1999:162).

---

<sup>1</sup> Esse crescimento econômico vivido por Portugal não está desassociado do restante do mundo. Segundo Eric Hobsbawn este foi um período chamado de “Anos Dourados”: “*Entre 1950 e 1973, os EUA cresceram mais devagar que qualquer outro país, com exceção da Grã-Bretanha e, o que é mais a propósito, seu crescimento não foi maior que nos mais dinâmicos períodos anteriores de seu desenvolvimento. Em todos os demais países industriais, incluindo até a lerda Grã-Bretanha, a Era de Ouro bateu todos os recordes anteriores (...)*” (Hobsbawn, 1996:254).

Paralelamente a este desenvolvimento econômico e social, a sociedade portuguesa conviveu com um regime político baseado na repressão às manifestações contrárias ao governo, bem como a qualquer voz dissonante do pensamento dominante que orientava o regime salazarista. Maxwell afirma que *“O regime de Salazar era também dotado de fortes meios de repressão. A polícia política espalhava a sua influência insidiosa por todo o país, por meio de uma rede de colaboradores e espiões. Poucos recursos havia contra suas pressões. Com o perigo à espreita em cada conversa política, as pessoas tornaram-se esquivas, desconfiadas e silenciosas...Evitando excessos públicos ou escondendo-os habilmente de olhares estrangeiros, Salazar criou um clima de terror ‘moderado’ que era implacável, vigilante e devastadoramente eficaz”*. (Maxwell, 1999, p.31).

Uma das faces da repressão portuguesa era a censura, que tinha como função atuar de forma “preventiva”. A censura foi instituída em 1926 na imprensa periódica, e foi mantida durante toda a ditadura salazarista, sendo abolida só no final do regime. Da imprensa periódica ela se estendeu aos outros meios de comunicação como o rádio, televisão, teatro e cinema, de forma que nenhuma palavra ou imagem podia ser publicada, pronunciada ou difundida sem autorização prévia. Os assuntos visados não se limitavam apenas aos políticos ou militares, mas também morais e religiosos, normas de conduta e toda e qualquer notícia capaz de influenciar a população num sentido considerado perigoso pelas autoridades.

Curiosamente, essa censura preventiva não atingia os livros, que eram publicados sem uma autorização prévia, porém se fossem considerados perigosos ou perturbadores poderiam ser retirados do mercado por ordem das autoridades.

Em 1968 Antônio Salazar sofreu um acidente cerebral que o afastou da vida pública, sendo substituído por Marcelo Caetano que conduziu até 1974 o governo do Estado Novo Português. É necessário esclarecer a estrutura formal do poder executivo em vigor após a revolução de 1926: O chefe do Estado era representado pelo Presidente da República, eleito por um mandato de sete anos, por meio de um sufrágio censitário, mas direto até 1958. O chefe do governo era o Presidente do Conselho, nomeado e passível de ser exonerado pelo Presidente da República, mas que não podia ser afastado pelo Parlamento. Desde 1928 o Presidente do Conselho era o professor Antônio Oliveira Salazar, que transformou esta idéia de um Executivo bicéfalo, em ditadura de Governo e posteriormente em uma ditadura pessoal do Presidente do Conselho.

A política desenvolvida por Marcelo Caetano, no início do seu mandato, pode ser classificada como cautelosa. Por um lado, propiciou uma relativa “abertura” política, autorizando, por exemplo, a volta do exílio de um conhecido opositor do governo, como Mário Soares e também moderou a censura, permitindo, dessa forma, que nos lugares públicos a liberdade de expressão fosse experimentada, com menos receio. Por outro lado, manteve a estrutura do “Estado Novo”, conservando ministros nomeados por Salazar, mandando tropas portuguesas a lutarem na África, mantendo a proibição de partidos políticos. Segundo A. H. de Oliveira Marques na verdade, nada de essencial mudara, dois anos após a queda de Salazar. (Marques, 1996: 641).

Essa substituição de Salazar e as primeiras medidas governamentais de Marcelo Caetano despertaram na população uma esperança de mudança da política que regia a vida do país. Este sentimento acabou sendo traduzido em ações e manifestações contrárias ao governo, que foram duramente reprimidas por Marcelo Caetano.

Mesmo com repressões e cerceamento às liberdades individuais o governo de Marcelo Caetano não conseguiu impedir que em 25 de Abril um golpe perpetrado por alguns militares colocasse fim a uma das ditaduras mais longas do século XX.

A maneira inesperada com que o Movimento das Forças Armadas obteve sucesso no objetivo de derrubar o salazarismo, chocou o mundo. Em um dia o MFA conseguiu derrubar uma ditadura que durava mais de quatro décadas.<sup>2</sup>

Esse sucesso na derrubada do regime salazarista só foi possível porque os militares rebeldes encontraram respaldo na sociedade portuguesa, que tão logo foi acordada pelos revoltosos, tomou para si as reivindicações do Movimento das Forças Armadas e saiu para as ruas exigindo liberdade, democracia e justiça.

O desejo de ver Portugal livre da ditadura não era exclusivo dos militares: ele era compartilhado pela maior parte da população portuguesa que esperou durante muito tempo pela mudança do país.

Esse contexto social, marcado por conflitos travados entre os que desejavam mudanças e os adeptos da continuidade, acabou afetando a produção cultural. Parte dela passou a refletir esse estado de ânimo particularmente refletido na literatura portuguesa.

---

<sup>2</sup> Segundo Kenneth Maxwell, Cord Meyer, chefe da delegação da CIA em Londres teria dito: “*Quando aconteceu a revolução em Portugal, os EUA tinham saído para almoçar; fomos completamente surpreendidos*”. (Esta frase foi dita pois quando aconteceu o golpe em Portugal o embaixador dos EUA em Lisboa, Stuart Nash Scott, encontrava-se nos Açores visitando a base americana. Como o aeroporto de Lisboa tinha sido fechado, Scott decidiu ir a Boston participar de uma reunião de antigos alunos da Faculdade de direito de Harvard. Este fato é revelador do quão inesperado era o golpe e bem como sua extensão.) (Maxwell, 1999:85)

Nesse período, surge uma corrente literária que se vale do “experimentalismo da forma” para problematizar a história, o homem e o seu “estar no mundo”. Uma nova estética foi usada na desmontagem de toda uma maneira fossilizada de pensar, de viver e de se comunicar. Sabemos que o escritor, ao manipular sua ferramenta – a palavra – busca re-inventar sentidos, transgredindo formas e significantes para produzir novos significados.

Em 1966, Eduardo Lourenço<sup>3</sup> escreveu sobre essa “Nova literatura”:

*“Com lentidão, mas com constância, a imaginação e a sensibilidade profunda de gerações sucessivas impregnou-se do vocabulário, da melancolia destruidora, do tumulto, da raiva lúcida, da sua inconformidade radical com o farafésimo da cultura e da vida. O resultado é esta prevista-imprevista torrente de prosa nova, sem frio na alma, livre até da obsessão da liberdade, supremamente desenvolva (...)”* (Lourenço, 1994:260)

A literatura se apresenta assim como um campo no qual ocorre a interpenetração de fenômenos sócio-históricos, que tiveram como desfecho a Revolução dos Cravos. Este episódio, que tanto marcou a história da segunda metade do século XX, é interpretado por alguns autores como o último episódio da onda revolucionária que varreu a Europa a partir de 1968 (Coggiola, 1995, pp 45). As mudanças captadas e expressas na literatura traduziram formas especiais de observar, compreender e interagir da sociedade em relação aos acontecimentos europeus do período.

A confluência entre os aspectos externos e a composição da literatura é um importante ponto de partida para o estudo de qualquer obra literária. Sobre este ponto Antônio Cândido afirma que: *“(...) quando estamos no terreno da crítica literária somos levados a analisar a intimidade das obras, e o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma estrutura peculiar. Tomando o fator social, procuraríamos determinar se ele fornece apenas matéria (ambiente, costumes, traços grupais, idéias), que serve de veículo para conduzir a corrente criadora; ou se, além disso, é elemento que atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte”* (Antônio Cândido, 1976: 05).

---

<sup>3</sup> Eduardo Lourenço importante ensaísta e crítico literário português. Durante a vigência do Estado Novo português viveu na França. Ele escreveu: *Mitologia da Saudade* ( Companhia das Letras,1999) *A Nau de Ícaro e Imagem e miragem da Lusofonia* (Companhia das Letras, 2001)

Dessa forma a arte literária traz em si as condições do momento em que foi criada, quer seja como forma de condução da trama ou como elemento central do próprio enredo.

Cabe ressaltar que a forma como a literatura se apropria do contexto social e político de seu tempo não pode ser encarada como “espelho” ou decalque da realidade. A literatura não é um simples reflexo, pois seria impossível congelar as distensões de um tempo em uma obra fechada. Por isso o historiador ao utilizar a literatura como fonte de análise de um determinado período histórico deve levar em consideração que a relação do texto com o real constrói-se segundo delimitações intelectuais próprias de cada época. Segundo Roger Chartier, este tipo de relação leva, antes de mais, a não tratar as ficções como simples documentos, reflexos realistas de uma realidade histórica, mas a atender à sua especificidade enquanto texto situado relativamente a outros textos e cujas regras de organização, como elaboração formal, tem em vista produzir mais do que mera descrição (Chartier, 1990:63) .

Assim o texto literário deve ser abordado dentro de sua especificidade levando em consideração a multiplicidade de expressões, valores, referências e visões existentes simultaneamente a obra analisada.

Dentro dessa perspectiva de interpenetração entre História e Literatura é que se direciona este estudo<sup>4</sup>. O objetivo deste trabalho é estudar a literatura como um instrumento de resistência ao Estado Novo português, principalmente no seu último período, ou seja, de 1968 a 1974, quando Marcelo Caetano esteve à frente do governo<sup>5</sup>.

De acordo com o *Dicionário de Política* o termo resistência, na linguagem histórico-política, em sentido estrito, se refere a todos os movimentos ou diferentes

---

<sup>4</sup> Dentre as visões dos historiadores sobre a literatura há a contribuição do Prof. Júlio Pimentel Pinto, o qual apresenta a ficção e a história como paralelas, mas com compromissos distintos. Para ele a realidade e a ficção se tocam, mas nunca consomem esta aproximação. O elemento articulador entre as duas disciplinas estaria na leitura, cabendo ao leitor atribuir-lhe o valor.

A participação, como monitora do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE); no curso ministrado pelo Prof. Júlio Pimentel Pinto, *História da América Independente II*, oferecido para os alunos de graduação do curso de História, na FFLCH, em 2004; contribuiu muito para a minha reflexão sobre a relação entre história e literatura, proporcionando uma melhor percepção das similitudes e das dissonâncias entre os discursos ficcionais e historiográficos.

<sup>5</sup> Este trabalho se insere na linha de estudos da chamada “história do tempo presente”. Esta linha de pesquisa, que ainda causa polêmica, muito se desenvolveu graças aos trabalhos dos historiadores que fazem parte do Institut d’histoire du temps présent, ligado ao CNRS e sediado em Paris. Para acompanhar as discussões desse grupo nos valem de uma publicação, fruto de um encontro organizado para debater esta problemática, organizada por Denis Peschanski, Michael Pollak e Henry Rousso, intitulada *Histoire politique et Sciences Sociales*. Na Introdução desse livro, cujo título é “Les temps présent, une démarche historique à l’épreuve des sciences sociales”, encontramos as principais coordenadas de análise que orientam o trabalho do grupo.

formas de oposição ativa e passiva que se deram na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, contra a ocupação alemã e italiana. Do ponto de vista lexical, trata-se mais de uma reação que de uma ação, de uma defesa que de uma ofensiva, de uma oposição que de uma revolução. Por isso, a “Resistência européia”, embora apresente diferenças, segundo os países e a história de cada um, mostra algumas características comuns: trata-se, antes de tudo, de uma luta patriótica pela libertação nacional, contra o invasor e também a defesa da dignidade do homem contra o totalitarismo.(Bobbio et alii, 1983)

Com base nessa definição, o termo resistência está sendo usado neste trabalho como toda forma de oposição ativa ou passiva, que tem como características comuns: a luta contra a opressão, contra a desigualdade, contra a censura, contra a falta de liberdade, pela autonomia dos povos e pela democracia<sup>6</sup>.

A base da ideologia salazarista era Deus, Pátria, família e autoridade. Portanto pretendemos neste estudo focar a oposição feita pela literatura portuguesa, tendo como base o questionamento dessa ideologia e a proposição de novos valores e comportamentos. Com o intuito de entender como as críticas e novas perspectivas se expressam através da literatura enfocamos três obras: *Novas Cartas Portuguesas*, escrita por Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta; *O Capitão Nemo e Eu* de Álvaro Guerra e *Contos da Solidão* de Urbano Tavares Rodrigues.

A escolha destas obras foi pautada pela importância dos temas abordados como também pela *experiência* vivida pelos autores no que tange ao tema proposto.

O livro *Contos da Solidão*, de Urbano Tavares Rodrigues, publicado em 1970, foi escrito clandestinamente, pelo autor, no tempo em que ele esteve preso. Urbano Tavares Rodrigues é um escritor que se afirmou como voz dissonante do regime ditatorial português. Além de sua literatura procurar alimentar, na sociedade, a indignação e o inconformismo em relação às práticas exercidas pelo regime, incitando à desobediência e resistência, ele também militava em grupos como Ação Patriótica e Movimento da Ação revolucionária, que exercia uma prática política voltada, principalmente para ajuda dos que precisavam sair clandestinamente do país e necessitavam de documentos falsos.

A análise deste livro, apresentada no capítulo I, pretende mostrar como o autor procura estimular a resistência ao sistema político vigente, através das narrativas em que

---

<sup>6</sup> Os autores que se dedicam à questão da resistência cultural em diferentes situações históricas se dão conta de que o conceito – resistência – carece de uma melhor análise conceitual. No que se refere a esta investigação nos limitamos a utilizar o conceito de resistência no sentido de resistência política.

denuncia os problemas sociais existentes na sociedade lusitana, apontando a fraternidade social como único caminho viável à felicidade humana. Este livro também aborda a situação do preso político, bem como as angústias, incertezas e certezas de quem luta por uma sociedade melhor.

O capítulo II analisa o livro *Novas Cartas Portuguesas* cujas autoras, chamadas de “as “Três Marias””, discutem a condição da mulher portuguesa. Este livro, publicado em 1972 foi recolhido pela censura três dias após sua publicação, sob alegação de que atentava contra a moral. As autoras responderam processo-crime, sendo absolvidas no julgamento que ocorreu depois do 25 de Abril.

Neste livro as autoras abordam a condição de opressão da mulher portuguesa sob diversos aspectos: familiar, educacional, trabalhista, assim como no relacionamento amoroso e sexual. A obra sugere que a mudança em relação à condição feminina seria capaz de revolucionar a sociedade. Nesta perspectiva, o modelo de repressão da mulher estava na base da repressão a que estava sujeita a sociedade como um todo. Portanto a libertação feminina significava a libertação da sociedade.

O capítulo III contém a análise da obra *O Capitão Nemo e eu* de Álvaro Guerra. A pátria portuguesa, para a ideologia salazarista, se estendia do Minho ao Timor. Mas com a eclosão das guerras coloniais, a partir de 1961, esta certeza foi posta em dúvida. Por este motivo o conflito procurou ser ocultado pelo governo do Estado Novo, que censurava qualquer referência ao episódio. Isto explica porque a única obra, escrita por um ex-combatente, que aborda a guerra colonial durante a vigência do marcelismo é a que elegemos como objeto de estudo.

O autor, um ex-soldado na guerra da Guiné, reconstitui sua experiência de vida neste livro que narra alguns momentos dramáticos da guerra colonial. O autor questiona a permanência dos portugueses no continente africano.

Como se percebe os temas tratados nas obras aqui analisadas são bastante diferentes entre si. Mas eles abordam problemáticas para as quais o regime não acenava com nenhuma possibilidade de mudança, ao contrário, permanecia refratário a qualquer alteração relativa a estas questões.

A guerra colonial, por exemplo, que se arrastou por treze anos, era assunto proibido, e só podia ser tratada pelos órgãos oficiais que emitiam opiniões a favor da permanência portuguesa na África. Como este conflito foi uma das principais razões para que setores do exército desencadeassem a Revolução dos Cravos, consideramos importante analisar o germe deste descontentamento. Partindo do ponto de vista

individual, a narrativa é abordada na primeira pessoa e procura expressar a experiência de vida do autor.

Porém, a guerra colonial não era o único ponto vulnerável do regime autoritário português. No que se refere à moral, a questão da família e, no interior dela, o papel da mulher, representava a expressão mais acabada do tradicionalismo lusitano. A eclosão do movimento feminista a partir de 1968 pôs em xeque esse tradicionalismo. Por isso representou um ataque às bases do governo ao qual ele revidou com a prisão das autoras. Por isso a obra das “Três Marias” *Novas Cartas Portuguesas* causou um escândalo que não se restringiu à fronteiras nacionais e acabou fazendo eco aos movimentos feministas do mundo que logo exigiram do governo português um abrandamento das sanções às autoras.

Elas contaram com a solidariedade de outros escritores portugueses, que manifestaram seu apoio, além de se oferecerem como testemunhas de defesa para a instrução do processo-crime. Este apoio da intelectualidade demonstra que havia um sentimento de resistência e oposição ao regime que não estava restrito à condição de classe social, ou de oposição política partidária. A insatisfação era geral e atingia vários setores da sociedade portuguesa e muitas vezes os problemas e interesses se mesclavam.

A participação dos escritores portugueses neste processo de resistência ao regime foi bastante forte e ficava mais evidente quando eram presos. Mas em alguns casos, a prisão inspirava reflexões sobre a sociedade que vivam. Foi o que aconteceu com Urbano Tavares Rodrigues, autor de *Contos da Solidão*.

Os temas abordados nas obras que escolhemos para análise embora sejam diferentes, expressavam preocupações comuns ligadas à situação imposta pela ditadura. Exemplo disso é a participação de Urbano Tavares Rodrigues na abertura de um colóquio realizado em Lisboa em novembro de 1967, em que o assunto ali discutido era a “condição da mulher”.:

*“A luta pelos direitos da mulher trava-se em todo o mundo (hoje que as distâncias da expressão e da presença tanto se reduziram) e nela participam, tal como inúmeros brancos no combate contra a segregação racial, não poucos homens conscientes do que pode significar, para uma maior harmonia e dignificação da existência, a descolonização total da antiga escrava, mascarada de rainha, em vias de franca ascensão e emancipação (...) quer no plano profissional, quer no da vida afetiva e erótica.”* (Rodrigues, 1972:11).



Percebemos por esta fala de Urbano Rodrigues que a emancipação feminina não era um assunto limitado a feministas, ao contrário, os homens conscientes da necessidade de uma dignificação da existência humana também eram defensores desta causa. Nota-se que este autor aborda a problemática africana de forma enviesada, falando da descolonização da mulher, lembra outra luta, a da descolonização a africana. Nesta referência implícita está contida a solidariedade de homens brancos na luta dos negros que buscavam igualdade e autodeterminação.

Porém tratar de todos estes assuntos, escritos por autores diferentes, com linguagem e estilos diferentes, numa fase de “experimentação” da forma pelo qual passava a literatura portuguesa, não é simples.

Uma análise literária deveria focar os quatro elementos que compõem uma obra: o tempo da narrativa, os personagens, o espaço em que se passa o enredo e a trama em si. Como não se trata de um estudo de forma literária procuramos encontrar um eixo de ligação entre as obras que tratam de temáticas diversas. Desta forma, procuramos realizar a análise a partir dos personagens e sua relação com o enredo da obra, que também permite, ainda que de forma indireta, abordar o tempo da narrativa e a sua trama.

As representações são estabelecidas a partir da percepções dos autores, que produzem discursos através dos quais procuram legitimar seus projetos relativos à ordem social estabelecida.

De acordo com Roger Chartier "*As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza*" (Chartier, 1988, p 17).

Pretendemos, analisar estas obras como representações construídas por autores/atores dentro de um conjunto de circunstâncias que caracterizam o período, objetivando esclarecer sua interferência na sociedade em referida. Acreditamos que "*A literatura ajuda na compreensão de uma época histórica, não só por mostrar a percepção do autor, mas também porque, do ponto de vista do leitor, a realidade literária tende a ser internalizada, servindo de referência para as ações do receptor. Neste sentido a literatura pode ser entendida como produtora de representações que orientam práticas.*" (Capelato, 1998:174)

O trabalho do historiador que elege a literatura como fonte de pesquisa é descortinar a realidade ali inserida através de estruturas complexas de representação, que são construídas a partir de classificações, divisões e delimitações.

No caso dos autores aqui trabalhados deve-se considerar que embora falem a partir de experiências vividas, têm uma formação que organiza a percepção desta prática. Esta formação, comum a todos, inclui a vivência em espaços urbanos, nível universitário, acesso a diversos veículos de comunicação, inclusive estrangeiros. Esta formação auxiliou-os numa concepção de mundo modernizadora e progressista, aberta a trocas e mudanças, o que estaria em desacordo com a sociedade salazarista que se assentava no tradicionalismo fundamentado numa visão ruralista do mundo.

Ao tomarmos uma obra literária como fonte de pesquisa histórica pretendemos compreender o papel do seu autor. A ficção traz em si uma expressão do autor como sujeito histórico e de sua versão sobre o tempo vivido. Essa versão se constrói a partir da apreensão do mundo exterior que ele interioriza das estruturas sociais que o cercam.

Para a melhor compreensão do que acabamos de expor, devo introduzir o conceito de *habitus* formulado por Bourdieu

*“ O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como “escolhas” da “vocaçãõ”, e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não é outra coisa senão o habitus, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas (...) tende a produzir práticas, e por esta via, carreias objetivamente ajustadas às estruturas objetivas.”* (Bourdieu, 2005:202).

Nesta perspectiva a obra literária deve ser analisada como produto de uma leitura, uma construção do escritor, considerando a historicidade da sua produção e a intencionalidade de sua escrita. Ao dar forma a sua “leitura” do mundo, o autor está construindo uma representação do mesmo.

Esta representação é construída a partir das estruturas mentais interiorizadas pelo autor, adquiridas do ambiente que o formou, que constituem seu *habitus*. Neste processo de apreensão do mundo o autor utiliza seu *habitus* no sentido de estruturar e organizar as informações que retira do seu ambiente, porém ele tem a liberdade de devolver isso de forma diferenciada ao mundo exterior, num processo estruturante.

No caso das obras analisadas neste trabalho percebemos a ação dos autores no sentido de que a partir da conjunção entre *habitus* e a situação vivida se institui uma prática no campo literário.

Os autores expressam sua vivência no mundo, a literatura aqui analisada deve ser entendida como produto de um momento histórico em que, sobretudo no contexto europeu – exigência de mudanças em diferentes níveis.

Olgaria Matos, ao analisar o contexto europeu de 1968 afirma:

*“O ano de 1968 foi o marco da Grande recusa: recusa dos partidos oficiais, do marxismo burocratizado e do mundo venal, recusa e exigência de transformação de valores: quando a revolta acontece em sociedades “ prósperas” e “democráticas”, ela significa uma recusa moral(...)”* (Matos, 1981:26)

Esta *Grande Recusa* de certa forma retoma uma idéia própria do pensamento anarquista, ao se negar a participar do jogo político instituído pela representação burguesa ou pela burocracia partidária.

A revolta de Maio tem sentido igualitário: refuta qualquer idéia de hierarquia, seja no trabalho, na família, na academia, da cultura, etc. Ao mesmo tempo prega autogestão da própria vida, no sentido de que o indivíduo deve se reapropriar do seu tempo, da sua linguagem e da sua sexualidade.

Os movimentos desencadeados pela juventude, nesse momento colocou em discussão uma sociedade que se pensava orgânica e sem fissuras, e ao mesmo tempo mostrou que uma revolução não nasce apenas sob o efeito de um conflito interno entre opressores e oprimidos.

Régis Debray em *Modeste Contribution aux discours et cérémonies officielles du dixième anniversaire, Mai 1968*, afirma que se *Mai de 1968* não foi uma ruptura bruta com o passado francês, assegurou à França uma passagem tranqüila para as margens mais cosmopolitas da modernidade. (Apud, Bernard, Jean-Pierre 1987:696)

Embora Portugal não tenha tido um movimento nos moldes do francês, recebeu influências deste e suas repercussões em vários campos da cultura, especialmente na literatura, trouxeram para o interior da sociedade lusitana os mesmos desejos revolucionários próprios da rebelião juvenil francesa.

Consideramos que a corrente literária na qual se inserem as obras que analisamos, antecipou o “cosmopolitismo” de Portugal. Principalmente na obra das “Três Marias” que discute a questão feminina, encontramos o eco dos “novos tempos”. O cosmopolitismo também está presente, por outros caminhos, no livro de Álvaro Guerra que discute a identidade portuguesa inserida num contexto europeu e o rompimento com uma tradição secular de mentalidade colonialista. Urbano Tavares Rodrigues, no livro que escreveu na prisão, insurge contra a autoridade e o

autoritarismo, apontando a fraternidade social como caminhos para as mudanças desejadas.

Os autores aqui analisados, ao mesmo tempo em que viam o mundo sofrer drásticas transformações, viviam num país em que tais discussões eram impossibilitadas pela censura de um Estado repressor. Esta contradição acentua a importância deles como atores num contexto de ruptura com o passado, possível apenas no campo das letras.

Os escritores desempenharam um papel relevante frente à ditadura salazarista. A respeito do posicionamento político-social dessa categoria, Joaquim Barradas de Carvalho escreveu: “...*E entre muitas outras razões temos o fato de que os escritores portugueses do nosso tempo conseguiram – apesar do salazarismo, apesar da repressão brutal, apesar da política obscurantista – ganhar a simpatia, a solidariedade, a admiração do mundo, pelo valor, pelo nível da sua produção e também por “algo mais” e que no fundo está ligado, estreitamente ligado, a este nível, a este valor, da produção literária, que é a sua grande e insofismável coragem cívica*” (Carvalho, **Portugal Democrático**, nº 106 de maio de 1966)

É interessante observar o papel que os próprios escritores consideravam que a literatura deveria desempenhar naquele momento:

*“Pois a verdade é que, sobretudo num meio como o nosso, em que o campo de acção da Ciência é tão restrito e insuficiente, são ainda os escritores os grandes observadores e pensadores que lançam os seus olhares inquietos e preocupados sobre todos os domínios da problemática humana.”* (Nunes, 1972:62)

Procuraremos mostrar como os escritores desempenharam a missão de serem perscrutadores da sociedade portuguesa. Citando um autor português, João Camilo Santos, podemos dizer que essas obras literárias não eram puros objetos estéticos, eram também a relação problemática do indivíduo com a linguagem, com os outros e com a História. (Santos in Costa Pinto s/d)

## CAPÍTULO I

### PRISÃO E LITERATURA – CONTOS DA SOLIDÃO.

Onde está, na cidade extática,  
no charco dos sonhos, na  
sarabanda das pessoas que se  
cruzam(...) o mistério  
profundo da liberdade?  
U.T.R – Contos da Solidão.

Há várias formas de luta, de desobediência, de protesto contra um governo ditatorial. Alguns escolhem para este fim a luta armada, outros fazem de sua profissão uma “arma” política. É o caso dos escritores portugueses que resolveram lutar contra a ditadura Salazarista e Marcelista, usando na luta a habilidade com a palavra capaz de provocar sentimentos e questionamentos.

Para estes escritores, escrever não era apenas o exercício de um ofício, mas principalmente, uma forma de intervenção e contestação no contexto social e político em que viviam. Escrever significava, portanto, além de denunciar as mazelas do sistema sócio-político, perscrutar uma nova ordem a ser perseguida.

Em alguns casos, o escritor, além do verbo, se caracterizava pela militância política, praticando a subversão para além da escrita, ou seja, com atos como sabotagens, filiações a entidades clandestinas, incitamento popular, etc. Lutando contra o regime em todas as frentes, estes escritores iam abrindo caminho para a sua destruição. É claro que sofriam os reveses nessa luta e uma das possíveis conseqüências era a prisão.

Este foi o caso do escritor Urbano Tavares Rodrigues<sup>7</sup> que em 1968 ficou preso, por seis meses, em uma cela da prisão de Caxias, para onde fora levado pelos agentes

---

<sup>7</sup> Nascido em Lisboa em 1923, **Urbano Augusto Tavares Rodrigues** passou a infância no Alentejo, perto de Moura. Ficcionista, investigador e crítico literário, licenciou-se em Letras com uma tese intitulada *Manuel Teixeira Gomes – Introdução à sua obra* (1950). A ficção de Urbano Tavares Rodrigues tem como característica principal a tomada de consciência do indivíduo face a si mesmo e aos outros. O autor considera que, numa primeira fase, a sua obra foi influenciada pelo existencialismo francês da década de 50; mais tarde, na seqüência da sua detenção no forte de Caxias, durante o regime ditatorial, passou a

da polícia política (PIDE)<sup>8</sup>. A acusação que pesava contra ele era a de ter conspirado contra o Estado Novo português<sup>9</sup>.

Na prisão, o autor escreveu clandestinamente o livro *Contos da Solidão*, publicado em 1970. Esta obra, que é uma reunião de dezesseis contos, permitiu ao autor abordar questões existenciais como a angústia, a solidão, e sociais sintetizada na busca da fraternidade pela ação social. Esses temas estão relacionados com a sua experiência de vida na circunstância que determinou sua prisão.

Apesar das circunstâncias e dos temas tratados pelo autor, o livro não foi censurado e sua circulação foi liberada<sup>10</sup>.

Lygia Fagundes Telles, no prefácio que fez na segunda edição deste livro afirmou que Urbano Tavares Rodrigues, viveu a prisão e a discriminação política, não se acomodou, mas antes, optou em não omitir ou compactuar com o poder estabelecido. A escritora aponta ainda estes contos como dos mais belos já realizados pelo autor: *“Porque esses contos de Urbano Tavares Rodrigues são acima de tudo, contos de amor. Amor sem esperança, com um toque às vezes de ironia, até de sarcasmo, embora, mas sempre o amor de mistura com a incompreensão, com o tédio, com o ódio, com o medo – soma inquietante que se traduz numa única palavra: solidão”*

Esta solidão é aquela vivida pelo isolamento da prisão política, do ostracismo imposto por um regime de opressão e de exceção. Este livro aborda estes sentimentos desencadeados pela prisão, distinguindo-o dos demais livros literários de resistência, pois é a partir do sofrimento que as opções de vida são questionadas. O momento de

---

dedicar-se a uma literatura de resistência, a que se seguiu um novo período, mais otimista, no pós-25 de Abril.(Carvalho, 2000)

<sup>8</sup> PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado, foi criada em 22/10/1946, como um organismo autónomo da Polícia Judiciária. A PIDE sucedeu a PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Essa polícia política que teve como principal função a repressão de qualquer forma de oposição ao Estado Novo, foi extinta por Marcello Caetano, sendo substituída pela Direção-Geral de Segurança (DGS) em 24 de setembro de 1969.

<sup>9</sup> Urbano Tavares Rodrigues esteve preso três vezes. A primeira foi 1960, por ter assinado um programa para a Democratização da República. Nesta prisão ficou alguns dias, sem ter sido maltratado. Depois voltou a ser preso em 1963 e 1968. Em 1963 ficou na prisão do Aljube, sendo transferido para uma cela com outros presos onde permaneceu um mês. Na prisão de 1968 foi torturado, ficando nove dias e nove noites sem dormir.

<sup>10</sup> Este livro recebeu a seguinte apreciação da censura, feita em 01 de julho de 1970: *“Não se pode dizer que este seja um livro muito mau. Bom é que ele não é, quer pelo tom geral de imoralidade que está implícito em muitos contos, quer pela referência a casos de indivíduos que vivem na clandestinidade ou estão na cadeia, por razões políticas (...). Nota-se porém, que Urbano Tavares Rodrigues procurou não se comprometer muito neste livro, abordando os assuntos mais delicados ou de natureza política muito pela rama. Não faz alusão ao Ultramar, nem ao regime, nem ao Governo, nem mesmo à Polícia, salvo quando a esta uma alusão (...) à situação de um preso. Tendo em conta estes factos é de ponderar bem a decisão final a tomar sobre este livro. Em meu entender, talvez, não seja de proibir”* (Azevedo, 1999:547)

sofrimento pode ser extremamente rico quando o escritor transporta para sua escrita seus pensamentos e emoções traduzidas em ações.

Urbano Tavares Rodrigues foi preso em decorrência de sua ação política, que também se refletiu na sua literatura, mas sua obra literária não foi a causa da sua prisão. Outros autores portugueses, no entanto, foram presos por causa de suas obras, como é o caso de José Cardoso Pires<sup>11</sup>.

Em 1952, no dia seguinte ao da publicação do seu livro *Histórias de Amor*<sup>12</sup>, o autor foi conduzido à prisão por dois agentes da PIDE, e lá permaneceu por dois dias. Ao final, fizeram apenas um interrogatório, perguntando-lhe se assumiria a autoria, se era responsável pelo que estava escrito ali, sua moradia e seu nome.

Para José Cardoso Pires, esta prisão denotava um processo através do qual o regime procurava não somente aterrorizar o autor, mas ao mesmo tempo tinha uma função exemplar: procurava inibir uma juventude que estava começando a escrever e publicar seus trabalhos. (Azevedo, 1999:102). Compreende-se que só a censura não bastava, o sistema estava disposto a lançar mão de outras formas repressoras para coibir toda forma de oposição por meio das letras.

A partir destes dois autores pode-se perceber a existência de dois tipos de escritores oposicionistas: de um lado, um escritor que tem na sua literatura reflexos da sua militância política, praticada em grupos clandestinos de oposição, do outro, um autor cuja militância é a sua própria escrita. Nos dois casos verifica-se o uso da literatura para fazer oposição e resistência à ditadura do Estado novo português.

Neste estudo se privilegiará o trabalho literário construído na prisão em decorrência da militância de seu autor, cabe procurar entender a forma como a resistência e oposição ao regime está construída nesta representação literária.

Através desta obra que aborda a experiência da prisão e a fraternidade social, o autor busca uma cumplicidade com o leitor, buscando desperta-lo para a necessidade de

---

<sup>11</sup> Nasceu em 1925, em São João do Peso, concelho de Vila de Rei (Castelo Branco), vindo para Lisboa, ainda criança. Trabalhou como jornalista, chegando a desempenhar já depois do 25 de Abril as funções de diretor-adjunto do jornal Diário de Lisboa. Entre 1969 e 1971 ensinou literatura portuguesa e brasileira no King's College, em Londres, aí voltando em 1978/79 como escritor residente. José Cardoso Pires desenvolveu a sua carreira literária ao longo de quase cinquenta anos. Cultivou vários gêneros, do romance à crônica, do conto à novela, passando pelo ensaio e pelo teatro. Entre várias distinções, o escritor recebeu o Grande Prêmio de Romance e Novela (em 1982, pelo romance *Balada da Praia dos Cães*) e o Prêmio Vida Literária (em 1998) da Associação Portuguesa de Escritores. O escritor faleceu em 1998.

<sup>12</sup> Este livro foi classificado pela censura como “(...)Imoral. Contos de misérias sociais e em que o aspecto sexual se revela indecorosamente. De proibir.” (Azevedo,1997:109)

um posicionamento político que condene o individualismo e se solidarize com as causas coletivas.

## PERSONAGENS

### 1 - PERSONAGENS FEMININOS

As mulheres figuram na obra de Urbano Tavares Rodrigues como personagens de destaque. No caso de *Contos da Solidão* adquire um significado maior, pois é a partir da ação feminina que se constrói a fraternidade e a tomada de consciência social.

Nesta obra a maioria das personagens femininas é ativa e combatente. Personagens como Maria Aurélia ("As janelas da liberdade"), Ada ("A lição da vida estreita"), Joana ("Joana d'Árc"), Lenucha ("Pela borda fora"), Isolina ("A nuvem de fogo") são relevantes porque representam uma mulher carregada de angústias, questionamentos e que, acima de tudo a partir de um determinado ponto revela-se atuante, na luta não só pela igualdade de direitos para homens e mulheres mas também, por uma sociedade melhor.

No primeiro conto *Janelas da Liberdade*, Maria Aurélia, é uma burguesa entediada com a vida fútil que leva. Esta situação de frivolidade, leviandade é agravada pela distância forçada que a mantém longe de seu filho, pois lhe foi tirado o direito de educar a criança. A solução que vê para aliviar seu desespero é dar cabo de sua vida, suicidando-se.

Note-se que este caminho encontrado por Maria Aurélia, o suicídio, é uma das saídas apontadas pelas autoras de *Novas Carta Portuguesas à mulher*, as outras seriam a clausura (do lar) a cela (da prisão ou convento) o hospício. Trataremos dessa obra no próximo capítulo.

Tomada a decisão do suicídio, passa a prepará-lo, escolhendo a data e a maneira como executará o plano. Porém neste meio tempo depara-se com um desconhecido, um jovem chamado André, que aparentemente está fugindo da polícia. Ao pedir-lhe abrigo e proteção, ele mostra a Maria Aurélia um outro lado da vida e da cidade que ela desconhecia. A partir deste encontro, as percepções de realidades diferentes se sobrepõem, e o fugitivo permite que ela tome consciência de que a vida pode ser "levada" de outra forma e as razões pelas quais vale a pena lutar e viver.



Em determinado momento da obra, há um questionamento sobre o que é a liberdade e o seu significado:

(Maria Aurélia) - *"Quer um cigarro? Que é para si a vida? A conservação da pele?"*

(André) - *Acho a liberdade uma coisa muito preciosa para me resignar estupidamente a perdê-la. Até porque só em liberdade é que posso ser útil. Não, a vida para mim não é o medo. A vida não é sequer conservação, é sempre aumento.*

(Maria Aurélia) - *Aumento de quê?*

(André) - *Aumento de nós próprios, da nossa liberdade, que depende precisamente de uma participação cada vez mais activa na vida de todos, em resumo, de uma associação... ou melhor, de uma integração. (...)"* (Rodrigues, s/d: 29).

Este personagem, André, já havia sido preso no Aljube<sup>13</sup>, portanto o autor transfere para o personagem sua experiência do encarceramento, vivida no momento em que escreve este diálogo e que se vê privado da liberdade por imposição de um regime que é intolerante em relação à diversidade de opinião.

Para André, a liberdade significava algo precioso demais para aceitar sua perda, fosse pelo suicídio, ou pela repressão política. É necessário estar em liberdade para mudar, acrescentar, transformar a vida de todos, melhorando a condição do ser humano. Por isto vale a pena lutar, ser preso ou viver perseguido pela polícia. Na realidade tal reflexão leva a uma reafirmação do autor sobre sua opção de participação política. É como se ele estivesse dizendo para si próprio que aquela prisão não era inútil. Estava dentro de um projeto maior, que tem como horizonte a mudança social e política do seu país e a criação de um mundo mais justo no plano internacional.

Em outro momento deste mesmo conto esta concepção de vida é questionada, na tentativa de suicídio de uma militante. O personagem André pede que Maria Aurélia o ajude a prestar socorro a uma amiga que está muito doente. Ele a conduz até a casa da tal amiga e, nesse caminho, Maria Aurélia percebe que o bairro é feio, cheirando a pó, exibindo a pobreza em seus caixotes de lixo espalhados pelas ruas. O leitor é levado a perceber o bairro pelo olhar de Maria Aurélia e a impressão que se tem é que ela nunca havia estado num lugar daqueles, pois pertencia ao outro lado da cidade.

Na locomoção de Maria Aurélia ao lugar onde André e seus companheiros viviam, observa-se a existência de realidades díspares, que não se cruzam naquela

---

<sup>13</sup> Aljube, nome de uma prisão para onde levados os presos políticos. Nesta prisão existiam os "curros" e as celas normais. Os "curros" eram um retângulo estreito, com dois catres alinhados horizontalmente e suspensos da parede por correntes. O preso ficava ali isolado, e no escuro.

sociedade. Esta desigualdade fica explicitada no plano físico e geográfico, principalmente porque esta zona da cidade é invisível para os mais favorecidos economicamente. O autor passa, então, a dar visibilidade a uma parcela da população excluída, que até aquele momento só existia para Maria Aurélia como estatística e notícias de jornal.

A amiga de André, Joaquina, havia tentado o suicídio tomando uma caixa de comprimidos. Não foi suficiente e ela sobreviveu. No entanto, precisava de auxílios porque ainda estava mal e não tinha dinheiro para comprar os remédios. Joaquina havia tentado o suicídio porque o marido estava preso e como foram proibidas as visitas, havia rumores de que estaria morto.

Encontrar a moça naquele estado levou Maria Aurélia a pensar que mesmo os idealistas, ou seja aqueles que têm uma razão para viver, poderiam desejar a morte:

*“Como é que uma pessoa destas, com convicções, desanima, desiste? Afinal somos todos da mesma massa, da mesma fraca substância membranosa e torpe, comprometida com a morte...”* (Rodrigues, 1972:41)

Em um diálogo travado entre os três, Maria Aurélia, André e Joaquina, a opção pelo suicídio aparece para aqueles que têm uma visão de mundo libertadora, num momento de fragilidade, quando a vida que escolheram torna-se mais pesada do que podem suportar:

André: *“Criámo-nos praticamente juntos, na mesma rua; andamos à escola ao mesmo tempo: aprendeu comigo a pensar; o companheiro dela é meu melhor amigo; fomos nós que a formamos, que a fizemos...”*

Maria Aurélia: *“Que a fizeram sofrer!”*

André: *“Sofrer? Sim... E viver. Gosto dela como de uma irmã. Ensinei-a, sim, creio que a ajudei a libertar-se...”*

Maria Aurélia: *“Libertar-se? (...) Linda libertação que a levou a isto!”*

Joaquina: *“Ele tem razão: não agüentei... mas ele tem razão, não me arrependo de nada. E a verdade é que a minha vida se ... enriqueceu, que...”*

(...)

Joaquina: *“Estou desfeita, é verdade, mas tudo valeu a pena. Lutei, vivi... Não cheguei para a vida que escolhi.”* (idem: 42)

A conscientização e a participação política, ao mesmo tempo em que podem libertar, também podem levar ao sofrimento insuportável. A vida sob ameaça e coerção torna-se muitas vezes, mais pesada do que a capacidade do homem de suportá-la. O

autor mostra que um projeto de vida libertador não está livre de sofrimentos. Mas a opção é individual e para o autor Urbano Tavares Rodrigues, era necessário ter liberdade para optar por uma vida digna.

Nestas transcrições do conto pode-se perceber um outro aspecto que cerca esta obra e seu autor: a influência do existencialismo, mais precisamente do pensador Jean Paul Sarte, na perspectiva do filósofo liberdade e engajamento estão intimamente ligados.

Aqui é necessário esclarecer o conceito de liberdade defendido pelo existencialismo sartreano:

*“ Se, com efeito, a existência precede a essência, não será nunca possível referir uma explicação a uma natureza humana dada e imutável; por outras palavras, não há determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade.”* (Sartre:1970: 227)

Esta é um das acepções básicas do existencialismo: “A existência precede a essência”, o que significa uma recusa da concepção tradicional, segundo a qual o homem possui uma essência dada a priori. Segundo a filosofia de Sartre, primeiramente o ser humano surge na sua radical espontaneidade e depois se define, “se faz aquilo que vem a ser”. E o homem é livre para ser o que quiser, uma vez que não existem “determinismos”. Dessa liberdade, decorre a responsabilidade diante de si e diante dos outros: “(...) *eu tenho a responsabilidade duma escolha que, ligando-me por um compromisso, liga também a humanidade inteira, ainda que nenhum valor a priori determine a minha escolha(...)*” (idem:255).

Para o existencialismo sartreano, escolher isto ou aquilo tem implicações no campo individual e coletivo, porque sempre se escolhe o que é o bem, e nada pode ser bom para uma pessoa sem que o seja para todos. Assim, a responsabilidade de cada homem é muito maior do que pode-se supor, porque ela envolve toda a humanidade.

É a partir dessa perspectiva que Urbano Tavares Rodrigues, no conto aqui analisado, transfere para o personagem André a explicitação desta liberdade que determina o que se quer ser e como isto interfere na vida de outros. É isto que ele está tenta mostrar à fútil Maria Aurélia. Ela tem a consciência de ter liberdade de escolher sua vida e quem quer ser. Mas, segundo esta concepção, isto só vale a pena quando se caminha paralelamente ao lado da libertação do ser humano daquilo que o entrava e o limita, relacionado à miséria e à opressão. Por isto, uma vez consciente do seu papel no mundo o Homem tem a responsabilidade de atuar neste seu entorno.

Do sentimento de responsabilidade decorre a angústia: “ *O existencialista não tem pejo em declarar que o homem é angústia. Significa isso: o homem ligado por um compromisso e que se dá conta de que não é apenas aquele que escolhe ser, mas um legislador pronto a escolher, ao mesmo tempo que a si próprio, a humanidade inteira, não poderia escapar ao sentimento da sua total e profunda responsabilidade*” (idem: 221).

Esta angustia é resultado do sentimento de que o indivíduo é responsável por si e pelos outros, de que é necessário agir, dentro de um projeto de vida que se conecta a um projeto maior que é social e político.

Para Sartre a liberdade da escolha do projeto individual é limitada por uma “ universalidade humana de condição” . Por condição pode-se entender o conjunto dos limites pré estabelecidos que esboçam a situação do homem no universo. “ *A situação é a demarcação concreta do exercício da liberdade, isto é, da escolha e do projeto. Por isso Sartre diz que a liberdade é sempre situada*” (Leopoldo e Silva, ob. cit.: 50)

A liberdade é inseparável das condições concretas do seu exercício. Franklin Leopoldo e Silva enfatiza que o existencialismo sartreano, longe de propor uma liberdade que seria pura e simples fruição da espontaneidade da consciência, nos faz defrontar com o trabalho duro de vencer a adversidade num “enfrentamento” difícil de tudo aquilo que se tem de superar para realizar autenticamente um projeto livre de ser. (Leopoldo e Silva, obra citada: 50)

O indivíduo sartreano é sujeito de sua história e da História. O homem tem oportunidade de escolher quem ele será, pois na prática ele vai constituindo seu próprio ser, que não é dado antes. O homem é “sendo”. A liberdade não pré-existe à escolha, ela é escolha. Escolhe-se a passividade ou não, daí a célebre frase: “ O homem está condenado a ser livre”.

Dentro dessa concepção existencialista de liberdade, responsabilidade e compromisso, o papel do intelectual ganha especial destaque. O próprio Sartre era uma expressão deste compromisso.

Este compromisso é o norteador desta escrita de Urbano Tavares Rodrigues. Ao escrever estes contos, mesmo em uma situação adversa, ele está tentando conquistar o leitor para o exercício da sua liberdade, mesmo que esta venha acompanhada de luta, angústia e até mesmo sofrimento, como o dele. Sua literatura está empenhada em mostrar que a existência do ser humano não está limitada ao seu mundo particular. Ele se conecta a outras pessoas, influenciando e sendo influenciado, por seus atos e pelos atos alheios.

No final deste conto, Maria Aurélia, depois de conhecer André, seu mundo, companheiros e luta, resolve não morrer, adia aquele ato que a princípio havia planejado – o suicídio “... *indefinidamente*”. O conhecimento de “outros mundos” havia ampliado sua percepção da dinâmica da vida.

Se Maria Aurélia havia tomado consciência de que o suicídio é a negação da possibilidade de escolha de um outro tipo de vida, outras protagonistas deste livro reforçam a representação da necessidade de atuação no mundo, como necessária e determinante, para dar um sentido à vida, que caso contrário seria de frustração e abandono.

É o caso de Ada e de Joana. Ada, protagonista do conto *A lição da Vida Estreita*, era uma jovem, noiva de Quim, com quem leva uma vida normal. Ada tinha amigos, freqüentava cafés, embora não fosse apaixonada por Quim sabia que iria se casar com ele. Tinha uma vida planejada, bem cuidada mas a questão social não lhe importava:

*“Na sua roda de café de estudantes morosos nos estudos e de vates demolidores, proclamava-se farta desses poetas – realejos que carpiam pobres crianças famélicas ou soltavam, com certo gozo íntimo – ao que ela congeminava -, os avejões da miséria sobre as digestões dos ricos que os liam. Dos escritores (...) e se diziam, como marxólogos encartados, a vanguarda do proletariado, desses então nem falar.”*

Ada tinha consciência de que era egoísta e dizia que esta era sua honestidade, pois sabia não podia mudar a realidade do Vietnam ou da Nigéria. Portanto, não fazia demagogia, nem versos ou literatura com a miséria alheia, algo que ela desprezava.

Neste ponto o autor responde às críticas daqueles que acusavam os escritores oposicionistas de diminuírem o valor da arte e da literatura ao tratarem de questões menores, como os problemas sociais e políticos.

Sobre esta prática de levar para a arte os dilemas e mazelas sociais, Jaime Nogueira Pinto<sup>14</sup>, afirma que nos últimos anos do Estado Novo português, instaurou-se em Portugal a ‘ditadura intelectual de esquerda’, que se constituiu no monopólio organizado, pelas correntes marxistas ou afins, das artes, das letras, do jornalismo. Qualquer pessoa que pretendesse penetrar em tais meios e aí fazer carreira, ou alcançar qualquer sucesso, necessitava de um “atestado” de boa conduta política, de militância

---

<sup>14</sup> Jaime Nogueira Pinto nasceu tomou parte ativa nas lutas ideológicas e políticas estudantis dos anos sessenta e fez serviço militar em Angola. Suas análises partem de uma perspectiva de direita nacionalista.

democrática e antifascista. Para ter este “atestado” era, segundo Nogueira, necessário falar mal do governo e das dificuldades nacionais. (Pinto, 1999:266)

Ada representa a crítica aos intelectuais que, segundo Jaime Nogueira Pinto, dominavam o campo das artes, sobretudo da literatura. Eram escritores que não dissociavam do seu ofício a denúncia e resistência, como o próprio autor. Estes escritores não exerciam a “arte pela arte”, mas sim a arte como uma forma de interferência no social ao manifestarem a contemporaneidade dos dilemas humanos.

Ada ao criticá-los estava, na realidade, desconsiderando um trabalho que é o de dar visibilidade a determinada faceta da realidade que a circundava, e que ela preferia não enxergar.

Mas um dia, ocorreu uma forte tempestade que provocou inundações na sua região, e resultou em centenas de mortes, desaparecidos, gente que havia perdido tudo nas enxurradas. Neste momento, resolveu ser útil nas brigadas de socorro. Esta resolução a transformou e nela nasceu, por este fato, uma inquietação quase eufórica. Descobriu-se viva na convivência com a dor, morte e miséria. Ao tomar conhecimento da existência das pessoas do bairro de lata<sup>15</sup>, percebeu-as de outra forma, próximas de si mesma.

Subitamente sua vida adquire um sentido. Ela passou a ter um projeto pessoal e compromisso com aqueles que lutam por uma melhora coletiva:

*“ (...) E nela nascia, por esse fato, uma inquietação quase eufórica, estava viva. Viva precisamente na fronteira da dor e da morte.*

*Disse-lhe uma das estudantes da brigada:*

*- Temos que lhes dar consciência da sua condição. Estes rapazes que ali vês, já de fala grossa, vão tornar-se malfeitores. E estas miúdas descalças vão ser prostitutas de estrada, pelo menos. E é natural que isso suceda, nem poderia ser de outro modo. Não há que culpa-los. Temos que os despertar, não achas, Ada?*

*- Acho – disse Ela. – Absolutamente! Acho que sim. Mas acontece que, apesar de tudo, estou a receber das mãos deles (sem saberem que mo dão) o fogo da vida”. (pg. 81).*

Nesse trecho observa-se a importância do “outro” na realização da personagem Ada. Percebe-se a preocupação do autor em demonstrar o que o existencialismo afirmava sobre a relevância do “outro” para a própria existência: *“ Dá-se conta de que não pode ser nada (no sentido em que se diz que se é espirituoso, ou que se é perverso, ou ciumento) salvo se os outros o reconhecem como tal. Para obter uma verdade sobre mim,*

---

<sup>15</sup> Bairro de lata é o nome que se dá em Portugal para favelas.

*necessário é que eu passe pelo outro. O outro é indispensável à minha existência, tal como aliás ao conhecimento que eu tenho de mim” (Sartre: 1970;249)*

O trabalho de conscientização dos jovens do “bairro de lata” passou a ser importante não só no aspecto coletivo, da mobilização social para uma futura ação política, mas principalmente no plano individual da protagonista, possibilitando que através de suas próprias ações, na direção ao “outro” ela se apropriasse de sua liberdade e usufruísse de sua existência em um sentido mais pleno.

A vida, sem sentido e entediante de Ada, mudou completamente ao participar da realidade de um mundo que existia paralelamente ao seu. Ela nunca havia encarado a vida difícil daqueles pobres, representados pelos escritores. Para ela, essa realidade, embora sabida, não existia. Por isso o desprezo e o fastio nos cafés quando falavam destes assuntos.

Naquele ambiente Ada se sentiu importante, não pela posição social que ocupava, mas sim porque naquelas condições de colaboração com o coletivo sua presença fazia diferença. E não era pelo assistencialismo barato como as mulheres que se dedicavam a causas pias, mas principalmente porque descobriu um sentido para a sua vida, ao se transformar numa pessoa útil. Ela sabia que poderia ajudar a melhorar a vida das pessoas. Pela primeira vez ela se apaixonou, não por alguém, mas por uma idéia, por um projeto de vida.

Seu trabalho naquelas circunstâncias dava-se em duas instâncias: primeiro ao ajudar diretamente os afetados pelas chuvas, distribuindo comida, cuidando dos feridos, ajudando a procurar pessoas, e depois ao trabalhar em prol da conscientização dos jovens, mostrando-lhes outro caminho a trilhar para fugir do crime, prostituição, marginalidade.

Este último aspecto traz uma idéia de conscientização que decorre da existência de uma vanguarda<sup>16</sup> ideológica que, estaria encarregada de guiar os miseráveis e oprimidos para sua emancipação. Desta forma, a vanguarda agiria para reforçar sua capacidade de direção, e para tornar estas “minorias” uma força revolucionária dirigente, sobretudo reconhecida pela maioria das massas.

---

<sup>16</sup> O termo Vanguarda está ligado à teoria marxista-leninista do partido do proletariado. O partido do proletariado se distingue dos outros grupos da classe operária porque antes de tudo é o compartimento da Vanguarda, o compartimento consciente que possui o conhecimento das leis da luta de classes e que é capaz, por isso, de guiar a classe e dirigi-la na luta, pelo conhecimento da teoria marxista-leninista. Esta Vanguarda age para reforçar a sua capacidade de direção e para tornar-se uma força revolucionária dirigente reconhecida pela maioria das massas. A tese da Vanguarda orientava a atuação dos Partido Comunistas desde a sua criação.

É interessante observar que a transformação de Ada, pessoa egoísta e acomodada em uma condutora do processo de conscientização dos menos favorecidos de sua real situação e da necessidade de luta para mudar as condições de sua existência, permite aproximar sua ação a das vanguardas revolucionárias que se consideravam imbuídas de um saber capaz de conduzir as massas no sentido da Revolução Proletária.

Estas duas protagonistas, Maria Aurélia e Ada, viviam num mundo de futilidade, mas são despertadas para o conhecimento da realidade social mais ampla. No caso de Maria Aurélia foi André o responsável pela mudança de visão. No caso de Ada, a experiência na ajuda aos miseráveis mudou sua concepção de mundo e despertou-a para uma outra dimensão dos problemas sociais.

As personagens, em um momento da narrativa deparam-se com bairros pobres e distantes do centro urbano em que vivem. Nota-se que a periferia das grandes cidades se expandia na proporção em que a população urbana crescia<sup>17</sup>. É importante destacar, para melhor compreender este crescimento urbano, que a economia portuguesa após o final da Segunda Guerra Mundial sofreu um processo de dinamismo econômico. Segundo Jaime Reis, esta foi uma das épocas mais dinâmicas, em termos econômicos da história portuguesa. (Reis, 2001:321).

Mas como mostramos na Introdução, foi no contexto de crescimento econômico, desigual e excludente que se deu a expansão das periferias representados como cenário nos contos aqui analisados. Quando Ada foi auxiliar a população periférica que vivia os dramas das inundações, ela tomou contato com esta população que em grande parte saiu do espaço rural, rumo às cidades, mas que não foi assistida por uma política habitacional condizente com suas necessidades<sup>18</sup>. E além da dificuldade de habitação havia a dificuldade de conseguir um emprego.

Na obra de Urbano Tavares Rodrigues estes problemas sociais constituem o “pano de fundo” para a ação de suas personagens. É interessante observar que os protagonistas da obra de Rodrigues não são os menos favorecidos; os pobres e

---

<sup>17</sup> A população lisboeta passou de 1.383.000 em 1960 para 1.581.000 em 1970. A cidade do Porto vê sua população crescer de 1.193.000 em 1960 para 1.319.000 em 1970. Enquanto isso as regiões rurais assistem a diminuição da sua população: Neste mesmo período a população de Leiria passa de 404.000 para 379.000 e Beja de 277.000 para 205.000 (Mata e Valério, 1994:247)

<sup>18</sup> No II Congresso Republicano de Aveiro, realizado pela oposição portuguesa, em 1969, há duas participações que denunciam o problema habitacional português como um dos mais sérios, visto que a falta de uma política habitacional tem gerado situações de risco, inclusive na área da saúde, com o aumento da incidência de tuberculose em Portugal. Os trabalhos que tratam deste assunto neste congresso são os seguintes: *As Casas dos Trabalhadores nos Centros urbanos* de Virgínia Moura e Lobão Vital e *Habitação – Problema Social* de Eduardo Ribeiro.



oprimidos, na realidade, são elementos da narrativa que aparecem, de forma secundária, servindo de instrumento para a “ascensão” das protagonistas a um nível de consciência social mais realista.

Na perspectiva do autor, membro do Partido Comunista na clandestinidade, estes pobres precisariam da tutela dos mais “conscientes” para serem guiados a fim de que construíssem um novo projeto de vida orientado pela consciência social.

As personagens femininas desta obra de Urbano incluem também Joana, que é a protagonista do conto *Joana D’Arc*. Segundo o autor Joana teria a seguinte descrição:

*“De início era apenas uma burguesinha, nem sequer de Lisboa, que fazia vista nos bailes da Guarda e de Viseu. Nascera em berço beirão, vagamento afidalgado, cercado de vides (...) e de alguns olivedos de bom azeite”* (Rodrigues, s/d, 85).

Joana partiu com as irmãs para Lisboa, casando-se com um professor de Matemática chamado Eleutério, aparentemente frio e “perscrutador” que desejava fazer carreira. De início, Joana se envolve em obras pias, e chega a recolher dinheiro e até pacotinhos de açúcar para socorrer os presos políticos e suas famílias. Aos poucos, sua participação torna-se mais ativa chegando ao ponto de ir presa, por participar em manifestações e atos contra o regime.

Para fugir dos perigos que pairavam sobre Joana, Eleutério buscou emprego junto a um mestre seu exilado no Brasil. Eleutério conseguiu empregar-se numa universidade em Recife, para onde ele e Joana se mudaram. Para ele, a mudança foi difícil, pois além de abandonar sua casa, deixou para trás amigos, livros, móveis, etc. *“Joana, porém, em parte alguma do mundo era estrangeira, desde que encontrasse uma causa justa a servir”*.

Em Recife, Joana juntou-se ao grupo de Miguel Arraes e junto com católicos e socialistas participou das ações que visavam tirar aquele povo, do sertão nordestino brasileiro, da miséria e opressão seculares. Mas, houve o golpe militar no Brasil e ela passou a ser perseguida.

Mais uma vez Eleutério, para salvar a esposa, resolveu fugir para uma cidadezinha do interior pernambucano, em que os donos da terra eram coronéis muito ciosos de seu mandato legitimado por uma tradição que remonta ao século XVII.

Naquele final de mundo, alastrou-se uma epidemia de febre amarela e lá foi Joana ajudar as enfermeiras, nos hospitais improvisados. Acabou contraindo a doença que a levou a morte. Eleutério, inconformado, disparou um tiro na sua própria boca.

Joana encarna o ideal de luta universal: libertar o homem da miséria e opressão. Nisto consistia a liberdade de Joana, e onde quer que estivesse, se comprometia com o ser humano, em prol do bem comum, porque isto que dava sentido para sua vida.

A causa dos oprimidos era a sua causa, não se orientava por um sentimento nacional nem por causas circunstanciadas: a questão era o ser humano. Por isto entendemos o prefácio deste livro, escrito por uma brasileira (Lygia Fagundes Telles) que vive na sua terra tempos sombrios de ditadura e repressão. A escritora afirma que Urbano não se acomodou num “apoltronamento” de segurança. “(...) *Contudo, optou. Conhecemos bem aqui no Brasil o que significa esta opção. (...) E Urbano Tavares Rodrigues não quer se omitir ou pactuar, disso sabem seus amigos brasileiros(...)*”. É esse inconformismo registrado nas ações deste autor português que são transportados para seus personagens.

O engajamento político caracteriza as obras de Urbano Tavares Rodrigues que se orienta pelas idéias de Jean Paul Sartre. Segundo Franklin Leopoldo e Silva, de todas as relações que se estabelecem na filosofia de Sartre, talvez não se possa apontar alguma mais íntima do que aquela que se dá entre liberdade e engajamento. (Leopoldo e Silva: 2005: 49).

Dentro dessa concepção de liberdade, responsabilidade e compromisso, o papel do intelectual ganha especial destaque. O próprio Sartre era uma expressão deste compromisso<sup>19</sup>.

Qual é o papel do escritor para Sartre? Em seu livro, *Em Defesa dos Intelectuais*, afirma que o escritor é um homem que tomou por material a língua comum, servindo-se desta para exprimir alguma coisa. É alguém que tem algo a dizer. É diferente do escrevente que se serve da linguagem para transmitir informações. O escritor é guardião da linguagem comum, mas o escritor vai mais longe. A literatura seria uma forma de

---

<sup>19</sup>Para Norberto Bobbio no momento em que se coloca o problema da relação entre política e cultura, a definição de quem seria o intelectual tornar-se mais restrito. Para ele os tipos relevantes de intelectuais são sobretudo dois: os *ideólogos* e os *expertos*. Os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto, aceita, é legitimada. Os experts são aqueles que indicando os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim, fazem com que a ação que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo.(Bobbio:1997:74).

O conceito de intelectual sartreano é mais complexo pois são as classes dominantes formam o *técnico do saber que potencialmente é um intelectual*. Para esse técnico do saber tornar-se um intelectual de fato depende de sua história pessoal, ter ou não conseguido se desfazer da contradição de ter sido formado por uma classe dirigente e se tornar liberto dela.( Sartre, 1994:29).Para Sartre o técnico do saber enfrenta o seguinte dilema:a) Ou aceita a ideologia dominante e torna-se apolítico,abdicando do seu poder de constatação, ou b) Põe em questão a ideologia que o formou, se recusando em desempenhar o papel de agente subalterno da hegemonia.

reflexão sobre a sociedade e o papel do escritor estaria centrado em modificar e melhorar a consciência dos leitores sobre a realidade.(Miskulin:2003:119)

É esta perspectiva que orienta Urbano Tavares Rodrigues em seus escritos. Ele toma para si a função de exprimir a sociedade, não como será aos olhos do historiador futuro, mas como ela pode ser para si mesma. (Sartre, 1994:52)

Esta função fica transparente nas personagens desta obra de Urbano, pois em algum momento de suas vidas elas são obrigadas a tomar consciência da realidade que as cerca. Geralmente esta conscientização vem acompanhada de sofrimento, angústia, medo e frustração, mas as suas personagens Maria Aurélia, Ada e Joana conseguem superar esses sentimentos em nome de uma causa maior.

No conto *A Nuvem de Fogo*, a personagem principal é Isolina, que nascida no campo, ainda jovem foi trabalhar em uma casa de família em Coimbra. O autor a descreve da seguinte maneira:

*“Tinha o coração ao pé da boca, ânsias de fazer o bem a toda a gente(...) Mas um genete, ao mesmo tempo! Quando se zangava ia tudo raso. (...) se entendia que estava com a razão, ninguém lhe tapava a boca.”* (Rodrigues, o.cit:147)

Na casa rica em que foi trabalhar, conheceu e se casou com o filho da família, chamado Albino. O marido fez com que Isolina estudasse. Primeiro, a sós com ele, para evitar o constrangimento de retornar ao primário entre estranhos. Depois, numa escola noturna. Estava conseguindo terminar o Curso Comercial sem maiores dificuldades e já vislumbrava a entrada em uma faculdade. Mas, durante a prova de inglês a professora acusou Isolina de estar fraudando uma prova.

Ela protestou e com a interferência do marido, após um escândalo na escola, a professora cedeu. Embora tenha feito a prova escrita com excelência, na prova oral a professora arranjou uma maneira de prejudica-la.

Ao término do período, já na saída do edifício, Isolina não suportou a injustiça e agrediu a professora. Esta ação lhe rendeu, além de um processo disciplinar, um processo crime.

*“ E de repente Coimbra ergueu-se pela Isolina rebelde, pela antiga cabreira que, na face da prepotência, ou fosse na da Dr<sup>a</sup> Maria Celestina, desagravara a mocidade de tanta injustiça e humilhação”*(Idem:151)

A solidariedade a Isolina foi grande em Coimbra, inclusive com manifestações de apoio, que acabou favorecendo sua causa, pois ao final teve sua pena suspensa, sendo à saída do julgamento tratada como heroína.

Neste conto não existe a confrontação de realidades e a conscientização de um projeto social como sentido de vida. Pela personagem Isolina temos a contestação de uma das mais importantes instituições de qualquer Estado, o sistema educacional, assim como a desobediência ao sistema hierárquico desta instituição.

Isolina é a imagem do excluído desta sociedade, pois além de ser mulher, nasceu pobre, originária da área rural e começou a estudar tarde. Por isso o progresso que fazia na escola era um desafio à ordem estabelecida, pois colocava em evidência que o que faltava para ela, assim como para outros, era oportunidade para conseguir uma condição de vida mais justa.

No que se refere ao sistema educacional português cabe esclarecer que a alfabetização era um dos grandes desafios da sociedade portuguesa que se arrastava desde o século XIX. Neste período Portugal foi um dos países europeus mais desfavorecidos em relação a alfabetização do seu povo<sup>20</sup>.

No período que estamos analisando, a oposição criticava estes avanços no campo da alfabetização pois não representavam avanços concretos no que se refere à inserção da população no consumo de produtos culturais.

*“É verdade que o “Estado novo” se lançou numa campanha de alfabetização. Mas foram efeitos estatísticos os visados. (...) No fundo nada se alterou nas perspectivas da Cultura. A alfabetização tinha como corolário, e dentro do mesmo programa, a criação de instrumentos, estruturas, hábitos, estímulos de acesso à Cultura. Na sua completa ausência, o ‘alfabeto’ acabou por se converter em soletrador de meias letras e o iletrismo manteve-se por grosso e a retalho. O povo não passou a consumir livro nem a participar em qualquer grande acontecimento cultural, sempre reservado, se não a Lisboa, a mais duas ou três cidades e, normalmente, às camadas mais ricas da população.” (Tengarrinha, 1969:127)*

Dentro desta perspectiva, a alfabetização trazia apenas o conhecimento das letras, possibilitando que o indivíduo fosse capaz de ler, mas não lhe garantia o acesso a bens culturais que poderiam de fato enriquecer seu conhecimento de mundo e sua relação com ele.

---

<sup>20</sup> Em 1911, os analfabetos portugueses constituíam 75% da sua população, enquanto na Itália, essa proporção era de 46% e na Espanha 53%. Por isso o investimento feito, nesta área, durante o Estado novo, foi considerável. A alfabetização passou de um nível de 75% de analfabetos para 40% em 1940 e 25% em 1970. (Reis, 2001:324)

Isolina tinha tido mais sorte, pois este acesso à cultura lhe foi possível graças ao empenho de seu marido que, enquanto professor, ajudou-a a decifrar mais que as letras do “alfabeto”. Albino e Isolina não conseguiram mudar a estrutura autoritária educacional portuguesa, mas resistiram a ela através das letras do autor Urbano Tavares Rodrigues.

Este sucesso que a esposa de Albino vinha demonstrando em sua vida escolar incomodou sobremaneira uma das representantes deste *Status quo*, a ponto de querer acusar Isolina de fraudar o sistema avaliativo escolar. Desta forma, estaria explicado seu sucesso, pois teria conseguido por meios escusos. Porém tal tentativa foi frustrada, e conseqüentemente a autoridade da tal professora contestada.

Questionando a autoridade da professora, a personagem Isolina estaria discutindo a instituição escolar, retrato do sistema autoritário que governava Portugal. A instituição educacional constituía um dos veículos importantes do Estado para propagar seu sistema de valores. Portanto Isolina não estaria simplesmente em desacordo com um professora mas questionava um sistema hierárquico que reproduzia em sua esfera específica os códigos de conduta impostos na sociedade pelo governo autoritário e reproduzido por ela de forma significativa. Não foi por acaso que este sistema e o conjunto de seus valores subsistiram em Portugal por quase cinquenta anos.

As armas de Isolina para que não fosse subjugada e amordaçada foram a revolta e o inconformismo. A personagem que desobedeceu e enfrentou o poder estabelecido, foi apoiada pelo marido e por um conjunto de manifestantes; isto demonstra que uma parcela da sociedade oferecia resistência a esse estado de coisas. Nesta narrativa, o autor demonstra a importância da solidariedade em um ato de rebeldia como este. Sem uma rede de solidariedade a rebelde ficaria exposta à fúria de seus opositores. A agressão física à professora indica que, em casos extremos, a violência era legítima.

Existe neste conto, uma legitimação da revolta e da violência contra a opressão. Em Portugal atuavam grupos que consideravam a luta armada como uma saída para depor o regime que durava quatro décadas. Um destes grupos era o ARA – Ação Revolucionária Armada<sup>21</sup>. Urbano Tavares Rodrigues, que era membro do P.C, nunca

---

<sup>21</sup> A Ação revolucionária Armada foi criada em 1970, pelo Partido Comunista Português, e começou a atuar em outubro deste ano. As suas operações principais foram a destruição, por sabotagem, de 16 helicópteros e 11 aviões na Base Aérea de Tancos (08 de março de 1971) e o atentado feito com bomba às instalações do COMIBERLANT da NATO, em Oeiras (Outubro de 1971), num total de 12 ações. Em agosto de 1971, a Ação Revolucionária Armada anunciou uma trégua, num momento em que se encontrava praticamente destruída pela repressão policial.

declarou ter feito parte desse grupo mas manifestou sua simpatia ao compor uma música para o grupo<sup>22</sup>.

A narrativa de Isolina difere-se das anteriores, primeiro pela forma de sua conscientização; Isolina, oriunda das classes menos favorecidas, se conscientiza politicamente a partir da situação de sua própria condição social; segundo por estar mais voltada para a ação, representando a potencialidade de revolta que cerca estas pessoas, que como esta protagonista, segundo o autor, era boa “como o pão e como a flor de farinha mais pura” e no entanto quando se via numa “nuvem de fogo” não havia meio de detê-la.

Este conto se encerra de uma forma otimista, pois a personagem principal que agrediu sua superiora, a mestra, contou com uma rede de solidariedade e ainda foi saudada como heroína. Isto significa que, quando a subversão da ordem estabelecida é feita por uma reivindicação legítima, ela se torna justa e não é condenável.

Estas primeiras personagens Maria Aurélia, Ada, Joana e Isolina aparecem em um contexto de afirmação da fraternidade social como norteador da ação humana e da política, dentro de uma perspectiva que exalta a liberdade e o engajamento.

Outro aspecto a ser considerado é que nestas narrativas, o autor constrói o momento em que há uma ruptura de valores dos seus personagens. Esse momento se refere à descoberta da necessidade da práxis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O autor, ao definir os tempos de ação através da literatura, cria “estados” de espírito, através dos quais os leitores possam despertar de uma apatia ao criar empatia com a ação proposta a partir das personagens.

A função de autor possibilita que o escritor desfrute de uma *autoridade* sobre os temas objetos dos seus livros. Essa *autoridade* “(...) é formada, irradiada, disseminada; é instrumental, é persuasiva; tem posição, estabelece padrões de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas idéias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite reproduz...” (Said, 1996:31)

---

<sup>22</sup> “Sete balas só na mão/ sete flores de limão/ Pra lutar até vencer...” Este é um trecho da música lembrada por Urbano Tavares Rodrigues em entrevista que concedeu a Sandra Helena Terciotti Carvalho, que se encontra como anexo da sua dissertação de mestrado *O Desespero existencial e a fraternidade social em Contos da Solidão de Urbano Tavares Rodrigues*. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da FFLCH, USP, 2000.

Através desta autoridade que a função de escritor/artista lhe dá, Urbano Tavares Rodrigues amplia seu poder de persuasão do estético para o social e político e passa a usufruir o poder ideológico que a sua arte lhe atribui.

Passemos agora à última personagem trata-se de Lenucha do conto *Pela Borda Fora* que carrega consigo uma inquietação e inadequação incompatíveis com a moral e os bons costumes característicos da sociedade portuguesa estadonovista: a família.

Neste conto Lenucha é uma jovem que circula entre artistas e intelectuais, sem muito compromisso com qualquer causa ou movimento. Dela, falava uma amiga:

*“A Lenucha não tem personalidade, tem montes de personalidades – zombava uma amiga dela, esgalgada e ácida, que era em tudo o avesso da sua redondez mimosa de mascote”* (idem: 139)

Lenucha, cujo nome ninguém sabia se era Helena ou Madalena, estava sempre em círculos alternativos, disposta a conhecer tendências e idéias modernas. A cada novo amigo correspondia um estilo diferente: se tinha um amigo do corpo diplomático vestia-se e comportava-se de forma “snob”. No entanto estas “fases” eram de pouca duração, valia por pouco tempo, até que desaparecia frente a outra novidade à qual também se adaptava sua forma de vestir, falar e viver.

Lenucha tinha um ponto vulnerável: a família. Seu pai havia se suicidado e ela morava com a madrasta com quem mantinha um relacionamento frio e distante. Além disto, a madrasta bebia, mesmo que discretamente, o que a envergonhava. Por isto Lenucha nunca convidava ninguém para ir a sua casa. Ela era sozinha e solta no mundo.

Inesperadamente, “agradou-se” de um homem, que contava com mais de cinquenta anos. Ele propôs que fossem morar juntos, pois por ser separado não poderia contrair novo casamento. Lenucha ficou fascinada com a possibilidade, de poder ter uma casa, um lar. Um outro fator que auxiliou na aceitação da proposta de Nunes era o fato de ele representar uma figura masculina com características paternas: protetor, acolhedor e suavemente autoritário.

As dificuldades não tardaram a aparecer. A formação cultural de Lenucha passou a despertar em Nunes um sentimento de provocação. Ele não admitia reconhecer em sua mulher conhecimentos e qualidades que ele não possuía. Qualquer demonstração de Lenucha representava para seu companheiro um sinal de provocação. Os intervalos entre as discussões e ofensas eram cada vez menores.

O ápice foi durante uma discussão em que Nunes bateu na companheira:

*“Nuno, com séculos de fidalguia e machismo em cima dos ombros, naturalmente, bateu-lhe, em parte por estar louco de cólera e até já turvado da vista, mas também porque entendia que a nenhuma mulher, nem à mais amada, se podem e devem tolerar atitudes daquelas.”* (Idem:142).

A partir deste momento Lenucha passou a desprezá-lo até o dia em que saiu de casa porque ele alegou que a sustentava. Resolveu, então, voltar para a casa da madrasta.

Aos poucos, foi retomando a vida de amigos e bares que tinha antes de ter casado com Nunes, mas sem a mesma alegria. A última novidade que anunciou aos amigos foi sua emigração com destino à Alemanha para cuidar de crianças: *“Pouco importa. Vou para criada de meninos. Por ora. Mas, afinal, qual é o meu destino senão emigrar?”* (Idem:143).

Lenucha, a princípio, parecia não ter um projeto de vida. Ela circula por meios sociais e culturais diversificados sem, contudo, pertencer a nenhum. Neste sentido torna-se frágil e vulnerável, sem “nenhuma” personalidade que a identificasse com alguém ou algo. Ao se juntar a Nunes parecia ter encontrado um projeto de vida realmente seu.

As bases deste projeto já comprometiam a estrutura da relação que se estabeleceu entre eles, pois não estava baseada no amor. De acordo com a narrativa do autor, Lenucha havia encontrado em Nunes um substituto para o pai que perdera. Enquanto Nunes queria uma mulher que substituísse a relação anterior, com a diferença de que era mais nova. Talvez porque nenhum dos dois tivesse claramente um projeto de vida em comum, a relação se complicou.

Lenucha apesar de não ter uma “personalidade” própria, era livre, pois não tinha pai nem mãe que a dominassem. Circulava por onde queria, com as pessoas das mais diferentes procedências. Frequentava lugares onde a cultura era discutida e apreciada. Mundo diverso do de Nunes. Ele era machista e concebia uma relação a dois nos padrões do tradicionalismo lusitano salazarista. Isso significava que, a mulher não poderia ter autonomia, nem mesmo no plano cultural.

Essa situação tinha um agravante que era o fato de Lenucha estar na condição de concubina, pois Nunes era separado de *“mulher legítima”*. Por isso quando ele se sentiu ameaçado e inferiorizado, pelo domínio cultural e intelectual dela, acabou agindo a partir da condição subalterna de mulher que vive em concubinato, e dependente economicamente, tratando-a como uma “prostituta” doméstica.



O rompimento da sua união faz Lenucha perceber que as alternativas de vida para ela em Portugal eram pequenas. Não se adequara ao papel de esposa. Não tinha profissão, nem pai, nem mãe, nem família. A opção era emigrar e cuidar dos filhos dos outros em terras que não eram as suas. Ela não tinha nada para fazer na terra que a “fez”.

Essa falta de perspectiva feminina que Urbano Tavares Rodrigues revela neste conto é reforçada pela denúncia das “Três Marias” no livro *Novas Cartas Portuguesas*. Nesta obra as autoras indicam que a saída para a mulher que não se casa era a cela, o hospício ou a morte. Opções que Lenucha recusou. Sua saída foi abandonar o país, ou seja, romper as fronteiras nacionais.

Como se pode observar Urbano Tavares Rodrigues dava um grande destaque aos personagens femininos em suas narrativas como havia afirmado Lygia Fagundes Telles no prefácio do livro ora estudado:

*“(...) é nítida a preferência ao autor em retratar mulheres e extraordinário o seu poder de captar-lhe os traços nas mais fugidias ambigüidades e diluições. É pois o segundo sexo combinação da bíblica inocência da pomba somada à sabedoria da serpente, que vem sendo o motivo de inspiração maior na narrativa do ficcionista, mágica mistura de realidade e sonho, de fragilidade e força, e coragem e medo que acaba por condensar o dolorido perfil da solidão humana, solidão ontológica e à qual a humanidade parece condenada. (...)”* (pg. 08).

Lygia Fagundes Telles confirma a preferência do autor em utilizar-se de mulheres para construir suas narrativas que abordam, sobretudo a solidão e angústias humanas.

A mulher, portanto, é um tema forte na narrativa deste autor, principalmente por estar associada a uma luta de emancipação numa estrutura de opressão na qual a condição feminina estava aprisionada. Segundo José Manuel Mendes, Urbano Tavares Rodrigues sabe que a transformação do papel da mulher na sociedade tinha correlação com todo um processo de transformação de toda a sociedade. (Mendes,s/d:159)

Urbano Tavares Rodrigues destacou, na abertura que fez no Colóquio *A Condição da Mulher Portuguesa* realizado em 25 de novembro de 1967, que o processo da evolução e emancipação da mulher portuguesa não podia se desvincular de um outro processo mais amplo em que este estava inserido: o da evolução e democratização da coletividade.

No próximo capítulo, esta temática da opressão feminina na análise do livro *Novas Cartas Portuguesas*, em que as autoras destacam esta luta feminina, que para elas tem início no próprio relacionamento a dois, entre o homem e a mulher, na intimidade do lar.

## 2 – Personagens Masculinos

Os homens presentes nos contos que constituem este livro de Urbano Tavares Rodrigues apresentam, em sua maioria, uma relativa passividade, se comparados aos personagens femininos.

Nos contos *A Meia Hora de Sol*, *A Manhã Escurecida* e *a Prostituta Sagrada*, esta situação é um pouco alterada, os personagens principais são homens que estão ligados a movimentos ou organizações clandestinas, e que foram presos ou estavam sendo perseguidos. Nestes dois primeiros contos os protagonistas são homens que presos pela polícia política sofrem as perdas que o encarceramento impõe. No último o autor analisa a vida vazia de um militante que sublima sua infelicidade na busca do socialismo.

Mateus, protagonista do conto *A Meia Hora do Sol* vivia com Júlia, sua esposa, um grande amor cheio de desejo. A paixão dos dois renovava-se constantemente pelo perigo iminente de Mateus ser preso, o que, de fato, aconteceu.

No isolamento da cela, Mateus pensava em Júlia todo o tempo. Ela o visitava constantemente – na meia hora de sol, com um vidro a separá-los. O final da visita era o prenúncio do resto de um dia angustiante, aflito e infeliz. As cartas que trocavam à vista do censor, nada podia ser dito sobre a intimidade dos dois.

Mateus passou a se martirizar, imaginando que Júlia poderia ter outros interesses.

*“Afligido de pesadelos, de tremores, de paralisias nocturnas, sempre tenso e remordido, na sua solidão, por todas as idéias que acodem a um homem em tais circunstâncias, desde os rebates de heroísmo e o orgulho do seu martírio social aos extremos de desespero e autocomiseração(...)”* (pg. 72)

O personagem, para diminuir seu sofrimento, resolveu separar-se Júlia. Ele exigiu que ela nunca mais viesse vê-lo. O sofrimento da separação a cada visita aliado à distância e a incerteza em relação à vida dela em liberdade, fez Mateus tomar tal

decisão. Ele não se preocupava com Júlia, com seus sentimentos e sofrimentos. Só lhe importava sua própria angústia.

Considerando que este conto foi escrito quando o autor se encontrava preso, é provável que estes sentimentos atribuídos ao personagem de Mateus, na realidade fossem os do próprio Urbano Tavares Rodrigues. Por um lado, uma mescla de heroísmo e orgulho do seu martírio social na luta por uma sociedade mais justa e mais livre, e por outro, a angústia da solidão e o medo do esquecimento.

A prisão traz a interdição e a paralisação da vida. Tudo fica suspenso, aguardando um outro dia, um julgamento, a liberdade que fica nas mãos de outras pessoas. O preso não decide mais nada por si. Mateus teve a atitude máxima de independência e autonomia que ele poderia exercer naquelas condições e privou-se da única coisa que não poderiam tirar dele, que era o amor de Júlia. Por sua própria vontade rompeu com a amada e então não tinha mais nada a perder, estava infeliz, porém, mais livre.

No conto *Manhã Escurecida*, o personagem Daniel, um preso político, sai da prisão e no seu primeiro ato de liberdade telefona para Micaela, sua noiva, avisando-a de que estava livre. Ele é tomado pela alegria e emoção de poder retomar sua vida. No reencontro dos dois, depois de reviveram o exercício do prazer, Micaela conta ao noivo que teve um breve romance com outra pessoa enquanto ele esteve preso.

A primeira reação de Daniel foi compreender e relevar. Mas, se racionalmente controlou suas emoções, não pode controlar o sentimento de perda de domínio da vida e a amargura o dominou.

*“Olhavam-no. Todos o olhavam na rua. E ele compreendeu que voltara desfigurado, envelhecido. Olhavam-no com comiseração, não com aplauso. Haviam-no humilhado. Cinco meses. Era só isso. Tinha simplesmente de reagir. Mas o dó, o horror naquelas miradas desconhecidas... Apetecia-lhe tapar a cara. (...) Por tão pouco, tão pouco, afinal, e como se apagara depressa a luz fugidiva da liberdade!”* (pg. 95).

A felicidade sonhada e imaginada, ao longo dos cinco meses em que esteve preso, era a liberdade: Sair da prisão, sentir o vento, o sol, poder andar nas ruas e voltar a ter sua noiva em seus braços. Foi com isto que sonhou enquanto esteve encarcerado.

Mas a felicidade da liberdade foi breve. Em pouco tempo ele percebeu que a prisão havia deixado marcas que, a liberdade não apagava. Podia transitar pelas ruas, mas não podia esquecer que durante o tempo em que esteve preso, a vida fora da cela continuou a correr. E ele estava fora dela.

Nos seus sonhos de prisão, ele seria reconhecido como herói e recebido com aplausos quando voltasse para sua vida normal; no entanto, o que sentia era comiseração, piedade. Nem mesmo a noiva que conhecia sua causa o esperou. A vida não espera quem está preso, ela continua a correr e o mundo a girar.

Estes pensamentos, atribuídos aos personagens, também poderia revelar os sentimentos do autor, seus medos e anseios vividos durante os meses encarcerado, período em que escreveu estes contos. Ele que fora preso porque tinha um projeto de vida, tinha um ideal, um sonho, se sentia perdendo a juventude, a vida, assim como Daniel? Esta é uma indagação que não encontra resposta na própria obra.

As condições dos presos políticos em Portugal neste período foram denunciadas no 2º e 3º Congresso da Oposição em Aveiro.

No 2º Congresso, realizado em 1969, uma das participantes de nome Aida Loureiro Magro fez uma *Mensagem* ( *representando um grupo de famílias de presos políticos*) em que apela aos presentes no Congresso para que não esquecessem daqueles que estavam presos pelo governo português:

*“É também em seu nome [das famílias dos presos políticos] que lanço um apelo, a todos os presentes para que não sejam esquecidos aqueles patriotas que penam nas cadeias políticas de Portugal pelo crime de serem verdadeiros e coerentes democratas, empenhados em servir a causa da República e Liberdade.*

*Lembramos a todos vós a situação dramática em que se encontram, provocada por um regime duríssimo, que parece concebido para alcançar, lenta mas eficazmente, a sua ruína física e psíquica(...)*” (Magro, 1969:161)

Esta mensagem confirma, em forma de denúncia, aquilo que Urbano Tavares Rodrigues revela na literatura: o sentimento de abandono e esquecimento que o preso político enfrentava nas cadeias da repressão. Conforme o tempo da prisão se estendia, à sensação de abandono ia se somando o sentimento de decadência física e moral. A prisão do contestador do regime era feita com o propósito de quebrar os laços de ligação do preso com o mundo exterior, de forma que o isolamento o fragilizasse. Desligados dos que estavam fora da prisão, sua influência, considerada perigosa e ameaçadora, para o regime ia sendo paulatinamente neutralizada.

Além de tirar o agente subversivo de circulação, a prisão servia também como punição exemplar, quebrando os possíveis focos de subversão com que o preso pudesse ter ligação. Os contatos de um preso com o mundo exterior, quando existem, eram limitados e vigiados. Além disso, existia a incerteza da libertação, pois num regime de

exceção a situação do preso político que cometera um crime contra o Estado, podia a qualquer momento, ser revista: a pena do condenado podia ser ampliada ou sua detenção poderia se estender para averiguação pelo tempo que os responsáveis pela prisão achassem conveniente.

A despeito da situação dos presos políticos, este II Congresso de Aveiro apresentava um tom otimista, de expectativa de liberalização pela via reformista. Esta esperança foi despertada com a ascensão de Marcelo Caetano, como Presidente do Conselho, em setembro de 1968, e a convocação de eleições legislativas para novembro de 1969. A oposição, pela primeira vez em 44 anos, foi às urnas em quase todas as regiões de Portugal e Ilhas adjacentes.

Essa esperança e otimismo transparecem no texto *Um Conceito de Liberdade* de Urbano Tavares Rodrigues, lido na abertura do referido Encontro.

*“Após uma noite sombria de quarenta e dois anos de estagnação econômica e social, em que o povo português, privado dos direitos essenciais da pessoa humana, alienado na sua miséria ou amarrado à mediocridade de um imobilismo que os senhores da autoridade e do sigilo exaltavam como fidelidade à tradição, eis que se deram na vida nacional alterações cuja evolução é difícil prever.*

(...)

*Vamos considerar a mais sã e esperançosa das perspectivas que se oferecem: a do triunfo de uma Frente Ampla Democrática que pudesse encaminhar o País para uma democracia avançada, capaz de realizar a justiça social e promover a autêntica liberdade do indivíduo.*

*O termo da guerra colonial (através de negociações que acautelassem com espírito de humana equidade os interesses dos portugueses em novas e independentes nações multirraciais de língua e cultura lusitana) e, entre nós, o sindicalismo livre, a reforma agrária, a amnistia e o regresso dos exilados, a legalização de todas as formações políticas sem quaisquer restrições, deveriam constituir a primeira fase dessa democracia.”* (Rodrigues, 1969:9-10)

Este comunicado de Urbano Tavares Rodrigues contém a idéia de que “a noite sombria de quarenta e dois anos” já tinha passado. Ele encarna a esperança que a ascensão de Marcelo Caetano despertou na oposição. Existia, portanto, a expectativa de uma abertura lenta e gradual da política repressiva o que possibilitaria a ascensão destes partidos e movimentos de oposição ao poder.

Entre a última prisão do autor (1968) e a publicação do livro escrito na prisão (1970) decorreram dois anos. Neste período a esperança de uma mudança política real foi perdendo espaço para a desilusão de que Marcelo Caetano não estava disposto a promover a esperada abertura política.

O escritor Eduardo Lourenço, que deixara Portugal em 1954, em uma entrevista concedida em 1972 a Mário Mesquita, resumiu o sentimento reinante entre os intelectuais portugueses depois da posse de Marcelo Caetano: *“Consta-tei que estes três anos introduziram uma espécie de efervescência na “inteligência” portuguesa. Efervescência de resto ambígua, indo de uma primeira fase de quase euforia, de sentimento de libertação relativa, mudança de atmosfera, até à desilusão actual ou mesmo decepção em pessoas que esperavam da chamada abertura um certo número de conseqüências que, segundo eles, não tiveram lugar”* ( Apud, Mesquita, 1996: 57-8).

Esta sensação de efervescência, de sentimento de uma possível libertação, mudança de atmosfera está presente naquele comunicado que Urbano Tavares Rodrigues fez no II Congresso de Aveiro. Esta percepção de que é possível apostar em alterações não era só deste escritor português. Como se pode perceber, também no comunicado *Amnistia (breve comunicação)* de Humberto Lopes há uma exigência de que se *“vire uma página negra na história das relações entre Governo e governados.”*

Este Encontro da oposição portuguesa foi marcado pela expectativa de liberalização. Por isso quando se faz referência a preso político, a intenção é exigir sua libertação imediata e promover a anistia a todos como também para os emigrantes exilados. O clima reinante no terceiro Encontro da oposição portuguesa é bem diferente.

A expectativa desta liberalização marcelista logo desencadeou uma série de movimentos e reivindicações sociais, reprimidos durante o período em que Salazar esteve à frente do governo. *“Entreaberta a tampa da panela de pressão, manifestou-se generalizadamente uma avalanche de expectativas, de reivindicações, de desejo de mudança.”* (Rosas, s/d:551)

Os estudantes foram os primeiros a aproveitarem esta oportunidade para apresentarem suas reivindicações.

*“Mas a contestação estudantil fora só, como de costume, o aviso premonitório. Nos ferroviários, nos metalúrgicos, nos têxteis, nos estaleiros da Lisnave, nos bancários, nos empregados de comércio, alastra rapidamente um vasto movimento de greves, reivindicações, manifestações de rua, acompanhado e apoiado pela vitória eleitoral de diversas direcções de esquerda nos sindicatos oficiais (listas de comunistas,*

*católicos progressistas e socialistas), tudo pondo claramente em causa a ‘ordem social’ estabelecida, numa dinâmica de alastramento imprevisível.”*

Paralelamente ao alastramento destes movimentos reivindicatórios existia da parte de alguns, principalmente dos estudantes, uma radicalização, inclusive com um intenso ativismo contra a guerra colonial. Porém, colocar termo a guerra era impossível ao governo naquele momento, pois não dispunha de meios para liquidar de vez os movimentos de independência africanos. Desta forma o governo resolve acabar com a liberalização e manter a guerra.

Dentro desta política de acabar com a liberalização, foram fechadas pela polícia política praticamente todas as associações de estudantes do país.<sup>23</sup> Também foram adotadas outras práticas repressivas, como aumento do número de prisões políticas, utilização de violência e ilegalidade dos métodos usados na instrução dos processos. Houve um novo rigor censório, e alteração na legislação que colocava as cooperativas culturais sob tutela do Ministério do Interior. (Rosas, idem:554)

Era o sinal de que para manter a guerra colonial o governo estava disposto a sacrificar a liberalização das instituições e manifestações políticas e sociais.

Neste quadro de recrudescimento da repressão acontece o 3º Congresso da Oposição Democrática realizado em abril de 1973. Neste encontro, as esperanças na “primavera marcelista” já haviam sido frustradas, principalmente a decepção com o prolongamento da guerra no ultramar, assunto extremamente visado pela censura e pela repressão por questão de segurança militar.

Nas comunicações deste Encontro sobre os presos políticos não há a mesma exigência do II Congresso de libertação dos presos. O sentido deste terceiro Congresso é de denunciar a utilização das prisões como forma de repressão e garantir condições de segurança e saúde mínimas para os presos.

*“A situação dos presos políticos em Portugal, resulta da situação de terror fascista em que vivemos há quase meio séculos.(...) Para se manter no poder, o regime é obrigado a utilizar a repressão como arma política. A ‘abertura’ sindical, a que os trabalhadores responderam com amplas e potentes lutas em prol dos seus direitos espeznhados, teve de ser rapidamente colmatada com novos decretos limitativos das possibilidades destes elegerem as direções dos seus sindicatos e de exercerem*

---

<sup>23</sup> A polícia política retoma seu papel depois de um breve período de contenção. O número de prisões volta a aumentar a partir de 1970-71, não só contra o Partido Comunista Português, mas também contra os grupos radicais, contra católicos progressistas e personalidades socialistas. (Rosas, s/d:554)

*plenamente as suas prerrogativas na contratação colectiva de trabalho. Ao mesmo tempo os dirigentes sindicais são perseguidos e encarcerados.*

(...)

*Uma expressão das que melhor caracterizam o regime fascista, é a situação das centenas de presos políticos encarcerados nas famigeradas prisões políticas (Caxias, Peniche e prisão do Porto).(…)*

*Nos cárceres do fascismo, vive-se um clima de arbitrariedade e prepotência. É a polícia política, a PIDE/DGS, quem comanda o regime prisional. Esta mesma polícia que prende, tortura (e mata), regula as condições em que vivem aquelas a quem já tinha imposto uma pena arbitrária.(…)*” (Grupo de Presos Políticos Actualmente em Caxias, In 3º Congresso da Oposição Democrática).

Neste documento, o grupo de presos políticos denunciou os tipos de tortura à que estavam expostos: espancamentos brutais, queimaduras, estátua (ficar em pé durante horas ou dias seguidos) até a privação do sono durante dias tudo isto acompanhado de tortura psicológica constituída por ameaças, achincalhamentos e calúnias ao preso e a sua família.

Além deste grupo de presos políticos que fizeram esta comunicação no Terceiro Congresso de Aveiro, houve uma comunicação que denunciava um caso de negligência por parte da Direção Geral de Segurança. Esta denuncia foi feita em relação a um preso político que necessitava de atendimento especializado, seguido de hospitalização e intervenção cirúrgica que não ocorreu. Esta comunicação de autoria de António Veloso de Pinho intitulava-se *A Assistência na Doença aos presos políticos perante os direitos humanos: Genocídio, morte lenta ou invalidez provocada?*

António Veloso de Pinho referiu-se ao caso de seu filho, Ângelo de Matos Mendes Veloso, encarcerado em Caxias e depois no Forte de Peniche. Ângelo, preso político, condenado a cinco anos e meio de prisão, apresentou uma hérnia na coluna vertebral que necessitava de acompanhamento e intervenção cirúrgica. O pai, que também era médico, mostrou através de vários documentos a urgência do caso e o desprezo das autoridades. A conclusão era de que se aos presos políticos não era garantido nenhum tipo de assistência médica prisional, que se constitui num dos mais elementares direitos humanos, isto significava que outros direitos não estavam sendo observados.

Através das comunicações dos Congressos da oposição realizados nos anos de 1969 e 1973 percebe-se a situação dos presos políticos portugueses. Por isso nos contos



em que Urbano Tavares Rodrigues apresenta as angústias dos presos Daniel e Mateus ele estava representando a sua própria situação como preso político e os sentimentos contraditórios que o cercavam nesse momento, principalmente no que se refere à relação entre o que é esperado pelo militante e os resultados que a luta poderia trazer.

Neste sentido, é compreensível que o último conto do livro traga uma reflexão sobre os militantes políticos e a sublimação que muitos faziam da própria vida na causa que defendiam. Quando a liberdade é cassada o questionamento sobre a validade e a extensão da causa pela qual se arrisca é legítima.

No conto *A Prostitua Sagrada* (último do livro) o autor escreve sobre um grupo de militantes clandestinos em uma ação. Carla, uma estrangeira, a única mulher do grupo, parece ser a única também a demonstrar prazer em observar lugares e pessoas. O líder do grupo, Salvador, é um homem sério, um racionalista que não procurava “boas relações sentimentais”. Em um determinado momento, Carla dirige-se a Salvador perguntando se ele era feliz. O homem responde-lhe que “*Deixemo-nos de patacoadas, por favor. Cada um faz o que tem a fazer, a menos que seja nojento. O socialismo resolve o problema da miséria, mas não pendura frutos de luz em todas as casas. Só os primários é que confiam num universal azul. Você sabe que a felicidade é uma questão pessoal*” .

Percebe-se que este homem militante sublima a questão da própria felicidade condicionando-a a uma causa maior, a revolução. Ele associa a vida particular à vida coletiva. O papel de Carla no conto era o de mostrar a Salvador a possibilidade de se viver e de gostar da vida: “(...) *Pobre Salvador, que plantava palavras de fraternidade e se consumia entre tão foscos muros de solidão! Tinha de convertê-lo à vida, à simplicidade de viver*”.(pg.171).

O autor faz uma crítica implícita aqueles marxistas que se preocupavam apenas com a questão da exploração econômica e social sem dar a devida importância à experiência humana em um sentido mais amplo. Esta crítica, no entanto, indica uma contradição do autor:

Segundo as próprias palavras de Urbano Tavares Rodrigues havia, em sua obra, uma oscilação: “(...) *eu creio que minha obra oscila entre estes dois parâmetros: (...) a vida não tem sentido se não formos capazes de por uma idéia dar a nossa vida; e o*

*outro, não há idéia nenhuma que mereça o sacrifício de uma vida humana”* (Carvalho: 284)<sup>24</sup>

Esta contradição não é resolvida pelo autor, que fica muitas vezes no meio do caminho entre a luta social e o individualismo.

Este individualismo que marcaria a ausência de compromisso com uma agenda de luta coletiva, no plano individual, poderia levar a uma frustração afetiva. Pois, se o indivíduo não estava disposto a doar-se por uma causa, também não estaria disposto à generosidade do amor.

Segundo José Manuel Mendes no conjunto das obras de Urbano Tavares Rodrigues há uma presença dominante do amor como compromisso de liberdade e felicidade. Este amor seria um sentimento capaz de promover o prazer, dignificando a mulher, que não se limita por tabus ou preconceitos, subvertendo a ordem opressiva da sociedade que mercadeja o sexo, enclausurando o amor. (Mendes, ob. Cit.:44)

### **3 – A IMPOSSIBILIDADE DO AMOR**

O tema da frustração amorosa está presente nos contos *Oscilação em Negro*, *Último Voto*, *O Amigo*, *A Entrevista*, *Um Encontro no Cais do Sodré* e *Pela Borda Fora*. São narrativas nas quais se destaca um desencontro entre os personagens, distanciados pelo egoísmo, pela falta de generosidade, pelo desprezo ao outro. São personagens que não conseguem romper as barreiras do individualismo, que comercializam o sexo enclausurando o amor.

Estes contos, analisados a seguir revelam personagens medíocres que produzem histórias frustrantes. Chama a atenção o fato do autor ter oscilado, neste livro, entre personagens que conseguem transformação, dando sentido a suas vidas e os que vivem dramas de forma mesquinha, cujas estórias são desprezíveis e terminam negativamente. Fazem parte do primeiro grupo, aquelas personagens que já mencionamos nas páginas anteriores. O segundo grupo será mencionado a seguir.

No conto *Oscilação em negro* a protagonista é Maria Eugênia, ou Gé. Trata-se de amante de Antônio Feliciano, um homem bem mais velho que ela, casado, mestre-de-obra enriquecido. Antônio Feliciano montou uma casa para Ge, onde se encontravam

---

<sup>24</sup> Urbano Tavares Rodrigues concedeu uma entrevista a Sandra Helena Terciotti Carvalho que foi transcrita na sua dissertação de mestrado *O Desespero Existencial e a Fraternidade Social em Contos da Solidão*, de Urbano Tavares Rodrigues, Departamento de Letras, FFLCH- USP, SP, 2000.

regularmente. Ela vivera uma infância marcada por espancamentos e abusos sexuais por parte do padrasto. *“Foi provavelmente o que mais me prendeu a ela; aquelas nódoas de uma alma tão espancada que se alguém a arranhar com a unha ainda levanta crostas. E é bem compreensível que tudo isto a tenha tornado um bocado sádica...”* (Rodrigues, ob. Cit.: 62)

Existe nesta relação um desnível social que influencia na estrutura da mesma. Ele a mantém como uma “teúda e manteúda”, com toda a carga de preconceito moral e social que tal situação acarreta. Não é um relacionamento baseado na igualdade, mas sim na dominação.

Este equilíbrio periclitante é desfeito quando o noivo da Ge aparece e quer chantagear Antônio Feliciano em troca de dinheiro. Maria Eugênia participou do golpe, mas como agente passivo, concordando com o plano do noivo. Mais uma vez ela é usada em proveito de uma situação que um “outro” encomendou. Maria Eugênia não consegue sair do enredo que foi construído para sua vida desde a infância. É a impossibilidade de libertação que transparece neste conto.

No conto *O Último Voto*, existe uma certa ironia do autor ao representar os homens ricos do interior português, na figura de Vicentinho, filho de uma das lavouras mais gordas do concelho<sup>25</sup>. *“Mas tão tacanho, tão enfezado e até tartamudo, quando se enervava e se babava todo, que pelas costas, e às vezes até na própria face o tratavam de tontinho. Não sabia dar-se ao respeito”* (Idem:102)

Vicentinho freqüentava um prostíbulo e nesse ambiente era motivo de chacota, não só pelas prostitutas,mas também pelos mais habituais freqüentadores do local como Jeje, um malandro da região e Felismino, um ex-sargento da guarda.

Vicentinho encontrou segurança e prazer na companhia da prostituta Ruth, que o tratava com indiferença. Fazia o que era preciso fazer e mais nada. Ele tentava impressioná-la com os bens e a posição social da família, sem surtir efeito, até que um dia, ele a pediu em casamento. Ela, além de rejeitá-lo ainda o humilhou e isto foi demais para Vicentinho, que para fugir dali foi se refugiar em Lisboa. Lá gastou seu dinheiro em festas e farras com amigos que só conviviam com ele devido a sua situação privilegiada. Acabou morrendo em decorrência de um acidente automobilístico, que fazia parte de uma aposta para a qual seus amigos o haviam desafiado.

---

<sup>25</sup> Concelho, em Portugal significa município.

Ruth quando soube da morte de Vicentinho ficou entristecida, e até se sentiu culpada, porém este sentimento durou o tempo em que esteve com o corpo do morto. A seguir retornou a sua vida sem se lembrar dele.

Para Vicentinho o amor de Ruth, uma mulher desprezada pela sociedade, representava sua opção à solidão que ele, mesmo rico não conseguia evitar. Era pouco o que queria das pessoas, carinho, atenção, amor e, no entanto tão difícil de encontrar. Mesmo para uma pessoa como ele que havia nascido em um ambiente favorecido economicamente não havia garantia contra a solidão.

No conto *O Amigo*, a história se passa entre Dina, uma tradutora da TAP (Transportadora Aérea Portuguesa) e Cesário Ribeiro, diretor técnico de uma farmácia. Os dois se conheceram na piscina de um clube, e desse encontro surgiu uma amizade. Cesário logo mostrou interesse por Dina que insistia em não permitir um envolvimento mais íntimo.

Dina tinha uma mãe doente e um irmão deficiente mental, que absorviam todo o seu tempo livre. Ela creditava que não seria capaz de manter qualquer relacionamento sem se descuidar de seus doentes, atitude que não estava disposta a tomar.

Para evitar o rompimento da amizade, Cesário Ribeiro deixou de insistir com Dina. Os encontros entre eles foram se espaçando até que ele deixou de procurá-la. Um dia sentindo-se triste, sozinha e vazia, a tradutora foi procurá-lo. Era a primeira vez que o esperava na saída do trabalho. Dina acabou encontrando-o com outra, que mesmo percebendo sua presença a ignorou. Ela ficou paralisada, sem saber o que pensar. Perguntou a si mesma se chegara a conhecer aquele homem, ou se era possível alguém conhecer outro ser humano. A partir daí, decidiu encerrar de vez qualquer tentativa de amizade como aquela.

Esta mulher que havia tomado como missão de vida cuidar da mãe e do irmão, não teve a mesma competência para zelar por si. Sua vida era e continuaria a ser solitária. Por outro lado, Cesário Ribeiro partiu em busca do que não havia encontrado em Dina e a abandonou. Ele levou sua vida adiante, e ela encerrou ali suas tentativas de acabar com a solidão..

Esse caso apresenta estórias de pessoas solitárias que desejam superar esta condição, mas com expectativas diferentes de vida que os separa.

No conto *A Entrevista* a estória se passa entre Dario, um jornalista, que desistira do jornalismo de denúncia e que, como parte do seu novo trabalho, deveria entrevistar Esperança Saint-Marcet, artista de music-hall. Ela era negra, filha de “portuguesa de

cor” – angolana, e de pai belga. Ele não apreciava aquele tipo de trabalho, mas havia sido escalado e não poderia fugir.

Depois de iniciada a entrevista, os dois resolvem almoçar. Quando ela estava no banho e se preparava para sair com ele, o jornalista teve um “ ataque inesperado de descaro, único em toda a sua vida”, levando os dois a desfrutarem momentos de prazer.

Mas, para Esperança o amor físico não vinha acompanhado de outros sentimentos, pois era uma pessoa que cultivava a vaidade e o egoísmo. Vivia longe de sua família, inclusive de sua filha que havia ficado em Angola com a avó. O jornalista percebe o abismo que existia entre os dois e já não tem mais nenhum prazer naquela companhia.

Antes de sair, pergunta a Esperança o que ela pensa de si como pessoa. A artista começa a chorar e ele não entende mais nada.

*“Como é que pusera , com aquela pergunta, no estado de perturbação em que a vira, pelo menos um instante? Estivera, então, parecia-lhe, à beira de a conhecer; e essa oportunidade agora fugira para sempre. Se tivesse insistido... Mas que significava exactamente conhecer uma pessoa?, até onde é que se conhece?”* (idem:128)

Dario ficara encantado com a beleza e exuberância de Esperança, mas ao mesmo tempo a repeliu quando percebeu nela uma pessoa vaidosa e superficial.

Mas a imagem de Esperança como uma pessoa ególatra se quebrou quando ele tentou chegar mais próximo do seu íntimo. Por um breve instante, quando ela desabou num pranto, ele percebeu que não chegara a conhecê-la e nem talvez isto fosse possível. Afinal o que podemos conhecer realmente das pessoas?

Esta pergunta que fecha este conto é a mesma do conto anterior. Tanto no caso de Dario como no de Dina o autor coloca a dúvida se realmente é possível conhecer alguém. O véu da superficialidade que cobre os relacionamentos não permite que as pessoas se vejam e se reconheçam como realmente são. Esta falta de transparência impede a realização do amor e da confraternização.

No caso de D. Maria Luciana, no conto *Um Encontro no Caís do Sodré*, existe um aviltamento da pessoa no relacionamento que mantém com Antônio Alexandre. Ele, muito mais jovem que ela, a usa para usufruir do conforto que a senhora lhe propicia. Em troca oferece a ela sexo apressado e atenção descuidada.

Maria Luciana conhecia os defeitos de Antônio e sabia inclusive de seus outros romances, no entanto fez todas as suas vontades para não perdê-lo. Ele significava juventude e prazer, coisas que ela, já uma avó, não estava em condições de desprezar.

Entre eles não se estabeleceu uma relação de estreiteza de sentimentos, mas sim de interesses convergentes. Maria Luciana disfarçava sua solidão nos encontros espaçados e na vida medíocre de mulher pequeno-burguesa que levava. Era a impossibilidade da felicidade e da plenitude de sentimentos, maquiada pelo interesse imediato e superficial.

Por medo da solidão aceita um amor medíocre, que a diminui e impossibilita a libertação, o seu verdadeiro gozo, a sua felicidade.

Neste livro de contos, as narrativas não se aprofundam na descrição das situações. Seus enredos são simples e diretos, e se caracterizam pela brevidade que a condição de sua produção exigia: foram escritos de forma precária e clandestina dentro da prisão<sup>26</sup>.

O autor condensa seus pensamentos e seu momento nos personagens que compõem cada um dos contos. Por isso a maior parte deles representa uma forma de contestação: Maria Aurélia através do comportamento sexual desafia o conjunto de regras e a moral burguesa dominante; Ada e Joana reage através da ação política contra a ditadura; Lenucha e Isolina desafiam a autoridade de importantes instituições burguesas: como a escola e a família.

Daniel e Mateus representam a fragilidade dos presos que, na sua condição de encarceramento vivem a solidão, o temor do abandono e do esquecimento por parte dos que estão do outro lado dos muros da prisão e os isola do resto da sociedade.

Outros personagens expressam a impossibilidade de conseguir a felicidade através do amor egoísta, repressor, venal e individualista. Através deles o autor está demonstrando que a felicidade não existe se não estiver acompanhada de justiça, igualdade e liberdade.

O conjunto desses contos que abordam temáticas distantes revela, em última instância, a preocupação do autor em integrar questões sociais e existenciais. A mescla entre abordagem marxista e existencialista caracteriza esta obra. O traço comum a todos os contos é a tentativa de resistência, por diferentes formas, à ditadura portuguesa e os valores que ela consagrou.

---

<sup>26</sup> Segundo Urbano ele conseguiu escrever os contos em parte devido a uma engenhosidade, pois a ele era permitido escrever uma vez por semana à família. Um dia antes de devolver a caneta, conseguiu desenroscar a esferográfica, de forma que ficou com a mina, devolvendo a caneta sem nada dentro. O papel utilizado era o higiênico, que não era rugoso, mas duro, forte, o que permitia que se escrevesse em cima.

## CAPÍTULO II

**Mitos defloramos e defloradas fomos de consentido.  
 Porém de consentidas não nos tomem. Me tomes.  
 Se tome Mariana que em clausura se escrevia,  
 adquirindo assim sua medida de liberdade  
 e realização através da escrita; mulher que  
 escreve ostentando-se de fêmea enquanto freira,  
 desautorizando a lei, a ordem, os usos,  
 o hábito que vestia.  
 “As “Três Marias”” – N.C.P.**

**A MULHER – e seus múltiplos no livro *Novas Cartas Portuguesas*.**

### **1. O Livro: sua estrutura e conseqüências.**

*Novas Cartas Portuguesas*, livro publicado em Portugal em 1972, provocou e ainda provoca nos seus leitores algum tipo de reação que ultrapassa o prazer da leitura. É um livro que incomoda, seja pela linguagem ou pela maneira cruel e chocante que as autoras utilizaram as palavras para representar o universo que as circundava.

A forma como este livro está estruturado não permite que possamos classificá-lo em algum gênero literário como romance, poesia, ficção, etc. Ele perpassa todos estes gêneros inovando também no que se refere à autoria que é tripla – caso *sui generis* dentro do campo literário. Suas autoras são Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria [de Fátima] Velho da Costa, que por causa do livro ficaram conhecidas como as ““Três Marias””.<sup>27</sup> Por existir uma autoria conjunta não é possível individualizar a participação das escritoras no livro em análise, pois não assinaram nenhuma das partes que compõem a obra.

As inovações da obra também incluem a utilização de formas lingüísticas diversificadas, incluindo recursos estilísticos como a paródia e a intertextualidade, além

---

<sup>27</sup> Maria de Fátima Bivar Velho da Costa; Maria Teresa de Mascarenhas Horta nascida em 20/05/1937 em Lisboa; Maria Isabel Barreno de Farias Martins, nascida em 10/07/1939 em Lisboa.

da apresentação de uma linguagem que não se abstém de lançar mão de termos considerados chulos ou obscenos.

É um livro que preza a multiplicidade, da forma, do estilo e da linguagem. Demonstra com isso que a problemática abordada também deve ser focalizada sob diversos ângulos, pois não se trata apenas da defesa da liberalização da mulher, mas também da opressão e da interdição presentes na sociedade portuguesa de sua época. Por tudo isso, consideramos que as rupturas das autoras com a tradição literária portuguesa não ficaram circunscrita ao campo das artes.

A obra é uma alusão às *Cartas Portuguesas*, um conjunto de cinco cartas escritas no século XVII, cuja autoria é atribuída a Sórora Mariana Alcoforado,<sup>28</sup> tendo como destinatário um oficial francês marechal Chamilly que participara de expedições francesas em Portugal na época da consolidação da sua independência em relação à Espanha.

A partir do livro *Cartas Portuguesas*, as “Três Marias” construíram novas situações e personagens. Às personagens que figuram no livro *Cartas Portuguesas* como Mariana ( freira), o Cavaleiro de Chamilly , D. Brites, a mãe de Mariana, e o irmão desta, as “Três Marias” emprestaram novas personalidades e novas estórias. Também criaram outras personagens como o cunhado, tio e primo de Mariana, amigas, além de suas descendentes. Esses personagens se inter-relacionam em *Novas Cartas Portuguesas* através de cartas, bilhetes e poesias.

Além das personagens recuperadas da obra de Sórora Mariana e daquelas criadas pelas autoras, as próprias escritoras também se tornaram personagens deste livro. Elas intitulam as primeiras poesias que aparecem no livro com seus próprios nomes:

Apresentaremos, primeiramente, trechos da poesia intitulada *Teresa*<sup>29</sup> :

*“de rosas tu teresa e a voz de vidro*

*Prestes e libelinha do quebrar-se e nunca*

*De leve astuciando os ditos gastos esgotas*

---

<sup>28</sup> Este livro é composto por cinco cartas de extrema paixão e desespero revelados pela freira após ter sido abandonada por seu amante, um oficial francês Marechal Chamilly. Sórora Mariana Alcoforado nasceu em 1640 e faleceu com 83 anos, em 1723, no convento da Conceição da Beja, onde foi escritora. Filha de uma ilustre família foi obrigada pelo pai a ingressar ainda adolescente no convento. Foram publicadas pela primeira vez em francês, por um livreiro de Paris com o título *Letres Portugaises Traduites em Français* (1669). A autoria das cartas é objeto de polémica. Há intelectuais franceses e portugueses que acreditam que tais cartas não poderiam ser escritas por uma mulher, atribuindo inclusive esta autoria ao livreiro francês que as lançou. (porque a primeira versão é em francês).

<sup>29</sup> *Novas Cartas Portuguesas*, pg. 15



*E travo tenro trevo fica; um silvo (tu de silves),  
(...)"*

A seguir um trecho da poesia intitulada *16 Isabel*:<sup>30</sup>

*“Ouve isabel as pedras são antigas  
Desmerecido temos o teu trato  
De basalto macio ou irisado quartzo.  
Revéns do que as sustenta até areias peso.  
Não do granito digo ou não apenas  
De todas trazés signo e majestade  
Mesmo de areias.  
(...)"*

E finalmente, fragmentos da poesia intitulada *Fátima*:<sup>31</sup>

*“Fadada foste ao gesto e à  
Palavra  
O corpo tão daninho que te habita  
Mulher que não domaste e te desgosta  
Maina<sup>32</sup> te possui  
Plácida escondida  
(...)  
De sede fátima devoras a firmeza  
E tão fecunda ou dor  
Tu tornaste a tua fala  
Que és teu próprio alimento e teu sustento  
Na solidão imensa em que  
Resvalas  
(...)"*

Nos trechos acima transcritos, observa-se a associação dos nomes das autoras a determinadas idéias. Na primeira poesia, Teresa, encontramos uma oposição entre a rosa que forma Teresa e sua voz de vidro. Ora, a rosa é naturalmente ligada à idéia de delicadeza e fragilidade associadas ao feminino. Porém, sua voz é de vidro, portanto

---

<sup>30</sup> Idem, p. 16

<sup>31</sup> Idem, p. 18.

<sup>32</sup> Maina Mendes é a protagonista do livro que leva o mesmo nome, publicado em 1969, de Maria de Fátima Velho da Costa. Neste livro Maina Mendes emudece após uma briga com sua mãe, quando ainda era criança. Depois de adulta, com a fala já recuperada, se casa para fugir da tutela dos pais. Seu casamento é um fracasso e acaba sendo interdita pelo marido que a coloca em um hospício.

cortante e perigosa. Essa idéia da oposição entre fragilidade e perigo retorna com as palavras libelinha, um inseto frágil, e silvo, som de serpente, por conseguinte venenoso. Temos então uma oscilação entre fragilidade e perigo.

A poesia Isabel traz o peso das pedras, rochas e minérios na constituição de Isabel, pois deles herdou o símbolo e a majestade. Dos minérios sai o metal da palavra que afiada se propaga no ar. Formada por rochas e pedras antigas, Isabel é desgastada pela fala areada, aquela que foi limpa e polida com areia.

Fátima traz, de forma translúcida, a palavra como seu próprio alimento e sustento. Ao mesmo tempo as palavras a envenenam fazendo com que ela se abandone em solidão. As palavras que ela usa não são para acariciar ou adornar, ao contrário, são usadas para abrir as cancelas da dor.

O vocábulo “palavra” é constante nas três poesias que apresentam as autoras. As palavras são para elas mais do que instrumento de trabalho, representam a constituição delas mesmas enquanto sujeitos ativos na sociedade em que atuam. Sabem que podem ferir e envenenar o seu ambiente usando a única arma que possuem: a palavra.

Esta idéia das autoras enquanto personagens é reforçada por cartas que por não possuírem um nome de remetente e/ou destinatário, levam a supor que se trata das próprias autoras falando de seu próprio tempo.

As cartas estão intituladas da seguinte maneira: Primeira Carta I, Primeira Carta II, Primeira Carta III, etc. e estão intercaladas com outros textos, poesias, cartas, estórias, etc. que formam o livro. Nestas epístolas, as autoras manifestam, inclusive, o que esta obra representa para elas, revelando seus receios, anseios, objetivos:

*“E nós, e nós, de quem, a quem o rumo, os dizeres que nem assinados vão, o trio de mãos que mais de três não seja o anônimo o coro? Oh quanta problemática prevejo, manas, existiremos três numa só causa e nem bem lhe sabemos disto a causa de nada e por isso as mãos nos damos e lhes damos, nos damos o redondo da mão(...) o tema é de passagem, de passionar, passar paixão e o tom é compaixão, é compartilhado com paixão.”* (Terceira Carta I, pg. 14)

*“Inevitavelmente, passamos de amor à história e à política, e aos mitos que calçam circunstâncias históricas e políticas, e tu perguntaste ‘é pacto com o demônio que sugeres?’ E não foi por acaso essa pergunta – de fora nos julgamos, mas são nossos temores mais fundos o que nos liga aos que rejeitamos (...); demônio é o anjo caído por ter ameaçado a ordem superiormente estabelecida”* (Terceira Carta IV, pg. 102 e 103).

*“Que saia nossa dialéctica de mulheres-nascidas-e-criadas-na-burguesia-citadina-desta-sociedade-cujos-calores-bem-sabemos-e-simpatizantes-com-todas-as-classe-e-grupos-explorados-com-agudo-sentimento-de-pertença-ao-grupo-explorado-‘mulheres’, que esta nossa dialéctica retorcida se desenrole entre nós e os outros, e não só intra-eus ou intra-nós. (Segunda Carta última, pg. 367)*

Estas transcrições nos fazem perceber que as autoras estão cónscias tanto do que pretendem como também do que poderá advir desta empreitada, pois podem “prever a problemática” não só de assinarem as três conjuntamente, mas principalmente da causa que juntas pretendem defender. A proposta é passar do amor (Sóror Mariana) para a história (a condição da mulher) e à política (a simpatia com todas as classes e grupos explorados) alargando a luta feminista<sup>33</sup> à luta contra toda forma de opressão: “*entre nós e os outros e não só intra-eus ou intra-nós*”.

A problemática prevista se confirmou: *Novas Cartas Portuguesas* foi recolhida pela censura três dias após ter sido lançada no mercado, em abril de 1972. Além da proibição de sua circulação, o livro foi enviado à Polícia Judiciária, para efeitos de instrução do respectivo processo-crime contra as autoras pelo fato do conteúdo ser considerado imoral. As autoras acabaram sendo absolvidas, somente após a revolução de 25 de Abril de 1974.

O censor, quando da apreensão da obra, fez o seguinte relato:

*“Este livro é constituído por uma série de textos em prosa e versos ligados à história Mariana, mas em que se preconiza sempre a emancipação da mulher em todos os seus aspectos, através de histórias e reflexões. Algumas das passagens são francamente chocantes por imorais (...), constituindo uma ofensa aos costumes e à moral vigente no País. Concluindo: Sou do parecer que se proíba a circulação no País do livro em referência, enviando-se o mesmo à Polícia Judiciária para efeitos de instrução do processo crime.” (Azevedo, 1997, pp121).*

Este processo instruído contra as autoras, no governo de Marcelo Caetano, é significativo no sentido de mostrar que as dificuldades e o cerceamento impostos aos escritores continuavam em vigor, apesar da propalada “liberalização” do regime.

---

<sup>33</sup> A década de 1960, particularmente após o movimento de Maio de 1968, caracterizou-se por intensa mobilização na luta contra o colonialismo, a discriminação racial, pelos direitos das minorias e pelas reivindicações estudantis. Estas lutas ampliaram o conceito de luta política além da luta econômica, revelando outras formas do exercício do poder. É neste momento histórico de contestação e de luta que o feminismo ressurgiu, passando a se constituir como um importante movimento social dotado de força política.

Maria Teresa Horta descreveu da seguinte forma este momento de finalização do livro e de sua apreensão: “*É curioso que durante todo o tempo que levamos a fazer o livro, o meu marido me disse várias vezes: ‘Olhem que vocês vão presas, vocês acabam na cadeia’.* (...) *E só não nos levaram presas porque eu e a Maria Velho da Costa pagamos uma caução de 50 contos. Quanto à Maria Isabel Barreno, provou que não tinha posses para isso(...)* Então em relação à Maria Isabel Barreno eles aceitaram que não depositasse a caução, mas obrigaram-na, em contrapartida, a comparecer uma vez por mês na polícia, para fazer ofício de corpo presente.” (Azevedo, 1999: 142).

Por este depoimento, confirma-se a apreensão existente antes da publicação do livro e o temor do que poderia acontecer com elas.

É importante salientar que a censura aos livros não era prévia, como na imprensa, ela se fazia depois que o livro já estava em circulação. Por isso *Novas Cartas Portuguesas* chegou ao mercado. Mas a legislação instruíra que membros da DGI (Direção-Geral da Informação), em serviço externo permanente, percorressem diariamente as livrarias da capital, encarregando-se ainda da consulta dos catálogos das editoras e importadoras de livros. Dessa atividade, relatavam os livros aparecidos no mercado, assinalando aqueles que deveriam ser examinados pela censura. Depois que a comissão da censura adotava um parecer, este era informado ao editor ou importador e às entidades policiais que efetuariam as apreensões, nos casos em que isto fosse determinado.

Desta forma o prejuízo da eventual apreensão do livro não era somente dos autores como também dos editores, que viam seu nome ligado às obras e aos autores censurados. No caso do livro das “Três Marias”, em que já havia uma preocupação em relação às possíveis conseqüências da sua publicação, a participação da editora que efetivamente publicou o livro foi muito importante.

Através do depoimento de Maria Teresa Horta a Cândido de Azevedo no livro *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, livro*, ela conta como foi difícil encontrar uma editora que estivesse disposta a publicar o livro, pois ninguém tinha coragem para isso. A obra acabou sendo editada pela editora Estúdios Cor, de propriedade da escritora Natália Correia, que aceitou correr o risco de publica-lo.

“*Devo sublinhar que se não fosse a Natália Correia o livro Novas Cartas Portuguesas não teria sido publicado. Na verdade, quando ninguém o aceitava para editar, ela convenceu a administração da sua editora a aceita-lo e correu o risco não*

*só da apreensão da obra, como de ir a tribunal, como o foi.”(Maria Teresa Horta, Azevedo,1999:142)*

É interessante informar que Natália Correia já tinha vivido – na condição de autora - experiências com a censura, inclusive no que tange ao aspecto moral da sua obra *Comunicação*. Esse livro havia sido proibido pela censura, em 1959, sob o seguinte argumento: “*O intróito, a forma derrotista como apresenta o Poema (...) a sensualidade, libertinagem e a falta de senso moral bem verificados, levam sem sobre de dúvida a não autorizar a sua circulação*” (Azevedo, 1999:557).

Torna-se ilustrativo quando se observa que a empreitada exigida pelo livro *Novas Cartas Portuguesas* contou com o apoio de outra mulher que embarcou nos riscos que tal projeto representava, indicador da manifestação da resistência ao regime autoritário presente em Portugal pelos escritores. O processo de resistência dos escritores está presente não só nos seus escritos, nas suas publicações, mas também na solidariedade àqueles que de alguma forma caíram nas garras do sistema repressivo, como é o caso das “Três Marias”.

As autoras, neste processo instaurado contra elas, contaram com a solidariedade da oposição portuguesa, sobretudo dos escritores, embora a "censura" tivesse agido para não deixar passar qualquer informação à população (Magalhães, 1998: 65-68).

A cumplicidade dos escritores ficou nítida quando durante o processo em que as autoras poderiam apresentar seis ou sete testemunhas cada uma, quase todos os escritores que elas conheciam quiseram testemunhar a favor das rés.<sup>34</sup>

Uma das entrevistadas por Maria José Magalhães no livro *Movimento feminista e Educação* afirmou o seguinte:

*"Não tivemos solidariedade de portuguesas, não. Por dois motivos. Por um lado, por que a maioria da população portuguesa só soube do livro e do caso depois do 25 de Abril, uma vez que as notícias sobre o próprio julgamento eram censuradas na imprensa de cá - saíram apenas uma ou duas notícias. Só aquela elite, digamos, que comprava jornais estrangeiros ou que conhecia as pessoas "do meio" sabia do que estava a passar. Por outro lado, a maioria das mulheres, naquele momento, de facto, não estava conscientizada para esse tipo de coisas. E tinham medo - entrevista D" (idem)*

---

<sup>34</sup> No depoimento que Maria Teresa Horta fez para o livro de Cândido Azevedo *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano Imprensa – Teatro – Cinema – Televisão – Radiodifusão – Livro* há a descrição da agitação e alvoroço que envolveu as audiências de alegações finais e de sentença (esta não se realizou pois o juiz que deveria proferir a sentença alegou estar doente, adiando assim, a decisão final para depois do 25 de abril).

Maria José Magalhães segue afirmando que a solidariedade do movimento feminista internacional foi decisiva, pois no momento em que Portugal era hostilizado pelo mundo inteiro devido à "questão colonial", e o salazarismo estava moribundo. Marcelo Caetano não quis criar nenhum incidente internacional, por isso ilibaram as autoras. Desta forma elas escaparam da prisão.

Em um momento da narrativa, surge a pergunta: “Mas o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?” (p. 253). Em algumas páginas adiante, repete-se a pergunta: “*o que é a literatura? E o que é esta experiência de três? Talvez mais nada do que o espremer dum furúnculo. Talvez mais nada do que o dizermos em alta voz – coragem? Necessidade? – os mal-estares, os ataques, as recusas e os medos.*” (p.367) Através desta transcrição percebemos que o sentido atribuído pelas autoras à literatura pode ser compreendido como uma forma de interferência no destino coletivo da sociedade em que estavam inseridas.

*Novas Cartas Portuguesas* além de provocar um escândalo, na época de seu lançamento, também foi considerada como uma obra pioneira na literatura feminina portuguesa, tornando-se referência para outras autoras no pós 25 de abril.

## 2. Personagens e ações: As faces de Eva.

Através das personagens e das suas estórias, as autoras vão denunciando não só a condição feminina como também a sociedade portuguesa.

Partimos do pressuposto de que ao falarem das mulheres, as autoras estavam falando delas próprias, da forma como viam o mundo e principalmente, como faziam da obra uma forma de intervenção nesse mundo. Pode-se perceber que a intenção era reivindicar a condição de sujeito da própria história, capaz de transformá-la através da escrita<sup>35</sup>.

A maior parte das personagens criadas gira em torno de Mariana – a freira que se apaixonou e foi abandonada pelo oficial francês Conde de Chamilly. A base destas intrigas reside na situação de opressão e condenação de Mariana à clausura. A história

---

<sup>35</sup> Um dos primeiros trabalhos que analisam a condição da mulher é de Friedrich Engels, *A origem da Família, da Propriedade privada e do Estado*. Uma obra que teve grande repercussão no estudo da posição feminina na sociedade, no século XX, foi *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir. A questão da mulher na história é atualmente trabalhada por Michelle Perrot nos livros *As Mulheres ou os silêncios da história, Os Excluídos da História e História das Mulheres no Ocidente*. Alguns estudos recentes buscam compreender a história das mulheres da península Ibérica, como *Writing Women's History in Southern Europe*, obra dirigida por Gisela Bock e Anne Cova.

da freira e de sua paixão reveladas pelas cartas por ela escritas servem de pretexto para que as autoras falem de outros assuntos. Esta intenção fica explícita no seguinte trecho:

“ *De Mariana tirámos o mote, de nós mesmas o motivo, o mosto, a métrica dos dias. Assim inventamos já de Mariana o gesto, a carta, o aborto; a mãe que as três tivemos ou nunca e lha damos. A acusamos, recusando-nos a iliba-la por fraqueza, cobardia, fazendo dela uma pedra a fim de a atirarmos aos outros e a nós próprias.*”  
(pg. 88)

De Mariana, as autoras detêm a paixão, pois a grande característica do livro *Cartas Portuguesas* está justamente em explicitar uma paixão desenfreada; paixão essa que não conhece limites como a moral religiosa ou secular, ignorando o tom reservado que deveria caracterizar as demonstrações de afeto realizadas por uma mulher, principalmente se esta fosse religiosa, como era o caso de Sórora Mariana do Alcoforado. Ousadias que somente uma paixão poderia provocar. A paixão que determina a ousadia da ação vem de Mariana, porém o objeto desejado ou o exercício desta paixão pertencem às autoras. Além da paixão as “Três Marias” e Mariana têm em comum a literatura, lugar onde expressam suas paixões.

Para as “Três Marias”, toda a literatura representa uma carta em que é feito o registro das emoções, sensibilidades e tensões que perpassam o ambiente social em que se situavam. É desta forma que abrem o livro:

*"Pois que toda literatura é uma longa carta a interlocutor invisível, presente, possível ou futura paixão que liquidamos, alimentamos ou procuramos. E já foi dito que não interessa tanto o objecto, apenas pretexto, mas antes a paixão; e eu acrescento que não interessa tanto a paixão, apenas pretexto, mas antes o seu exercício.*

*Não será portanto necessário perguntarmo-nos se o que nos junta é paixão comum de exercícios diferentes, ou exercício comum de paixões diferentes. Porque só nos perguntaremos então qual o modo do nosso exercício, se nostalgia, se vingança. Sim, sem dúvida que nostalgia é também uma forma de vingança, e vingança uma forma de nostalgia; em ambos os casos procuramos o que não nos faria recuar; o que não nos faria destruir. Mas não deixa a paixão de ser a força e o exercício o seu sentido "(p.09).*

Este entendimento de que toda literatura é uma carta explica-se pelo fato de que o escritor não escreve para si mesmo. Uma obra literária não é possível sem leitores e é para estes que as autoras se dirigem. A intenção é servir-se das palavras para demonstrar, recusar, interpelar, ordenar, insultar, persuadir, insinuar, etc, enfim, criar

um estado de espírito que possa despertar o leitor da sua possível apatia frente aos assuntos propostos.

A forma como as autoras desenvolvem o exercício da sua paixão é a escrita. Por isso o exercício da paixão que aqui se faz pelo exercício da literatura, traz uma linguagem que tem como objetivo chocar, quebrando a imobilidade, uma espécie de despertador que nos faz acordar em sobressaltos.

As autoras se referem à paixão como impulsionadora desta empreitada, sendo o objeto do desejo apenas pretexto. Marilena Chauí ao analisar o desejo afirma que:

*"O desejo (cupiditas) é a própria essência do homem enquanto concebida como determinada a fazer algo por uma afecção nela existente. Não envolve a consciência, diz Espinosa, senão quando conhecemos ou imaginamos conhecer a causa dos nossos apetites. Quando a causa é imaginária (isto é depositada no desejado e não no desejante), o desejo é paixão; quando a causa é real (isto é, o próprio desejante) o desejo é ação. Dela nascem emulação, gratidão, inveja, vingança, crueldade, temor, audácia, pusilanimidade, consternação, modéstia, ambição, lubricidade, avareza, benevolência, generosidade, orgulho."* (Chauí, 1988, pp 54).

Conforme declaração das autoras, o que realmente importava era o exercício da paixão, portanto o seu desejo estava centrado nas próprias autoras, isto é, na causa que advogavam. Este desejo era ação audaciosa de resistência e de luta.

Essa paixão que impulsionou a ação, neste caso, se sobrepôs ao medo da censura, que paralisa. Sobre esse medo José Régio afirmou:

*"... Porque é o medo que tolhe até os impulsos mais generosos, faz desistir até das aspirações mais justas, afoga até o grito mais espontâneo, e, em suma, corrompe e assombra até a mais clara visão da vida. Pelo medo fica a alma pequenina, embaraçada, inerme, torpe. Encolheu-se - dizemos nós de quem teve medo de agir. E não há imagem mais justa. Não admira que cultivem o medo (...) todos os regimes autoritários..."* (Apud Azevedo, 1997, pp14-15).

Paixão para desafiar, provocar e até rir. A ação para buscar as palavras, afrontando claramente a paralisia imposta pela censura salazarista. Assim como Mariana que presa em um convento rompeu com as fronteiras da clausura imposta a ela contra sua vontade, fazendo com que sua paixão fosse anunciada ao mundo através de cartas, as autoras usaram a literatura para pular os muros do convento salazarista em que a sociedade portuguesa encontrava-se enclausurada. Porém o que as movia não era uma



paixão centrada no objeto desejado, como a freira de Beja, mas o exercício da paixão centrada na sua própria luta política.

Essa luta seria de “vingança” ou de “nostalgia”, e assim elas propunham um outro outubro ou maio. Estes meses não são aleatórios. São meses que remetem a revoluções, sugerindo rupturas. Outubro, mês da revolução Russa e da queda da monarquia portuguesa (05.10.1910), maio mês da queda da Primeira República Portuguesa (28.05.1926) e também, mês da revolta estudantil francesa de 1968, quando foram questionadas as instituições, valores e cultura do mundo burguês, como também as propostas de transformação comunista. (Capelato, 1996:23)

Seja vingança ou nostalgia, certamente a ação buscava transformar a condição da mulher e os vários papéis que ela desempenhava na vida social, seja como filha, mãe, patroa, empregada, estudante, etc. Uma das preocupações no *Novas Cartas Portuguesas* é justamente mostrar a multiplicidade implícita no termo mulher. Por isso a variedade de situações vividas e protagonizadas por mulheres é grande. Como também são numerosas as personagens femininas criadas pelas autoras. Mariana (de onde tiraram o mote), D. Joana e Mônica (amigas), D. Mariana (sobrinha), Maria (irmã), Maria (ama), Maria das Dores (mãe), D. Maria Ana (descendente de D. Mariana, sobrinha da freira), Ana Maria (Descendente direta de D. Maria Ana, nascida em 1940), D. Brites (personagem citado por Mariana Alcoforado em *Cartas Portuguesas*, amiga e confidente da freira no convento.)

Maria de Lourdes Pintasilgo<sup>36</sup> no prefácio que fez a *Novas Cartas Portuguesas* na edição revista, publicada em 1979 pela Moraes editora, afirmou que “*a mulher que se diz no singular refere-se a um destino que é sempre plural. E nesse plural se vem a reconhecer cada história singular. Teia que se tece e se desfaz para de novo se tecer.*” (Pintasilgo, 1979:12). Essas várias mulheres singulares apresentadas pelas “Três Marias” referiam-se a um destino que era plural, porque era comum, independentemente do papel social que desempenhavam. Neste sentido pode-se perceber que ao juntar várias personagens as autoras estavam trabalhando com a idéia de uma só condição. Destino já traçado na teia da sociedade portuguesa. Isto faz supor que todas essas

---

<sup>36</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004) foi a primeira e única mulher que chefiou um governo em Portugal e a segunda em um país europeu. Foi Primeira Ministra entre 1979-1980. Além de Primeira Ministra ocupou os seguintes cargos: Procuradora na Câmara Cooperativa (1965-1974); Ministra dos Assuntos Sociais do II e III Governos provisórios; Embaixadora da UNESCO; Consultora do presidente Ramalho Eanes; Membro do Conselho das Universidades das Nações Unidas; Membro do Movimento Internacional Católico Graal; Fundadora do Movimento para o Aprofundamento da Democracia em 1986; Deputada pelo PS ao Parlamento Europeu em 1987. Autora das seguintes obras: *Sulcos do Nosso Querer Comum* (1980); *Os Novos Feminismos: Interrogação para os Cristãos* (1981).

mulheres experimentam a mesma sensação de opressão de Mariana, seja pelo casamento, pelo pátrio poder, pelo trabalho forçado ditado pelas necessidades cotidianas, pela separação imposta derivada da emigração e da guerra colonial, ou pela censura e repressão, características da sociedade estado-novista portuguesa.

Na *Carta de D. Joana de Vasconcelos para Mariana Alcoforado freira no Convento de Nossa Senhora da Conceição em Beja* (Pg. 170-174), D. Joana faz uma comparação entre sua situação de casada com a de Mariana, freira em clausura:

*“A ti te deram clausura, a mim marido que recusaria caso pudesse ou me ouvissem a vontade, mas bem sabemos, minha pobre amiga, quão pouca valia têm nossos desejos ou querereres, sejam eles de razão ou de coração. (...) pois em nós nada mandamos e de nós nada decidimos, os desejos vergando aos de nossos pais que nos ordenam ou de nossos maridos que nos compram(...)”* (pg. 171).

Para D. Joana, a situação de casada era a mesma que a de uma freira, principalmente porque a elas não pertence o próprio destino. A condição feminina era de submissão aos pais, primeiramente, e posteriormente aos maridos.

O lamento de D. Joana poderia ser circunscrito à situação da mulher do século XVII, porém o livro apresenta D. Maria Ana, nascida por volta de 1800 (Descendente direta de Mariana sobrinha de Mariana Alcoforado) que em seu diário afirma:

*“Que mulher não é freira, oferecida, abnegada, sem vida sua, afastada do mundo? Qual a mudança, na vida das mulheres, ao longo dos séculos?”* (pg. 177)

Seja no século XVI, XVII, XVIII ou na segunda metade do século XX, as mulheres estavam à mercê de seus pais, patrões e maridos. O mundo mudou e pela primeira vez, o homem experimentara o poder e a ameaça da destruição total da raça humana. No entanto a mulher ainda estava mergulhada em clausuras e interdições medievais.

É importante frisar que o livro *Novas Cartas Portuguesas* não pode ser classificado como um libelo contra o amor ou contra o homem. As autoras deixam claro no livro que “gostam de homens” (pg. 384) e afirmam também que recusar o homem não é a solução.

A recusa em se relacionar com o homem não significa fuga às prisões do relacionamento, mas recusa ao afrontamento com o outro, e à negação da possibilidade da construção de um relacionamento firmado em outras bases que não às da ideologia católico-salazarista.

O companheiro do feminino deveria estar empenhado na mesma luta que ela, por isso é por ela escolhido e pelo tempo que quiser. O casamento não pode significar um objetivo de vida, uma profissão não remunerada ou remunerada pela oferta do próprio corpo, transformando-se em prostituição pura e simples.

Para exemplificar esta possibilidade de relacionamento a dois, baseado em consentimento mútuo é que elas falam de seus companheiros, novamente atuando como personagens do livro, misturando suas vidas com as outras histórias que compõem a obra.

*“Porém como poderei com toda a verdade garantir que na realidade o amor recuso se o uso com homem que escolhi por luta me dar e eu lha dar (...)”* (pg.87)

*“Comigo vive homem que me dá luta e eu respiro, desejo até a dor do vício (amo) nunca permitindo apesar disso que me conduza, me distraia, me destrua.”* (pg.98)

As autoras, como personagens, contrapõem-se à personagem Mariana do Alcoforado. Esta contraposição se dá pelo fato de que apesar de amarem um homem, não permitem que ele seja o centro do seu mundo, com poder de destruição inclusive. Por isso, em determinada passagem do livro, elas acusam Mariana de ter usado todo seu ócio, sua destreza, suas palavras para um homem e não para si própria, sua luta e sua libertação.

As opiniões das “Três Marias” ficaram transparentes nas *Cartas* que escrevem. Ao todo são 24 cartas que não trazem histórias ou personagens, mas argumentações. Como não há assinatura na obra não há possibilidade de creditá-las a uma ou outra autora.

Os personagens deste livro são constituídos por mulheres que poderiam ser chamadas de heterônimos das “Três Marias”. Elas (as autoras) brincam com os nomes de Maria e Ana, Mariana, onde se juntam Joana, Mônica, fazendo uma ciranda de histórias e situações em que de mãos dadas tentam contar a história do seu tempo, e abertas chamam para a roda quem quiser entrar.

Paralelamente a estas personagens femininas há referência a bruxas e santas com formas e nomes identificadores e adjetivadores de mulheres: *“Eva de serpente, corpo sem alma, virgem-mãe, bruxa, mãe abnegada, vampiro de homem, fada do lar, ser humano estúpido e muito envergonhado pelo sexo, cabra e anjo, etc.”* (pg. 104).

Há ainda um texto *A Freira Sangrenta* (pg. 75) em que as autoras apresentam histórias de bruxas extraídas do livro de Collin de Plancy ( \*1793 – 1887), *Dictionary of*

*Witchcraft*<sup>37</sup>. Os personagens extraídos deste livro são freiras ou bruxas que cometeram crimes, geralmente de ordem sexual, e foram condenadas a vagarem como fantasmas pela eternidade.

Segundo Marilena Chauí, (citando um trabalho da historiadora Ilana Novinsky) os inquisidores no Brasil, ao fazerem a representação das mulheres, associavam-nas com o mal que vem do inferno que tem parte com o demo.

As mulheres, segundo a autora, são colocadas do lado do mal e consideradas como expressão da desordem (isto é, como Natureza ainda não submetida à regra, à ordem e portanto, à Cultura). Todas as mulheres, sejam elas esposas, parteiras, bruxas, prostitutas ou freiras, são sempre descritas exclusivamente em termos sexuais “ *a bruxa dorme com o diabo e a freira, com Deus; a puta dorme com todos, a freira só com Jesus (...)*” (Chauí,1988:105)

A finalidade das “Três Marias” em incluírem estórias de mulheres que viraram assombração, por cometerem crimes de bruxaria ou por suas imoralidades, não é a de contestar tal visão. Elas não buscam renegar amores, libertinagens e feitiçarias. Ao contrário, elas dizem ser tudo isto também. Há uma tentativa de desmistificar a mulher como uma figura que deve ser pura, santa e imaculada. Elas não querem esta auréola, imagem ou símbolo. Querem ter o direito de fazer sexo onde e com quem quiserem, sem que isto constitua motivo para sanção moral ou criminal. A reivindicação é pelo direito da sabedoria embutida na feitiçaria da bruxa e pelo domínio da arte do sexo da puta.

O livro *Novas Cartas Portuguesas* não traz exclusivamente personagens femininos. Os homens aparecem no livro, principalmente, porque são o “outro” com quem as mulheres dialogam e vivem. Os personagens masculinos representam pais, irmãos, amantes, maridos e cunhado. Quando eles não são opressores diretos eles compartilham na opressão feminina. Há, porém um personagem, o primo de Mariana - José Maria, que se mostra extremamente frágil e que também é atropelado pelos mandos de seu pai em sua vida.

Segundo as autoras, os homens portugueses tentam disfarçar sua fragilidade através das touradas, de carros de corrida, da luta corporal, ou seja, de situações que demonstrem o quanto são viris: “*Ó meu Portugal de machos a enganar impotência,*

---

<sup>37</sup> O tema da bruxaria muito estudado pela historiografia mais recente. No Brasil, Laura de Mello e Souza produziu trabalhos sobre o tema e se tornou uma das principais expoentes no assunto.

*cobridores, garanhões, tão maus amantes, tão apressados na cama, só atentos a mostrar a picha*<sup>38</sup> (...) *Que de homens precisamos mas não destes*”(pg. 100).

A questão da fragilidade masculina, já tinha sido abordada anteriormente por Augustina Bessa-Luís no romance *A Sibília*<sup>39</sup>. (Esta autora em determinado momento é citada pelas “Três Marias” (pg. 55).)

Os homens do livro *A Sibília* são representados, em sua maioria, como pessoas desinteressantes, acomodadas e frágeis. As mulheres ao contrário, são pessoas fortes, dotadas de personalidades marcantes e íntegras.

No romance de Augustina a protagonista (Quina) é chamada de Sibila por ter uma perspicácia mais apurada que os demais personagens, fruto da sua ligação com a natureza, o tempo e seus ciclos e o lugar onde mora, que é o campo. Apesar desta proximidade com os seus instintos e com sua natureza, Quina abdicou do sexo. Ela desconfiava das mulheres que se deixavam envolver por homens, que pela própria natureza eram frágeis e desprezíveis. Estas mulheres, ao manterem relações com homens, estariam cedendo a este universo masculino que as usavam, visto ser o sexo um domínio deles.

Se o sexo era domínio masculino o corpo, e o que a ele fizesse referência, principalmente no aspecto sexual, era um dos assuntos interditos à mulher. Por isso, nada seria mais desafiador à moral vigente do que explorá-los, alçando-o à condição de personagem, como fizeram as “Três Marias”.

No livro *Novas Cartas Portuguesa*, são vários os textos, cartas e poesias que fazem alusão ao corpo. Alguns o exploram de forma mais direta, como é o caso *O Corpo* (pg. 225), neste texto há a descrição de um corpo masculino descansando depois do sexo: “(...) *das duas nádegas estreitas, aparecendo depois o sexo entre as duas pernas (...) entre as coxas o seu sexo, os dois pequenos pomos cuja firmeza se desenha na pela branda e a corola recolhida de seu pênis adormecido*” (pg.226)

Neste trecho, as autoras fazem referência explícita ao órgão sexual masculino como objeto ligado ao prazer. Em outro texto (*Carta de D. Joana de Vasconcelos para Mariana Alcoforado freira no Convento de Nossa Senhora da Conceição em Beja* - pg.

<sup>38</sup> Picha: Camarão pequeno.

<sup>39</sup> *A Sibília*, publicado em 1954 representa um marco na literatura portuguesa. Augustina Bessa-Luís escreve este livro quando a literatura portuguesa passava por um período de “Marasmo criador” (crepúsculo do neo-realismo) firmando-se como uma obra de ruptura. (Coelho, 1999:124). Para exemplificar a forma como a autora constrói a representação masculina e a relação entre a protagonista e os homens, apresento uma breve citação: “*E a entranhada aversão pelo homem, pelo ser inútil e despótico, egoísta, cedendo aos vícios e à corrupção com uma facilidade fatalista, desenvolveu-se nelas cada vez com mais intensidade(...)*” (Bessa-Luís 1982:49)

170-174), há uma referência ao sexo por obrigação como no casamento em que já não há prazer: “*Sabes tu o que é sermos tomada nuas por mãos apressadas e bocas moles de cuspo? O corpo dilacerado por membro estranho escaldante, a magoar sobretudo a alma?*” (pg.171).

Em outros trechos do livro aparecem as palavras seios, pênis, vagina, gozo, etc., ora descrevendo momentos de prazer ora momentos de dominação. O sexo vai sendo construído no sentido de revelar o lugar mais íntimo onde a opressão se faz sentir da forma mais vexatória, pois é acompanhado de humilhação e dor, que se faz na intimidade da vida privada. Para tornar isso mais contundente as autoras recorrem a elementos lingüísticos da pornografia e obscenidade.

Pode-se refletir sobre essa postura das autoras como uma tentativa deliberada de transgredir a ordem moral socialmente estabelecida, que tirava da mulher o direito a qualquer tipo de liberdade, inclusive a liberdade em relação ao controle do seu próprio corpo. Essa postura aponta o sentido de que o sexo e a reversão dos padrões morais poderiam representar a conquista do prazer através do exercício pleno da liberdade.

O recurso à pornografia para chocar e questionar os fundamentos da moral social e religiosa é conhecido na Europa desde o século XVI. Lynn Hunt no livro *A invenção da pornografia - Obscenidades e as origens da modernidade 1500-1800*, afirma que, na Europa entre 1500 e 1800, a pornografia era mais freqüentemente um veículo que se utilizava do sexo para chocar e criticar as autoridades políticas e religiosas. Segundo a autora:

*"O desenvolvimento da pornografia ocorreu a partir dos avanços e retrocessos da atividade desordenada de escritores, pintores e gravadores, empenhados em pôr à prova os limites do "decente" e a censura da autoridade eclesiástica e secular" (Hunt, 1999:10).*

Na narrativa das autoras, as referências ao corpo podem ser consideradas como um recurso utilizado com a finalidade de quebrar a ordem restritiva imposta à mulher no seguinte sentido: assumir o próprio corpo significava exibi-lo como marca da diferença e, portanto, da identidade. Partindo do pressuposto de que a mulher é seu sexo, pretenderam reinventar sua identidade num plano mais amplo – político, econômico e cultural. Através da sexualidade que se supõe restritiva, as “Três Marias” sugeriam subversão à ordem estabelecida. Neste sentido afirmaram : “ *Bem sei que a revolta da mulher é a que leva à convulsão em todos os extratos sociais; nada fica de pé, nem relações de classe, nem de grupo, nem individuais, toda a repressão terá de ser desenraizada (...)* E o

*problema da mulher, no meio disto, não é o de perder ou ganhar, é o da sua identidade”* (p.254)

Nelly Novaes Coelho afirmou que “cada realidade se funda e se define por um discurso”. Sob esta perspectiva, a realidade das “Três Marias” se define pela linguagem, pela busca obsessiva da palavra capaz de desestruturar o sistema patriarcal que imobiliza a mulher portuguesa, inaugurando um novo momento histórico. Logo, a necessidade de revelar, pela palavra, todas as formas de sujeição e opressão vividas pela mulher portuguesa.

Uma das formas encontradas pelas autoras na busca de uma ruptura com o padrão feminino imposto pela moral salazarista é a desmistificação de alguns ícones. É importante observar a dessacralização da figura materna. Essa personagem, no livro analisado, é tratada muitas vezes de forma ácida, como cúmplice dos males impostos à mulher por uma sociedade alicerçada sobre um patriarcalismo retrógrado de um regime autoritário.

As autoras apresentam a mãe de Mariana Alcoforado como uma mulher fria, insensível às súplicas da filha que não aceitava o destino que para ela havia sido traçado: o convento.

*“Senhora Mãe eu me sei*

*Em vosso ventre*

*Gerada*

*(...)*

*Que filha posta em convento*

*Não se quer em casa*

*(...)*

*O ventre vendo crescer*

*Sem te sentires*

*Habitada”* (pg 60-61)

Partindo desta poesia começamos a entender a representação feita da mãe de Mariana. Dela, Mariana, teve a rejeição e a expulsão. Não recebeu a acolhida que se espera que a figura materna ofereça. A vingança de Mariana à mãe que a despreza é a recusa aos costumes e valores maternos, que ela observa em virtude da lei e por covardia, conforme a seguinte transcrição: *“Sabei senhora Mãe: nada do que é vosso me importa, nem pensamentos, nem costumes. Costumes que apesar de tudo e todavia,*

*continuo a aceitar, de lei e covardia(...)*” (pg. 67) Se os costumes são ainda seguidos, não é por concordância ou por pura continuidade, mas apenas por covardia, que é um sentimento mesquinho e torpe, inadmissível em heróis e heroínas. Mariana, ou melhor, a mulher, prossegue no mesmo papel que foi o de sua mãe não por aceitá-lo, mas por não ter coragem de mudá-lo.

A mãe muitas vezes reforça a opressão existente na sociedade. O texto intitulado *O Pai* (pg. 165-167) narra uma estória em que o pai estupra a filha, justificando o ato no comportamento pervertido da filha, que mostrava seu corpo de forma descuidada, no riso liberto, no cabelo solto, enfim, na forma como se portava.

A filha foi expulsa de casa por ter sido considerada responsável pelo estupro. O fato é que ela era uma mulher provocante e o pai um homem. Ao sair, a mãe chamou-lhe de “grande cabra”. Aqui, temos uma inversão da culpabilidade do crime. Apesar de o pai ter abusado da filha com violência, é ela a culpada. E por que é culpada? Porque em primeiro lugar é mulher. Depois, porque era provocante. A única solidariedade que a filha poderia obter seria da mãe, porém esta além de não se solidarizar com a filha, ainda compartilha com o pai a condenação da filha. Ao chamá-la de grande cabra, está dizendo que a liberdade que a filha demonstrava era típica de um animal solto à espera de um macho que a cobrisse.

O papel desempenhado pela mãe como representante da opressão traz na filha, muitas vezes, um desejo de vingança. É o caso do texto intitulado *A Filha* (pg. 274-276), que narra a recusa da filha em perdoar a mãe moribunda. Na hora da morte a mãe solicita ao filho que vá até o hospício em que a filha está confinada para que esta lhe venha dar seu perdão. A transcrição abaixo é um trecho da carta da filha dizendo que se nega a perdoar a mãe por odiá-la:

*“Desconheces, por certo o peso do meu ódio, não por que to tenha ocultado, mas porque jamais te pude ferir com o seu gume, impotente para isso(...) hoje nega-me meu filho, que me olha como a uma louca de que se tem pena.(...) Castigo? Mas que castigo merecia eu? Acaso será a mulher obrigada a suportar a um homem todas as humilhações só porque ele é marido: dono, senhor? Acaso o se nascer mulher significa ser-se infeliz e agüentar uma carga que ultrapassa a sua capacidade de carregamento? (...) para me libertar me prendi entre estas grades, não me arrependo... sómente que imprudência a minha não contar com as vossa garras e o peso das leis! Recusei-me a usar a astúcia, única arma que se permite à mulher, usei antes a lealdade numa luta onde só se apunhala pelas costas.”*



O ódio à mãe é a vingança da filha, que teve seu filho arrancado e sua vida interdita, presa não em um convento, mas num hospício. O crime, ou sua loucura, está no fato de não querer ter marido, preferindo ser mãe solteira a casar-se. No último trecho do texto acima transcrito há uma referência à astúcia como arma feminina. Entretanto, a astúcia é uma artimanha para camuflar uma posição indigna numa luta em que se supõe haver transparência e igualdade de condições. A astúcia é arma feminina por ser usada às escondidas em uma guerra silenciosa, em que os confrontos não podem ser explicitados.

No texto além de associar a mãe à opressão, como colaboradora da infelicidade imposta à filha, as autoras promoveram sua sexualização rompendo com a tradição do culto à imagem da mãe ideal, pura, submissa, anjo do lar. É o que ocorre no texto *Carta encontrada num envelope lacrado entre os papéis de D. Maria das Dores Alcoforado* (pg. 235-238). Esta carta teria sido escrita por um homem que se diz seu ex-amante. Na história contada ali, o homem afirma ter enredado D. Maria das Dores em uma artimanha para seduzi-la. Depois de conquistá-la, chantageou-a para continuar sendo seu amante. Nesta relação ele passou a amá-la e ela a odiá-lo. Desse relacionamento nasceu Mariana.

A mãe de Mariana se deixou seduzir por quem só queria se vingar de seu marido. Nesta história de vingança e sedução a mãe caiu nas tentações carnis e traiu seu marido, ferindo assim os sacramentos do matrimônio.

Sexualizar a mãe significava romper com a aura que envolve essa personagem cultuada no Estado Novo português. Nos manuais escolares, a figura feminina estava sempre ligada à função da mãe, que se destacava pelo seu espírito de abnegação, sacrifícios e de dedicação junto à família. Na ideologia salazarista as mulheres deveriam assumir vários papéis no seio da família: esposa e mãe, mulher dedicada à casa e perpetuadora da moral (Cova e Pinto, 1997:75). A mãe era tida como “anjo do lar” e anjos são assexuados. O livro ao representar a mãe de Mariana como amante, rompe com esta imagem sacralizada.

As autoras devolvem à mãe a sua condição humana: com desejos, frustrações, desilusões, qualidades e defeitos próprios dos seres humanos.

Na ideologia salazarista, a mãe é o sustentáculo da família e sobre ela repousa a responsabilidade em relação à moral da sociedade.

Yvonne Felman escreveu, em 1959, que a mulher portuguesa vivia continuamente atemorizada pela propaganda oficial. Observou através da análise da

imprensa portuguesa, que o mundo democrático era representado como amoral ou imoral. Algumas mulheres portuguesas acreditavam que Salazar e os dogmas do salazarismo eram os zeladores do bom senso e do decoro. (Felman, 1962:154-157)<sup>40</sup>

Para o Estado Novo português, a família era um assunto de preocupação constante havendo uma política pública no sentido de fortalecê-la.

*“A família ideal salazarista era uma estrutura estática e essencialmente autoritária (...) No entanto, no Portugal de Salazar, não se tratava simplesmente de um reflexo inconsciente, mas de uma política governamental orientada no sentido de encorajar um retorno à antiga severidade que fizera do país uma nação de heróis e de santos (...)”* (Mônica<sup>41</sup>, 1978:268-278)

Dentro do arcabouço teórico ideológico do regime salazarista, era importante que a família se pautasse por regras de severidade baseadas no patriarcalismo.

Segundo Maria Filomena Mônica, a família ideal salazarista tinha no casal dois pilares, ainda que desiguais: o pai, o provedor do lar, e a mãe, cuja principal ocupação consistia em cuidar da casa. Afirma que, qualquer tentativa para destruir este vulnerável equilíbrio traria terríveis catástrofes sociais sendo que o meio privilegiado de impedi-las consistiria, portanto, em reafirmar o papel tradicional da mulher. (Mônica, 1978:286-278).<sup>42</sup>

Essa servidão doméstica da mulher no salazarismo não estava institucionalizada somente na legislação mas também no imaginário social que perpassava toda a sociedade, sendo reiterados pela propaganda oficial.

Em vista disso, para as “Três Marias” era fundamental abalar as estruturas da família portuguesa. Elas viam na família a primeira e mais importante prisão feminina. Se a mulher conseguisse quebrar os grilhões que esta família significava, ela conseguiria mudar toda a sociedade:

---

<sup>40</sup> Este texto de Yvonne Felman, publicado na *Mulher Brasileira, em novembro de 1959*, integra uma coletânea de textos escritos por portugueses e brasileiros, intitulada *Salazar Visto do Brasil*. É interessante observar a forma como esta brasileira se dirige a mulher portuguesa e como distingue as lusitanas: *“A essas mulheres ciosas de seu lar, da constituição e perseverança natural da família, que constitui ainda um dos reduzidos núcleos de apoio da Situação Portuguesa, queremos pedir um exame justo, não comodista e não temeroso das circunstâncias em que vivem e da posição das outras mulheres que espalhadas pelo mundo levam uma vida diferente, talvez mais produtiva, sem dúvida mais livre e consciente.”*

<sup>41</sup> Maria Filomena Mônica é professora e Investigadora Coordenadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>42</sup> Engels já advertia no século anterior, que o governo do lar se transformara em serviço privado; a mulher se convertera em primeira criada, afastada da produção social. Procurou mostrar que a família individual moderna se baseava na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher. A sociedade moderna foi representada por Engels como uma massa cujas moléculas eram as famílias individuais. (Engels, 1979:80).

*“Quando o burguês se revolta contra o rei, ou quando o colono se revolta contra o império, é apenas um chefe ou um governo que eles atacam, tudo o resto fica intacto, os seus negócios, as suas propriedades, as suas famílias, os seus lugares entre amigos e conhecidos, os seus prazeres. Se a mulher se revolta contra o homem nada fica intacto; para a mulher, o chefe, a política, o negócio, a propriedade, o lugar, o prazer (...), só existem através do homem.” (pg. 182)*

Alterando a relação de poder e subordinação presente no espaço privado – a casa – seria possível questionar as outras relações de dominação. No entanto, mais difícil do que mudar os detentores do poder seria alterar a estrutura ideológica em que este poder estava baseado.

A família e a maternidade eram ícones sagrados na sociedade salazarista, portanto o aborto era crime<sup>43</sup>; as penas poderiam chegar a oito anos de prisão, além de ser duramente condenado pela sociedade, como denunciaram as autoras:

*“E contou-me, há anos, uma amiga minha médica, que no banco do hospital eram tratadas com desprezo as mulheres que entravam com os seus úteros furados, rotos, escangalhados por tentativas de abortos caseiros, com agulhas de tricot, paus, talos de couve, tudo o que penetrante e contundente estivesse à mão, e que lhes eram feitas raspagens do útero a frio, sem anestesia, e com gosto sádico ‘para elas aprenderem’. Aprenderem o quê, com um raio? Aprenderem que sobre elas cai, mascarada de fatalidade do destino, a contradição que a sociedade criou entre a fecundidade-exigida-do ventre da mulher e o lugar negado para as crianças?” (pg. 264).*

O trecho acima transcrito nos mostra que, para além de um sistema legal, existia um sistema de valores que legitimava esta punição exemplar aplicada à mulheres que atentassem contra a maternidade provocando o aborto.

As autoras deixavam claro o risco que a mulher corria nos amores que viessem a ter: *“Em aventura de amor a dois, é a mulher que depõe e arrisca seu corpo e sua alma, que homem não engravida e está já feito aos jogos de libertinagem e do amor se lhes permite. (...) nada disto está previsto nas vossas lutas nobres, que sangue de aborto não é sangue vertido pelo rei, é sangue vertido contra vós todos.” (pg. 175-158)*

Em outra passagem do livro as autoras afirmam que as mulheres ao casarem levavam seu corpo como dote. O homem procura na mulher o útero, porque no corpo

---

<sup>43</sup> O aborto, considerado um tema tabu na sociedade portuguesa até ao 25 de Abril, foi despenalizado, apenas em relação a determinadas circunstâncias especiais, em 1984.

feminino se gera fruto dito do homem e da sociedade. Para a mulher seu corpo é uma coisa distinta dela, não como integrador do seu “eu”. (pgs. 360-361)

O corpo feminino era considerado um instrumento operador de outra vida que, em última instância, pertencia, em primeiro lugar à família e depois à sociedade. Nem mesmo a educação dos filhos era tarefa da mulher pois a legislação portuguesa atribuía essa responsabilidade ao homem<sup>44</sup>. O corpo feminino fazia parte do seu dote porque era tido como uma propriedade que pertencia à família original da mulher e era transferida para sua nova família, cujo senhor e proprietário desse corpo era seu marido. Por isso o aborto era considerado também como um atentado contra um bem alheio.

A função que a natureza destinou à mulher, ou seja, seu destino biológico, impõe-lhe a gravidez e com ela os cuidados com o filho. Caso a mulher engravidasse de relações sexuais fora do casamento, pesaria sobre ela e sobre o filho o estigma da sociedade. O filho bastardo era um fardo que só a mulher carregava. O homem não sofria nenhum tipo de preconceito por isso, ao contrário, muitas vezes os filhos bastardos eram admirados como sinais de virilidades masculinas.

As autoras não deixaram de fazer alusão às mães solteiras. O texto *Carta de uma mulher chamada Mariana, nascida em Beja, para uma mulher de nome Maria, ama de sua filha Ana* (pg. 147) retrata o drama de uma mulher, mãe solteira, obrigada a deixar a filha para ser criada por outra pessoa para que ela pudesse ganhar a vida já que não recebia ajuda de ninguém. Outro fator apontado pela personagem Mariana nesta carta é que ela estaria sujeita a qualquer tipo de trabalho e a filha com sua ama estaria a salvo dos ambientes em que a mãe poderia circular.

Através de dados estatísticos<sup>45</sup>, percebe-se que a quantidade de mulheres marginalizadas na sociedade portuguesa era considerável. Eles também chamam a atenção para o número de mães adolescentes, meninas que ficaram marcadas por estigmas sociais e que tiveram suas vidas interrompidas em decorrência de uma maternidade prematura.

---

<sup>44</sup> O artigo 1882 do Código Civil (alterado em 1966) estipulava que, na educação dos filhos, as esposas deveriam desempenhar apenas um papel consultivo.

<sup>45</sup> Em 25 de novembro de 1967 aconteceu um Colóquio intitulado *A Condição da Mulher Portuguesa*. Neste Colóquio (que teve a apresentação feita por Urbano Tavares Rodrigues) participaram escritores (Agustina Bessa Luís, Augusto Abelaria, Natália Nunes, Isabel Barreno e Isabel Nóbrega), um economista (Sérgio Ferreira Ribeiro), e uma jurista (Dr<sup>a</sup> Maria da Conceição Homem de Gouveia e Sousa). O economista Sérgio Ferreira Ribeiro apresentou números relativos à maternidade. Segundo o economista, em um ano houve 54 mães com menos de 14 anos, das quais 21 eram mães de filhos legítimos e 33 filhos ilegítimos. Mães com menos de 15 anos eram 243, as quais 132 tinham tido filhos legítimos e 111 ilegítimos.

O planejamento familiar não existia, o aborto era um crime rechaçado por toda a sociedade portuguesa e o anticoncepcional ainda era pouco utilizado. Estas lacunas estavam relacionadas a uma estrutura social arcaica que discriminava e excluía a mulher.

Sergio Ferreira Ribeiro nos apresenta outros dados sobre a condição social da mulher portuguesa. Eles se referem à assistência médica, em hospitais ou em casa, na hora do parto. Segundo este economista, em Lisboa, no ano de 1965, houve 214.824 partos. Destes, 44,4% não tiveram nenhum tipo de assistência, nem médica, nem de parteira ou de enfermeira. Quando estende tal pesquisa aos distritos, o número sobe, chegando a casos como o do distrito de Vila Real onde dos 8.918 partos, 83% ocorreram sem nenhum tipo de assistência.

A mulher portuguesa estava abandonada não só na hora do parto, mas em muitas outras circunstâncias de sua vida. Em 1965 (ano em que os números referidos pelo economista foram coletados) permitir que as mulheres tivessem filhos sem nenhum tipo de assistência consistia uma total negligência não só com a saúde da mulher, como também com a saúde do recém-nascido. Através desse quadro compreendem-se os dados estatísticos apresentados por Virgínia Ferreira que mostrou ser a taxa de mortalidade infantil em torno de 50% (Ferreira, s/d:191).

Neste contexto, é compreensível a denúncia das autoras à hipocrisia da sociedade portuguesa, ao defender a moral que negava e condenava o sexo como o aborto. As vítimas dessa hipocrisia eram as mulheres e as crianças.

Refletindo sobre esta interferência do Estado e da sociedade nas relações privadas, as autoras escreveram:

*“(...) porque na relação a dois, homem e mulher julgando-se sós e nos seus sexos, se vem imiscuir o que a sociedade fez e exige de cada um(...)porque se mulher e homem se quiserem sós e nos seus sexos, logo isso é sabido como ataque à sociedade que só junta para dominar(...)” (pg.103)*

Maria José Magalhães afirma que o peso desta moralidade era esmagador, influenciando, inclusive, a forma como as mulheres se identificavam:

*“(... )o próprio termo mulher, tinha, na altura, uma conotação ligada à prostituição ou ao serviço doméstico. Era um termo depreciativo e está presente na memória das feministas portuguesas a coragem necessária para se assumirem como mulheres, por oposição a senhoras, e o esforço para os grupos [feministas] se denominarem de mulheres”.* (Magalhães, 1998: 65-68).

Para as portuguesas sua identidade estava intrinsecamente atrelada às suas funções dentro da família: mãe, filha, esposa, etc. Portanto sua definição estava associada ao grau de relação com o outro, sendo por ele individualizada. Uma mulher que não tivesse responsabilidades dentro de uma família era uma mulher perdida. Ela não poderia ser apenas mulher, tendo a si mesmo como elemento definidor da sua identidade.

Por isso, as palavras para as autoras representavam um instrumento importante na luta para a emancipação feminina. Ao representar, pelas palavras, temas proibidos como sexo, incesto, aborto, suicídio, pênis, vagina, seios, gozo, etc. elas pretendiam forçar um diálogo com as suas contemporâneas no sentido de fazê-las, ao menos tomar conhecimento dessas questões.

### **3 – A Educação, a Lei e o Trabalho.**

O papel tradicional da mulher era reafirmado de diversas formas pelo Estado Novo português. Uma das formas mais eficientes era a educação.

A formação da mulher recebeu do Estado Novo português atenção e cuidados especiais. Em 1938 foi criada a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)<sup>46</sup> que era dirigida a todas as meninas, a ela pertencendo obrigatoriamente as jovens dos 7 aos 14 anos. A partir desta idade a filiação passava a assumir o caráter de voluntariedade, que podia ir até aos 21 anos, ou até aos 25 no caso de estudantes. Na realidade esta organização atuou sobretudo nas escolas, sendo a maioria de suas filiadas estudante.

A MPF promovia o culto da família e visava preparar a menina portuguesa para o papel que se esperava dela: Ser boa mãe e esposa. O artigo 5º do Regulamento da MPF instituía que a educação social deveria cultivar nas filiadas, além da previdência e do trabalho coletivo, o gosto da vida doméstica e o de “*servir o Bem Comum ainda que com sacrifício, e as várias formas de espírito social próprias do sexo, orientado para o cabal desempenho da missão da Mulher na Família, no meio a que pertence e na vida do Estado*” (Arriaga, 1976:142).

---

<sup>46</sup> O decreto que em 1938 aprovou o Estatuto da MPF, definiu-a como “*Organização Nacional que se propõe educar a juventude portuguesa no amor de Deus, da Pátria e da Família(...) Ensina-se a viver o amor de Deus, da Pátria e da Família através de uma activa e vigilante valorização pessoal, que permita mais tarde à mulher cumprir em plenitude a sua missão, integrando-se conscientemente nas realidades do tempo em que é chamada a viver*”. (Arriaga, 1976:115)

Como se observa, a mulher, desde cedo, era induzida à abnegação, inclusive sacrificando-se se necessário. A educação propalada pela MPF não se restringia apenas à família, mas também ao papel que a mulher deveria desempenhar na vida da nação.<sup>47</sup>

Para garantir a correta orientação a suas filiadas, a MPF dispunha de dois periódicos nos quais a menina encontrava os princípios que deveriam reger a vida da mulher: O *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina* e a *Revista Menina Moça*. Continham a orientação dada à mulher que deveria, como esposa e mãe, ser obediente, leal, dócil, carinhosa, vigilante, previdente, enfim, disposta a tudo sacrificar para garantia do bem estar familiar. A sua vida deveria ser de entrega total ao serviço do marido e dos filhos. ( Isabel Alves Ferreira,1994:193-225).

As “Três Marias” denunciavam esta “formatação” como uma forma repressiva perfeita, através da educação desde menina (a MPF era obrigatória para meninas a partir dos 07 anos) para que a mulher fosse assimilando os valores aí estimulados.

As autoras argumentavam que:

*“A repressão perfeita é a que não é sentida por quem a sofre, a que é assumida, ao longo duma sábia educação, por tal forma que os mecanismos da repressão passam a estar no próprio indivíduo, e que este retira daí as suas próprias satisfações. E se acaso a mulher percebe a sua servidão, e a rejeita, como, a quem, identificar-se? Onde reaprender a ser, onde reinventar o modelo, o papel, a imagem, o gesto e a palavra...?”* (pg. 255)

Com isso, as “Três Marias” buscavam denunciar a educação como parte de um sistema montado a fim de garantir a interiorização da submissão feminina, de modo a garantir que ela fosse praticada sem questionamentos, papel que a organização da *Mocidade Feminina Portuguesa* cumpria muito bem. Esta educação atuava com vistas a dar um sentido à vida das portuguesas de tal forma que sua própria identidade estava atrelada a esses valores. Ela seria abalada se esta estrutura de valores se desmontasse, por isso era necessário construir outra base, com novos valores, para definir o papel das mulheres no futuro.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> É bem significativo desta orientação um dos lemas apresentados por um dos boletins editados para os dirigentes: *“Amor à Verdade; Portugal nossa Pátria; O trabalho: serviço de Deus e da Pátria; por um Portugal maior; Rumo à vida; Tu podes, assim tu queiras; A Vocação Missionária dos Portugueses; Para ser uma mulher; Servir; Ser do nosso tempo; Para um mundo melhor; Para vencer; A África chama por ti; Aventura;Unidade;Amor Pátrio.”* (Arriaga, ob.cit.:116)

<sup>48</sup> Esta preocupação com a educação e formação das mulheres não era apenas das “Três Marias”. No II Congresso Republicano de Aveiro, realizado pela oposição em 1969, Maria Lamas propôs que dali saísse uma decisão de se intensificar o esclarecimento cívico e político das mulheres portuguesas.

Porém não se pode perder de vista que esta educação formal não atingia todo o universo feminino português. Maria Lamas na *Saudação* que fez no II Congresso Republicano de Aveiro informou que 48% das mulheres portuguesas eram analfabetas; de cada mil portuguesas maiores de 9 anos, apenas 138 tinham o ensino primário completo; entre as maiores de 12 anos, só 16 tinham um curso secundário; e entre as maiores de 18 anos, unicamente 3 tinham um curso superior. (Lamas, 1969:182-183).

Para este contingente feminino excluído da educação formal a educação ficava por conta da família e da Igreja.

Durante o Estado Novo as mulheres portuguesas conviveram com um regime político que restringiu os direitos anteriormente conquistados. Começando pela Constituição Portuguesa, que no artigo 5º, parágrafo único estabelecia que a igualdade perante a lei envolvia o direito de ser provido nos cargos públicos, (...) a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social “*Salvas quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família...*”

A igualdade feminina só prevalecia enquanto não fosse invocada sua natureza e o bem de família. Dada a sua largueza de significados, criava um campo muito grande para o legislador abrir exceções que excluíssem a mulher. Em 1939, o Código do Processo Civil declarava que o marido podia obrigar a mulher a voltar para casa. A partir de 1940, de acordo com o chamado Código Administrativo, os maridos foram chamados a votar nas Juntas de Freguesia - organismos que mais tarde elegeriam o Presidente da República - como únicos representantes das famílias. (As mulheres solteiras, que eram chefes de família, podiam votar nessas eleições se comprovassem a sua idoneidade moral, cláusula desnecessária para os homens).

Em 1966 houve algumas alterações no Código Civil, que reforçavam a posição subalterna da mulher. O artigo 1967 determinava que o cônjuge administrador não era responsável perante o outro ( a lei presumia que a administração dos bens do casal estava legalmente nas mãos do marido, salvo se houvesse acordo pré-nupcial). O artigo 1636 determinava que a ausência de virgindade da mulher era motivo para a dissolução do casamento. (Julieta Almeida Rodrigues, 1995)

Dessa maneira, a publicação de *Novas Cartas Portuguesas* foi um libelo contra a legislação, a moral e os costumes vigentes na sociedade portuguesa, obscurecida pela ditadura que a mantinha refém do medo e da repressão. Para deixar bem marcada esta



posição de denúncia as escritoras se utilizaram de uma linguagem direta, sem subterfúgios.

Segundo Ligia Chiappini, a obra literária fornece uma espécie de registro de afetos, lendo aí vestígios de sensibilidades ou do quotidiano de agentes anônimos da História. (Chiappini, 2000:19). Neste caso *Novas Cartas Portuguesas* oferecem um registro da condição da mulher portuguesa, sob a ótica de mulheres urbanizadas e cultas, que ao mesmo tempo usam este registro como forma de denúncia e de luta.

Além da educação e do sistema legal, denunciados pelas “Três Marias” como perpetuadores de um sistema repressivo, havia a questão do trabalho que se constituía em outra luta. No texto identificado como fragmentos do diário de Ana Maria, nascida da por volta de 1940, as autoras fazem a seguinte observação:

*“ Em que mudou a situação da mulher? De objecto produtor, de filhos e de trabalho dito doméstico, isto é, não remunerado, passou também a objecto consumidor e de consumo; era dantes uma propriedade rural, para ser fecunda, e agora está comercializada, para ser distribuída”* (pg. 263).

No tempo de Mariana, a mulher poderia ser casada, ter filhos e cuidar dos afazeres domésticos. Caso o destino fosse o convento, teria a clausura como quarto e as orações e trabalhos piedosos como obrigações. Já no século XX, em que houve tantas mudanças, a situação da mulher também sofreu alterações: além dos serviços historicamente atribuídos a ela, passou a ter a liberdade de ingressar no mercado de trabalho.

A situação da mulher portuguesa face ao trabalho sofreu uma substancial transformação nas décadas de 1960 e 1970. Das causas que contribuíram para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho duas se destacam: a emigração maciça de homens portugueses para a Europa e o prolongamento do serviço militar obrigatório, imposto pela guerra colonial. Causas essas que provocaram a rarefação da mão de obra masculina e impuseram o recurso a feminização do trabalho em diversos setores, sobretudo na agricultura.

A inserção da mulher portuguesa no mercado de trabalho não foi acompanhada de maior autonomia e de conquistas sociais. Por isso esta nova situação da mulher foi objeto de duras críticas pelas autoras de *Novas Cartas Portuguesas*:

*“Monta-se uma indústria de electrónica. Recrutam-se mulheres, com os dedos afinados por trabalhos miúdos de costura, renda, e outras artes domésticas (...) Paga-se-lhes uma miséria, pois com certeza, são mão-de-obra inqualificada, não têm*

*formação profissional específica, para a sua actual função de operárias(...). Novas solteiras de preferência, para não haver os tais problemas familiares. Depois é simples quando chegam à idade de casar e dos filhos (...) vão-se embora; reduzidos os problemas de absentismos, promoções, pedidos de aumento.”* (pg. 261)

*“Quando se se lê ou se ouve: ‘ a mulher hoje em dia já trabalha nos mais variados sectores de actividade, ao lado do homem...’, traduzindo para a situação real, isto quer dizer: a mulher hoje em dia vai sendo utilizada nos sectores de actividades, nas profissões, nas funções que os homens já rejeitam por más condições de trabalho e de remuneração”* (pg. 262).

O trabalho feminino, nestas condições não significava um passo para a emancipação da mulher ou o início da sua autonomia no sentido de ganhar sua vida independentemente. O salário que ela recebia não garantia a independência financeira e o status do trabalho que realizava era considerado de menor importância em relação ao masculino. A mulher, assim como o negro, fazia o trabalho que o homem branco não queria fazer, seja pelo salário baixo ou pelas condições aviltantes.

Uma das três autoras da obra aqui analisada já havia se pronunciado sobre as condições do ingresso da mão de obra feminina no mercado de trabalho antes do lançamento do *Novas Cartas Portuguesas*. Maria Isabel Barreno, no colóquio<sup>49</sup> que participou sobre a condição feminina portuguesa, analisou o aspecto relativo ao trabalho do mundo feminino lusitano.

Para a autora, uma das desvantagens da presença feminina no mercado de trabalho era a baixa qualificação profissional. Os cursos técnicos industriais então existentes eram oferecidos em escolas masculinas. Os cursos em funcionamento em escolas técnicas femininas eram: modista, modista de chapéus, formação feminina (que segundo a autora poderia ser chamado curso de dona de casa). Portanto a orientação profissional oferecida às mulheres, principalmente às menos favorecidas economicamente, não era, em geral, voltada para a indústria, setor moderno da economia.

Nas escolas oficiais também eram oferecidos cursos de comércio, havia também particulares que ofereciam curso de datilografia. Tais funções, de certa forma, estavam dentro das expectativas do que deveria ser um trabalho feminino (secretária, vendedora).

---

<sup>49</sup> Ver nota 43.

A formação profissional oferecida para a mulher era a menos dispendiosa possível. Um grande investimento nesta área era encarado como um desperdício, pois a mulher após o casamento normalmente interrompia sua vida profissional.

Este mesmo pensamento rondava as empresas, que também não ofereciam possibilidades de aprendizagem às suas operárias, aproveitando-as para trabalhos repetitivos, correspondentes a salários baixos que os homens recusavam.

Uma das justificativas apresentadas por Maria Isabel Barreno para não se investir na capacitação profissional feminina referia-se às “complicações” que desvalorizavam as mulheres como profissionais. Estas “complicações” estavam justamente no fato de que elas tinham filhos. Os filhos e as responsabilidades domésticas, ao mesmo tempo enobreciam as mulheres e representavam uma complicação na vida daquelas que trabalhavam fora do lar na condição de operárias.

A escritora ressalta o paradoxo da sociedade que, por um lado estimula e valoriza a função reprodutora feminina, procriando e criando crianças e por outro lado, dificulta a integração dessas mulheres no mercado de trabalho. Este paradoxo gerava na mulher um sentimento de que seus deveres familiares representavam falhas profissionais, e seus deveres profissionais representavam deslizes no plano familiar.

Essa ambigüidade presente em Portugal - em que as condições sócio-econômicas do país obrigavam muitas mulheres a trabalharem e ao mesmo tempo não oferecia suporte educacional e formação suficiente para isso - revela um desinteresse ou incompetência do Estado no que se refere à inclusão feminina no mercado de trabalho.

Essa necessidade de trabalho e de qualificação profissional fez com que um maior número de mulheres procurasse escolas profissionalizantes, aumentando a demanda por vaga em escolas. Marcelo Caetano no livro *Depoimento*<sup>50</sup> afirmou que na década de 1960 houve uma “avalancha” de alunos às escolas de todos os graus de ensino. Segundo o autor, esta multidão que repentinamente encheu as escolas não estava em busca do saber, mas de qualificações profissionais para ganhar a vida. Na composição dessa multidão entraram em grande percentagem as mulheres. Para Marcelo Caetano essa procura feminina por ensino profissionalizante estaria afastando a mulher da sua vocação tradicional: “(...) *a tradicional vocação doméstica da mulher portuguesa desapareceu na nova geração, cujas jovens saíram de casa para seguir nos*

---

<sup>50</sup> Segundo Marcelo Caetano este livro começou a ser escrito logo que, sob prisão, chegou ao Funchal em 26 de abril de 1974. Trata-se de um depoimento em que o autor pretende justificar orientações de políticas públicas, fazendo sua própria defesa do tempo em que esteve à frente do governo português.

*mesmos trilhos dos homens e exercer as mesmas atividades que ele.*” (Caetano, 1974:149) .

O governante demonstra nesta fala que tinha clareza do problema da inclusão da mulher no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, sua perspectiva retrograda o impedia de buscar soluções adequadas para este problema social.

A afirmação de Marcelo Caetano soa como um lamento pelo abandono da “tradicional vocação doméstica” da mulher, como se isto fosse uma “opção” feminina e não fruto da necessidade sócio-econômica imposta à vida familiar.

Para demonstrar a incongruência desta situação, as “Três Marias” abordaram o tema “libertação” feminina representada pelo ingresso no mercado de trabalho e seus limites:

*“ E o homem exulta, irmãs, e ajuda a mulher nesta farsa, neste engodo de, nesta falsa e vergonhosa ‘libertação’ onde cada vez mais presa (e agora de si própria), a mulher é apanhada nas malhas de uma sociedade que a usa, a domina, a escraviza, a conduz, a utiliza, a manuseia, a consome”* (pg. 286).

Essa “libertação” representada pela participação da mulher na vida economicamente ativa da sociedade estava acompanhada por um quadro ideológico marcado pela doutrina social da Igreja e pela defesa dos valores mais tradicionais ligados à família, estruturada em torno do poder masculino. O lugar tradicional da mulher estava sendo posto em xeque pela dinâmica da sua inserção no espaço antes reservado ao masculino. O governo fez uma tentativa de acomodação à essa nova realidade.

Eric Hobsbawn (1996:306-311) diferenciou a necessidade que motivava a procura por trabalho entre as mulheres da classe média e as operárias. As mulheres casadas da classe média saíam para trabalhar por uma questão de afirmação da sua individualidade. Mulheres casadas operárias saíam para trabalhar porque necessitavam. Decorre que as visões sobre estas necessidades são diferentes assim como as reivindicações também. Portanto o que temos no livro *Novas Carta Portuguesas* é a visão e a opinião de mulheres que estavam inseridas em um contexto cultural e econômico no qual a maioria das portuguesas estavam excluídas.

É dentro desta perspectiva que a obra literária aqui analisada deve ser contemplada. Ela não representa a fala de todas as mulheres, mas de um grupo específico e minoritário. Porém não podemos deixar de apontar que a literatura tem o papel de divulgar e criar estados de ânimos favoráveis a determinadas idéias.

Mas por não terem experimentado as vivências das operárias e das mulheres que viviam em zonas rurais não invalida o valor do presente documento como uma obra de resistência do período em que foi escritas e publicadas.

Apesar das críticas, houve um aumento da participação do trabalho feminino que teve repercussões na vida familiar, nas relações sociais e no ambiente cultural.

A despeito dessas modificações, uma discussão com vários setores da sociedade sobre a mulher e os novos tempos não era possível dentro dos limites estabelecidos pela repressão imposta por Salazar e mantidos na gestão de Marcelo Caetano.

As rupturas da função feminina na sociedade lusitana, promovidas a despeito das lutas feministas, levaram a uma discussão de suas causas. Como já foram apontadas, a emigração e a guerra colonial estavam ligadas diretamente a política econômica e social praticadas pelo governo. Assim a luta feminina era também política.

#### **4 – Emigração e Guerra.**

A emigração foi uma questão importante na história portuguesa, sobretudo nos últimos anos do Estado Novo português. Portugal teve uma emigração líquida negativa desde 1940. No período entre 1960 e 1973 a emigração líquida em Portugal somou o valor de 1734 pessoas. A população portuguesa decresceu de 1964 a 1974.

A maior parte dos que emigravam eram homens que buscavam fora de Portugal melhores oportunidades de trabalho e salário. Partiam deixando suas famílias e em muitos casos elas ficavam sob responsabilidade da mulher. Nas zonas rurais a mulher passava a exercer também as tarefas do campo que antes eram realizadas pelos homens.

Estas situações foram denunciadas através de duas cartas: *Carta de uma mulher de nome Maria Ana da Aldeia de Carvalhal, pertencente à freguesia de Oliveira de Fráguas do Concelho de Albergaria-a-Velha, distrito de Aveiro, a seu marido de nome António, emigrado no Canadá há doze anos(...)* (pg.134-137) e *Carta de um homem de nome António, emigrado no Canadá há doze anos (...)* (pg. 279-280).

Nesses textos as autoras apontam um distanciamento entre quem fica e quem parte, principalmente por parte de quem parte. Para as “Três Marias” a emigração desencadeava um processo de esfacelamento familiar: o pai em outro continente, o filho prestes a emigrar para fugir da guerra, a mulher sozinha no seu vilarejo sem ter mais ninguém da sua própria família. Elas demonstravam que o elemento desagregador da célula base da sociedade não era a mulher ou sua emancipação, mas sim a política

econômica e social que obrigava as pessoas a procurarem melhores condições de vida, separando famílias inteiras.

É um sofisma falar que a liberdade sexual pode desmembrar famílias, se na realidade elas já estão desmembradas pela miséria e falta de perspectiva de melhora. Este sim é o elemento desagregador não só de uma família como também de uma sociedade.

Da mesma forma se apresenta a Guerra Colonial iniciada em 1961 na África. São várias as situações que as autoras criam representando os conflitos de quem está na África ou de alguma mulher que tem alguém na África a lutar.

No texto *Carta de uma Universitária de Lisboa de nome Mariana a seu noivo (?) António em parte incerta* (pg. 242-245) as autoras falam de uma jovem que lamenta a separação de seu amado que fugiu para não ser enviado à África. Ela reclama da separação e se lembra do que viveram juntos. A universitária diz das participações em manifestações, contestações em discos, leituras proibidas, etc. Mas que isto é nada diante da realidade de ter que deserdar.

*“(...) a contestação da malta uma merda que se vende em discos e cartazes, mas o que é que eu ando a fazer no meio desta gaita toda, eu que nem sequer tenho de que desertar (...)*

*António, eu quero ir-me embora e quero tanto que voltes. Que mal fizemos para nos criarem reizinhos de tronos à venda, que mal fizemos para termos assim ainda as Áfricas entre nós e nós? Je t’aime, je t’aime, como é que se pode dizer em português tal coisa, je t’aime.”* (pg. 242 e 245).

A jovem (seu nome é Mariana) descobre a face dura do regime em que vive quando o namorado tem que deserdar. Até este fato ela participava de algumas contestações como diversão. Somente com a convocação para a guerra é que realmente ela passa a “sentir” a política interferindo em sua vida. Ela seria a típica jovem, urbana, classe média, universitária, que vive uma realidade diferente da maioria dos portugueses. Essa realidade só lhe chega através da África, que até ali ela não lhe fazia diferença.

Interessante observar que ela elege outra língua para dizer eu te amo. Da mesma forma que Mariana das cinco cartas que também elegeu o francês para falar de sua paixão. A língua, que pode ser simbolizada como uma mãe, neste caso não serve para falar de amor. É uma língua “madrasta” que oprime seus sentimentos em troca da manutenção de uma ordem e de um território.

Outra situação criada pelas autoras está presente no *Monólogo de uma mulher chamada Maria, com sua patroa* (pg.209-211). Neste monólogo a empregada que se recupera de um desmaio tenta acalmar a patroa dizendo que está tudo bem e que aquele mal estar vai passar. Seu desmaio é decorrente de pancadas que recebeu na cabeça das vezes que seu marido lhe bateu. Ela confessa da sua situação de miséria, pouca comida, um filho doente para criar e o marido que não consegue colocação certa e por isso lhe agride:

*“(...) mas como é que eu podia saber que o meu António havia de vir assim das Áfricas, ele que era uma pessoa, não desfazendo, de tão bom coração e desde que veio das guerras anda transtornado da cabeça e me mete medo grita noite e dia, bate-me até se faltar e eu ficar estendida.”* (pg. 209)

Além do período de ausência de um soldado que vai para o combate há a incerteza de sua volta. Se na sua ausência sua família teve que arcar com a falta de um membro no trabalho o seu retorno é incerteza. Os estragos que a guerra colonial causa na vida das pessoas estão além das estatísticas de mortos e feridos. Um homem que volta transtornado da experiência de guerra expande suas dores e traumas à sua família.

Quer dizer: se a guerra separa, o retorno não une...

Estas reflexões que as autoras fazem do ponto de vista feminino, baseada em experiências próprias e de outras mulheres. As autoras não estiveram em campo de combate, portanto não falam da experiência da guerra.

A representação que elas fazem da visão masculina sobre a guerra têm como referencial uma mulher, como é o caso da *Carta de um homem chamado José Maria para António, seu amigo de infância* (pg. 227-229). Nesta carta José Maria pede a interferência do amigo junto a sua irmã, da qual era namorado, pois desde que se meteu a estudar achou melhor não se casar e acabar com tudo. Fala do medo das emboscadas, do peso das armas e das minas que fazem vítimas entre os portugueses. Às vezes pensa em se distrair com as mulheres locais: *“Algumas são por sinal muito boas as gajas com as mamas direitas assim nuas e às vezes a gente fica tão doído que não se interessa do cheiro ou da cor delas... que somos todos iguais... bem sei...”* (pg. 228).

Desse distanciamento imposto pela guerra colonial entre o soldado e sua namorada é que surgem outros interesses na vida da moça. Desta forma a guerra que separa famílias e amputa vidas também contribui para que a mulher, obrigada pelas circunstâncias, alce novos vãos. O homem que está em África não rompe suas

concepções em relação ao papel da mulher. Tanto que as mulheres nativas são daquelas disponíveis para diversão, enquanto que a branca, portuguesa é a indicada para casar.

O soldado português em terras africanas mesmo que mude suas idéias e valores em relação à pátria não muda em relação a mulher. Ela continua a ser para ele sua colônia e seu império.



### Capítulo III

**Que outra coisa se pode fazer  
 Numa terra de poetas senão  
 navegar inseguramente com as  
 palavras e com a memória da  
 memória das palavras?  
 A.G. – O Capitão Nemo e Eu.**

#### *Capitão Nemo e Eu: A Guerra Colonial*

O destino das grandes tragédias da história é o de se eternizar nas artes, principalmente quando se trata de guerras e conflitos entre povos. Não foi diferente com a experiência luso-africana na guerra pela independência das colônias portuguesas.

Dela participaram aproximadamente 1.368.900 militares, nos três principais focos. ( Angola, Guiné e Moçambique) no período que se estendeu de 1961 (ano em que começaram os conflitos em Angola) até 1974. O número total de vítimas fatais durante toda a guerra foi 8.831. As estimativas sobre o número de feridos apontam para cerca de 30 mil. (Medeiros Ferreira, 2001: 441)

A guerra colonial foi tema de literatura em Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Porém não podemos abordar as obras literárias que tratam do assunto como um conjunto, pois suas representações são construídas a partir de olhares diferentes.

A literatura de guerra feita por portugueses é chamada de “literatura de guerra colonial” e a literatura de guerra elaborada por africanos é identificada como “literatura de movimentos de libertação nacional”. A primeira mostra uma nação em crise diante do fim do Império em torno do qual se construíra a identidade portuguesa; a segunda, caracteriza-se pela afirmação do desejo e da necessidade de invenção de novas nações, só possível a partir da destruição do Império. (Thomaz, 1997:115).

A literatura de guerra colonial e a literatura de libertação nacional, além de expressarem olhares diferentes, mostram posições antagônicas dentro do quadro maior que é a estrutura colonial. Uma aponta a consciência do colonizado que se utiliza da literatura para “despertar” seu povo, ganhar adeptos para a luta contra o colonizador, exprimir, por meio de palavras, uma nova realidade que está sendo construída. A outra,

literatura de guerra colonial, em muitos casos demonstra um sentimento de culpa e de desmoroamento interior. São livros feitos para explicitar um momento de perplexidade diante de uma nova realidade que está sendo feita e construída à revelia dos autores, sendo estes atropelados pelo “trem” da história. Não é uma literatura para mobilizar em prol da causa colonial, mas feita para refletir sobre a impossibilidade de se continuar neste mundo ultrapassado e mofado, que é o mundo dos impérios.

Dentre os autores portugueses que escreveram tematizando a guerra colonial a partir de sua vivência na África, podemos estabelecer distinções, pelo grau de participação no confronto, em três grupos diferentes: os combatentes da tropa de elite: Vale Ferraz/Matos Gomes, comando, ferido em combate, Alpoim Calvão e Modesto Navarro, fuzileiros, Carmo Vicente, pára-quadista. Outros que combateram, mas não pertenciam à tropa de elite: Álvaro Guerra, ferido em combate, Manuel Alegre, combatente e desertor. Há os que cumpriram a sua missão numa das três ex-colônias africanas mas não eram combatentes como Assis Pacheco, Antônio Lobo Antunes ou João de Melo, sendo que estes dois últimos atuaram nos Serviços de Saúde, alferes médico e furriel enfermeiro, respectivamente. (Teixeira, 2001:46)<sup>51</sup>

Destes autores, talvez o mais conhecido seja Antônio Lobo Antunes, autor do livro *Os cus de Judas*<sup>52</sup>, romance publicado em 1979. Este livro trata da guerra colonial sob a perspectiva de um médico que viveu a experiência da guerra, foi publicado quando Portugal já vivia sob um regime democrático.

Álvaro Guerra se destaca dentre estes escritores justamente por ter publicado seus livros quando o Estado Novo português ainda se encontrava em pleno vigor. O livro *Capitão Nemo e Eu – Crônica das Horas Aparentes* escrito pelo autor, foi publicado em 1973. Aborda o tema da guerra colonial, quando ela ainda era tabu na sociedade portuguesa. A singularidade da obra consiste no fato de que ela foi escrita a partir de uma experiência vivida; o autor lutou e foi ferido na Guiné, defendendo a posição portuguesa.

---

<sup>51</sup> Existe, ainda, um grupo de escritores que, contemporâneos da guerra colonial, não estiveram na África mas escreveram sobre ela: Fernando Namora, Sttau Monteiro, José Cardoso Pires, Mário de Carvalho, José Manuel Mendes. Dentre as mulheres que escreveram sobre o conflito podemos destacar: Olga Gonçalves, Maria Velho da Costa, Ângela Caíres, Lúcia Jorge, Juana Ruas, Wanda Ramos.

<sup>52</sup> Este romance integra a lista de livros de leitura obrigatória para o vestibular de 2006 da Unicamp. Antônio Lobo Antunes faz parte de um grupo de escritores que mantiveram seus escritos guardados durante o período do estado Novo português, ou escreveram após a derrubada dele. O romance é dividido em 23 capítulos, de A a Z. Seu protagonista, um médico, como Lobo Antunes, convocado a servir em Angola.

Dentre as várias obras que tratam desta temática, escolhemos o livro de Álvaro Guerra como objeto de estudo justamente por ter sido escrita e publicada em tempos de censura, quando a idéia da pátria una e indivisível não aceitava contestações.

Entre estes dois momentos – a experiência e a narrativa que diferenciam Álvaro Guerra dos outros autores, existe uma ação do tempo que vai alterando as condições da guerra e a situação de Portugal como metrópole. A narrativa se desenrola no “tempo presente” da guerra, o que explica a carga emotiva que a envolve.

O autor assume uma postura de denúncia e de luta contra a permanência do “absurdo” vivido por ele naquele conflito. Enquanto Álvaro Guerra buscava dar visibilidade a uma África em chamas, outros, como Antônio Lobo Antunes, que escreveram após o fim da guerra, lutavam para que ela não fosse esquecida, num tempo em que os portugueses não queriam se lembrar que lá estiveram, como afirmou Eduardo Lourenço sobre Portugal após o 25 de abril: “*Por fim entramos na Europa como se nunca de lá tivéssemos saído, ao mesmo tempo em que esquecíamos - pragmaticamente – um Império de quinhentos anos como se nunca lá estivéssemos estado*”. (Lourenço, 1999: 133)

O livro *Capitão Nemo* constrói uma representação da guerra, como um testemunho. Nelly Novaes Coelho (Coelho, 2004:125) chamou atenção para o fato de que não podemos simplesmente identificar este romance como uma obra biográfica. O seu protagonista fala por um eu-coletivo. Assim como as “Três Marias” no livro *Novas Cartas Portuguesas*, que falam de um “eu-nós”, Álvaro Guerra está falando de toda uma geração ameaçada pelo drama colonial.

O protagonista do *Capitão Nemo e Eu* é um ex-soldado, que lutou na Guiné. Após a queda de um penhasco ele é levado ao hospital onde é diagnosticada amnésia. Neste livro o personagem-narrador relembra paulatinamente fatos de sua experiência em solo africano como se fossem cenas de um filme, ou trechos de um sonho. Em alguns episódios o vivido e o ficcional se confundem na trágica situação.

A narrativa não é linear. Os fatos aparecem sem uma ordem aparente. Álvaro Guerra fez parte de uma geração de autores que marcaram sua obra por um experimentalismo formal e de linguagem. Como não pôde narrar sua experiência na Guiné de forma direta e clara ele usou outros caminhos para isso. É uma tentativa de preencher a ausência da ficção direta, numa perspectiva de restituição do vivido, impossível antes do 25 de Abril.

A utilização de uma linguagem experimental e de uma narrativa não linear possibilitou que as obras de Álvaro Guerra não fossem censuradas pelo governo. O livro *Capitão Nemo e Eu* foi publicado e ficou em circulação. Este é um dado relevante, pois toda publicação que focasse a colonização portuguesa, quando abordada criticamente em relação à política do governo, e ao militarismo, constituíram uma área muito sensível para a censura. A pressão da censura sobre estes assuntos deve ser considerada tendo em vista a importância do nacionalismo português e a concepção de Império que se integra nessa ideologia que se sustentava em dois pilares: Estado novo e o Exército. (Azevedo, 1999:578).

As “Três Marias” usaram a linguagem para chocar e abalar as estruturas da sociedade tradicional portuguesa. Álvaro Guerra se utiliza da metáfora, de uma narrativa simbólica, da sutileza, da linguagem fragmentada para furar o cerco da censura. Por isto, para lê-lo é necessário remontar o quebra-cabeça do quadro nefasto que ele constrói, assim como o protagonista junta as partes do *puzzle* da sua memória. Nestes dois casos são formas diferentes da utilização da linguagem para atingirem um mesmo objetivo que é o de chamar atenção para algo que vinha sendo alterado, de forma inexorável, dentro da sociedade lusitana silenciada por mais de quatro décadas de autoritarismo e censura.

O livro *O Capitão Nemo e eu – “Crônica da horas Aparentes”* está dividido em duas partes: a primeira intitulada “Sono, sonhos” e a segunda “Vig (íl) a, Vida”. A primeira está subdividida em 25 capítulos e a segunda em oito. “Sono, sonhos” é a narrativa da memória que aparece desordenadamente, permitindo que a história do protagonista vá sendo construída pela narrativa. “Vig (íl) a, Vida” trata da recuperação do soldado e o seu regresso à vida.

No seu estado de sono/sonhos as imagens, acontecimentos, pessoas, surgem através de lapsos. Em vários momentos o personagem declara que recusa suas lembranças, preferindo o sono à vida. Assim como o capitão Nemo<sup>53</sup>, personagem da obra de Júlio Verne, que preferia as profundezas do mar à terra segura dos homens, o protagonista do livro de Álvaro Guerra prefere o esquecimento de uma mente blindada à lembrança acusatória.

---

<sup>53</sup> *Vinte Mil Léguas Submarinas*, livro de Júlio Verne, foi lançado em 1869. A narrativa passa-se no submarino Nautilus, comandado pelo Capitão Nemo, tendo como convidados o naturalista Aronnax, seu empregado Conselho e o arpoador Ned Land. Nesta viagem os exploradores conhecem o mundo abismal, com sua flora e fauna. O personagem central, Capitão Nemo, é um homem apaixonado pela liberdade e pela independência, mas que pode ser também tirânico e frio na defesa dessa liberdade. Ele acredita que só nas profundezas do mar é que pode ser verdadeiramente livre.

O personagem de Júlio Verne, além de emprestar seu nome ao título do livro, inspira Álvaro Guerra no que se refere à buscar liberdade a partir de um mergulho “nas profundezas do mar” ou no “abismo interior”. Esse processo de descida ao abismo de si mesmo, era provocado por razões existenciais.

O autor cita, de forma alegórica, o livro de Júlio Verne na seguinte passagem: “*Portanto, à pergunta feita, há seis mil anos, pelo Eclesiastes – Quem pôde jamais sondar as profundezas do abismo? – dois homens têm agora o direito de responder. O capitão Nemo e eu*” (Apud, Guerra:1973:09).

Também em relação a esta última obra, o eixo da análise se articula a partir dos personagens.

## 1 - O Soldado

A narrativa se faz na primeira pessoa do singular. O narrador é um homem, de trinta e sete anos, casado, sem memória. Seu nome não é citado, suprimindo desta forma a possibilidade de identificá-lo por um nome que o individualizaria: “*Não posso – não quero – identificar-me ao nível do meu próprio nome (...)*” (Guerra: 1973:24) Ele poderia ser João, Joaquim, Alberto, Carlos, etc..., ou então, todos eles.

É curioso observar que no livro das “Três Marias” há uma brincadeira com os nomes Ana, Maria, Mariana, Ana Maria, etc., como se todas as mulheres fossem derivações de Mariana e como ela enclausuradas. No livro de Álvaro Guerra seu personagem não tem nome, porque poderia ser o de todos que como ele não reconheciam mais o mundo em que viviam.<sup>54</sup>

O autor busca dar voz a esse novo homem que está surgindo no cenário português e ainda não está identificado, mas com certeza já não aceita essa herança secular que agora tem que pagar com seu sangue em uma guerra cruel e sem sentido.

Não podemos simplesmente identificar o narrador com o eu biográfico do autor. O “homem novo” que perambula pelo labirinto de suas páginas, pressionado por memórias cruéis da guerra, fala por um “eu-coletivo”, arrastado por um mesmo e duplo drama: o da perda das certezas e o da deterioração acelerada do mundo português, prisioneiro da guerra.

---

<sup>54</sup> No romance *Cus de Judas* o personagem central, que é o narrador, também não tem nome.

O personagem-narrador começa seu diálogo com o leitor explicitando sua condição de desmemoriado:

*“ Que perdi a memória – dizem. E logo dão um nome a esta imunidade que pretendem retirar-me. (...) Só agora, na metade do tempo em que a droga do sono se esgota e sei que é meu o que me circula nas veias, só agora me visito (...) É uma visita tosca e breve, que se cansa de mim ou me recusa ...”* (Guerra, 1973:11)

*“Esqueci o que era possível esquecer e prolongo este momento até aos limites da minha vontade. Tarde ou cedo, surgirá um espelho, e eu nele. Um espelho... Outra recordação...”* (Idem, 13).

Sua amnésia é a imunidade que precisa para se livrar da acusação que vem dele mesmo, uma forma de aplacar o seu sentimento de culpa pelo que viu e viveu na África em nome do Império português. Um esquecimento que tem a duração da sua própria vontade e que terminará no momento em que tiver, obrigatoriamente, que se confrontar com o espelho, que é o outro, neste caso, o colonizado que ergue cada vez mais trincheiras de resistência.

Em outro momento do livro, sua identificação com a Pátria acontece no instante em que ele toma consciência de que seus ferimentos são mais extensos do que ele supunha, como a nação que sangra em todo seu corpo imperial, feridas que haviam começado há muito tempo :

*“Onde é que está ferido? Aí na perna. Tinha sobre o peito a cabeça furada de um soldado raso. (...) Mas compreendia-se o embaraço. Eu estava ferido em toda parte. Estou cheio de cicatrizes – oito séculos de cicatrizes”*

Quando ele se “visita”, se examina e não gosta do que vê. Mais do que negar sua intenção é recusar aquilo que ele é – ou foi – e defendeu. Aquilo que é e defendeu está intrinsecamente conectado à identidade do homem português.

A identidade portuguesa esteve muito associada à existência do seu Império. Eduardo Lourenço, ao analisar a identidade lusitana, afirmou que *“Cada povo só o é por se conceber e viver justamente como destino. Quer dizer, simbolicamente, como se existisse desde sempre e tivesse consigo uma promessa de duração eterna. É essa convicção que confere a cada povo, a cada cultura, pois um e outro são indissociáveis, o que chamamos “identidade”. Como para os indivíduos, a identidade só se define na relação com o outro.”*(Lourenço, 1999:89).

O português se diferenciava tanto do africano como do europeu pelo papel que desempenhava como agente civilizador e missionário da fé cristã. Essa idéia de “missão

evangelizadora” de Portugal é derivada de um processo longo e complexo de mitificação do lugar de Portugal no mundo e das relações dos portugueses com os outros povos. Segundo Claudia Castelo esta idéia remonta à literatura política seiscentista, onde se encontra a ideologia do V império. Volta a aparecer no século XIX, atravessa os Integralistas e desemboca na ideologia colonial do Estado Novo. (Castelo, 1999:131-132).

A questão colonial esteve sempre presente no conjunto de argumentação política pela relação estreita que mantêm com o problema da identidade e sobrevivência do país. Todas as correntes do nacionalismo português se defrontaram de uma forma ou de outra com a opção ultramarina.

Com o Estado Novo, a questão da identidade e missão portuguesa no mundo é revigorada ganhando novas dimensões. Neste momento da história portuguesa a política colonial ganha um caráter sistêmico, em que todo o aparelho estatal trabalha para o projeto de reconstrução do Império.

Em 08 de julho de 1930 o governo português publicou o *Acto Colonial* (Antônio Salazar era o ministro interino das Colônias) que no artigo 2º trazia o seguinte:

*“É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam...”* (Alexandre, :188).

Segundo Omar Ribeiro Thomaz, o período áureo da idéia de império em Portugal foi o das primeiras décadas do salazarismo. Entre o Ato Colonial de 1930, a institucionalização do Estado Novo em 1933 e os anos subsequentes à Exposição do Mundo Português em 1940<sup>55</sup>, foi construído um conjunto de manifestações culturais que procurou fazer de Portugal um “grande império colonial”. Dentre essas manifestações culturais destacam-se congressos, literaturas<sup>56</sup> e exposições que tinham como objetivo provar a existência de um “saber” colonial português e ao mesmo tempo criar uma “mentalidade” que transformasse todos os portugueses em participantes de

---

<sup>55</sup> Em 1940 os portugueses celebravam o duplo centenário da fundação e da independência (1140 e 1640), organizando congressos e realizando uma grande exposição histórica “Exposição do Mundo Português”. A exposição enfatizava a existência material de um *mundo português*, que incluía as colônias, o Brasil, tempos passados e futuros de Portugal, como também a própria razão de ser de Portugal.

<sup>56</sup> Literatura e Império estão, em Portugal, intimamente ligados. *Os Lusíadas* de Luís de Camões talvez seja o épico mais eficaz de apologia imperial. O império seria novamente motivo de inspiração no Estado Novo. A literatura colonial seria caracterizada pelo fato de seus produtores, tendo como objeto as colônias, expressarem as virtudes do império, do seu passado glorioso e do seu futuro promissor. O herói desta literatura é o colono português. O escritor mais importante desta literatura colonial do Estado Novo é Henrique Galvão.

um destino que se realizaria nas colônias, disseminando a noção de que a razão de ser portuguesa estava no seu império<sup>57</sup>. (Thomaz, 1997:10)

Esta “mentalidade” colonialista, partia de um visão eurocentrica, que orientava o olhar dos portugueses em relação a sua colônias. Para Edward Said, o imperialismo e colonialismo são sustentados e impelidos por formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos *precisam* e imploram pela dominação. (Said, 1995:40).<sup>58</sup>

Dentro desta perspectiva de que certos povos precisam da colonização, é que estava a razão de ser de Portugal; o papel do português era ser o agente da realização deste destino, desempenhando as funções de colonizador e de missionário. É justamente esta razão de ser que o personagem-narrador recusa na sua amnésia. Ele não encontra mais razão para continuar sendo o que é, ou o que foi. E o ponto desta mudança é a guerra em que ele participou: a partir da experiência que teve em solo africano ele não mais se reconhece, ou melhor, não reconhece o “destino histórico” português.

Este ponto de mudança está metaforizado na “queda” que vitima o personagem-narrador levando-o ao hospital ao mesmo tempo em que provoca sua amnésia:

*“...rochedos e sal, duro mar da minha queda, abismo prometendo indecifráveis mensagens de um vento molhado e furioso, à tua treva e ao teu fundo habitados pelos cabelos dos meus fantasmas respondi, tentado pelos contrastes do sossego diluindo-se nas brumas da raça, esta efêmera vencedora de monstrenhos, despojo de naufrágios e de saques, velas rasgadas, cascos podres comidos pelo tempo...”* (pg. 18-19)

*“ Quando o meu corpo caiu no vazio, a vertigem estilhou-se em mil cristais salgados e a espuma branca do lugar da minha queda fez-se negra e, negra e dura, dilacerava-me...”*(pg. 26)

*“...como se mergulhasse num mar de sangue, espesso e escuro, desertado da vida, caminhando para o fundo, na queda interminável do meu corpo. No entanto eu tinha chegado para olhar a terra como ia acabar ao mar, e depois o mar como se estendia logo após ela, para se ir acabar onde ninguém o visse.(...)”* (pg. 31)

---

<sup>57</sup> O Estado Novo português também se preocupou com a produção cinematográfica em relação a sua política colonial. A ação colonial portuguesa apareceu pela primeira vez na tela num pequeno documentário realizado para a Grande Exposição Industrial Portuguesa em 1932, no curta *África em Lisboa*. Em 23 de maio de 1940 estreou *Feitiço do Império*, produzido pela Agência Geral das Colônias. Em 1953 foi exibido o filme *Chamite*. Estes filmes foram de grande importância, principalmente *Feitiço do Império*, pelo seu impacto junto ao grande público.

<sup>58</sup> Segundo Edward Said durante todo o contato entre os europeus e seus “outros”, iniciado sistematicamente quinhentos anos atrás, a única idéia que quase não variou foi a de que existe um “nós” e um “eles”, cada qual muito bem definido, claro, intocavelmente auto-evidente. (Said, 1995:27)



“Seria, porém, um indesculpável pedantismo admitir que a história da minha queda começou a bordo das caprichosas caravelas do misógino infante. (...)Um dos objetivos dos especialistas que me têm tratado é certamente a cura da minha megalomania, e os resultados são animadores.(...)” (pg. 98)

A última imagem que fica para o narrador é a da falésia e seus rochedos, a partir dali começa o mar e o seu abismo, explorado por ele e pelo capitão Nemo, de Júlio Verne. Ele cai do alto das suas certezas e da base do seu chão. Tudo o que ele pensou que era seu e o que era estava em queda. Esta queda é acompanhada por um quadro de incertezas, derramamento de sangue, no fim da raça e na podridão das velas das glórias passadas, associadas a figuras feias e assustadoras como “fantasmas, monstregos, naufrágios e podridão”. A megalomania portuguesa do seu passado não sustenta o peso deste corpo ante o abismo que se abre na sua frente. É hora de encarar a própria queda e o abismo em que foi jogado para conseguir dele sair.

É na guerra, que este português tomará contato com o território que sempre fez parte do seu imaginário de grandeza. Uma das imagens mais propaladas pelo Estado Novo português era o desenho do território de suas colônias sobreposto ao mapa europeu assinalando o quanto Portugal era grande: “*Pequenos na Europa mas grandes no mundo*”, desta forma os portugueses não temiam comparações com outros países, pois seu domínio se estendia no além-mar. Quando irrompe a guerra, a certeza que os portugueses sempre tiveram dos propósitos de sua missão em território africano é posta em dúvida.

A África constituía também, para os portugueses, a possibilidade de emigração em busca de trabalho. Fernando Rosas apresenta essa possibilidade como o destino teórico, sempre presente no imaginário coletivo, para o excesso demográfico metropolitano.

Além de um possível destino para aqueles que desejavam emigrar por motivos econômicos, a África também representava a possibilidade de aventuras e ponto de fuga de uma sociedade isolada e conservadora. Marcelo Caetano no livro que escreveu após sua saída do governo português, *Depoimento*, afirmou que ele pertenceu a uma geração para a qual o Ultramar surgiu como a grande missão de Portugal no mundo. Segundo ele, leitores apaixonados de Eça de Queiroz viam na África o caminho apontado na *Ilustre Casa de Ramires* aos portugueses que quisessem fugir à mediocridade das lutas partidárias em que se esgotava o regime liberal.

Em uma entrevista concedida a Mário Mesquita, em 1972, Eduardo Lourenço afirmou que até a eclosão dos acontecimentos de Angola em 1961, o português metropolitano tinha uma ignorância crassa de tudo quanto se passava nas colônias. A ignorância não era total porque havia relações familiares entre portugueses que iam e vinham de Angola.

Foi a partir da guerra colonial que os portugueses se depararam realmente com a realidade africana. Principalmente os soldados que foram mandados para a África e puderam testemunhar, além da miséria, a violência de séculos de colonização<sup>59</sup>.

Para o colonizado africano, Portugal estava presente em todos os momentos de sua vida, pois seu cotidiano era pautado por regras impostas pela metrópole. A língua que falava, a roupa que vestia, a escola que freqüentava, enfim, tudo era regulado pela cultura, costumes e leis portuguesas. Porém, para o português, a África era uma realidade distante, presente em seu imaginário e nas glórias do seu passado de descobridor. Portanto, é na guerra que estas duas realidades se encontraram. Por isto, num primeiro momento, o português não entende a razão daquela guerra, como mostra Álvaro Guerra:

*“Perguntando nós que guerra era aquela, sempre ouvimos como resposta grandes palavras ocas. E, muitos anos depois de termos escapado do pântano, quando tínhamos começado, há muito, a comer refeições quentes a horas certas, a fazer filhos legítimos, (...) muitos anos depois, dizia, a guerra ainda lá estava, feroz e persistente, perante o nosso absurdo esquecimento. De longe em longe, um documento consegue furar a fronteira e a rotina. Revoltamo-nos mansamente, inutilmente. Tornamos ao esquecimento.”* (Guerra, 1973: 115).

Além de não entender a guerra quando lá estava, não se podia falar dela quando de lá voltava. Ao retornar, o soldado, tal qual o personagem de Álvaro Guerra, procurava esquecer que havia estado naquela zona de combate. Sabia que lá continuava a matança e que muitos morriam em nome de algo que já não era justificável. Mas viver era preciso, e para viver era necessário o esquecimento.

A guerra colonial é a zona de contato em que o tecido colonial estava sendo corroído lentamente, quase imperceptivelmente pelos portugueses. Somente aqueles que

---

<sup>59</sup> A Guerra Colonial foi a *zona de contato* com o colonizado africano. Aqui entendo *zona de contato* conforme a definição de Mary Louise Pratt: “*Espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográficas e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinadas*” (Pratt, 1999: 31).

tinham ido para lá é que sabiam o que lá estava acontecendo. Enquanto estes viviam e conheciam a África, quem ficava na metrópole continuava a levar sua vida, respeitando os “brandos costumes”, sem perceber que dormia sob um inferno de luta, exploração, ódios e medos.

Foi na África que o regime político português enfrentou sua maior resistência. Lá estavam as comunidades que suportavam todo o peso da dominação caracterizada pela desigualdade econômica, cultural e social advindas de um Estado que pretendia fazer do seu passado o futuro.

*“porque não estiveste em dimensão dignamente humana na pele deste sacana das mil e uma mortes e muito menos naquele pântano vigiado onde nos trocam o futuro pelo passado porque habitas a mentiras de renda ilimitada que construíram expressamente para ti.”* (idem, 148)

O soldado ia sentindo um descompasso entre aquilo que sabia por ter vivido e aquilo que era calado na ignorância que assolava o país, incluindo as pessoas mais próximas. A guerra despertava nos soldados a contradição entre lutar em defesa da civilização e praticar a barbárie em nome dela.

*“Meter o cano da pistola e disparar. Golpear a nuca das vítimas e depois estripa-las. Lançar crianças de peito ao ar e espeta-las ao cair na ponta das baionetas. Fazer com que as mães nuas e apavoradas fujam, deixando os filhos. Pessoas feridas de morte e atiradas ao fogo. Agarrar uma mulher que está dando à luz, arrancar tudo o que pertence ao parto e obrigar o marido a come-lo...Que ódio? Que vingança? Que amor cristão?... Ao regressar a casa: brandos costumes. Depois de defendermos o Ocidente, afirmam-nos que podemos dormir descansados (...)”* (idem,115).

Esta transcrição da narrativa denuncia a brutal luta vivida na África em nome da civilização ocidente e da paz doméstica. A violência mudou de sentido, pois até o momento da eclosão da guerra colonial os colonos a utilizavam sem que ela parecesse estar em desacordo com os princípios humanistas europeus. Unidos pelo lucro, os metropolitanos batizavam com os nomes de fraternidade e amor a comunidade seus crimes. (Sartre, s/d:09). Com a sublevação africana e a conseqüente violência imposta contra os negros rebeldes em sua própria terra ficou difícil entender o sentido daquela guerra. Antigamente os europeus eram os sujeitos da história, agora os colonizados exigiam a descolonização fazendo girar a roda da história.

Neste Portugal imperial, o soldado que vivenciara, sem escolha, o lado mais violento da sociedade, sua face mais aterrorizadora revelada através de assassinatos,

crueldades e misérias. Na volta ao lar não conseguia mais conviver com a face organizada da sociedade, pois já não acreditava nos “brandos costumes”, nem nos altos valores morais, nem no amor cristão, em nome do qual lutou. Tudo perde o sentido, e o soldado-narrador de Álvaro Guerra prefere perder a memória para esconder a vergonha e a culpa de ter participado, ferindo e sendo ferido, de uma guerra inglória.

O soldado que luta pela metrópole em uma guerra movida por movimentos de independências sente que está na contramão da história. Além disso, é uma geração que viveu os momentos finais da Segunda Guerra mundial e compartilhou da condenação mundial aos crimes cometidos contra a humanidade com o objetivo de dominação de um povo sobre outro.

A literatura nascida desta experiência da guerra colonial portuguesa tem uma base emocional de culpa e se caracteriza, nas suas grandes linhas, como autopunitiva, antimilitarista e anti-heroica. (Azevedo,2001:44)

Neste sentido é significativa uma passagem do livro *Capitão Nemo e eu* em que o autor descreve um diálogo assistido em Paris:

*“...monsieur Steiger despia o casaco, numa zanga, arregaçava a manga da camisa e mostrava.*

*- E isto?! Não é nada, isto?!*

*Era o número de prisioneiro de Auchwitz impresso no braço esquerdo.*

*Mas Madame Yvette, rolando entre os dedos o copo de vinho tinto, ruminava o prazer dos seus triunfos.*

*- E nós? Você pensa que não fizemos nada? Estavam lá vocês muito sossegados às voltas com a vossa fome enquanto nós jogávamos a vida em cada esquina. Sim, o que é isto comparado com isto?!*

*E madame Yvette levantava a saia, exhibia as varizes e a grande cicatriz na coxa(...)*

*(...)Então surgia Victor, o camionista, circunspecto, distante, silencioso bebedor de cerveja, Victor e uma outra cicatriz, que descia da orelha direita até à comissura dos lábios, risco gravado pela navalha do argelino. De uma guerra suja ninguém queria sequer as recordações...” (Guerra, 1973:40).*

Não havia nenhum orgulho em mostrar as cicatrizes ou sinais de bravura daquela luta. Assim como o argelino, que embora tivesse uma cicatriz que rivalizava com a da francesa ex-militante da resistência e com o judeu egresso do campo de concentração, ele não queria entrar naquela comparação. Sabia que enquanto os outros haviam lutado contra a invasão alemã ou pela sobrevivência, ele havia lutado pela dominação e

subjugação de um povo pelo outro. Ele não lutou pela defesa de nenhum nobre ideal, ou de uma ideologia sua. Também não havia desertado como outros fizeram, ou emigrado para fugir à convocação. Ele ficou em Portugal e foi para onde o mandaram, fazer o que mandavam. Ele não resistiu, ao contrário, compactuou.

Isto desperta um sentimento de vergonha e de desenraizamento a ponto de não se reconhecer nem na família, nem na cidade, nem na casa que era sua quando retorna da guerra.

Antônio Lobo Antunes, no livro *Os Cus de Judas* também mostra este não pertencimento que aflige seu personagem-narrador. Porém, ao invés de perder a memória, como o personagem de Álvaro Guerra, ele se embriaga todas as noites para poder conviver com as lembranças da guerra. Este personagem de Antunes não consegue mais conviver com sua família nem levar a vida que tinha antes. Ele já não era mais o mesmo e isso também ocorria com o soldado-narrador de Álvaro Guerra, que não era o mesmo que fora.

Assim se expressa o personagem de Antônio Lobo Antunes de sua condição do pós guerra:

*“Talvez que a guerra tenha ajudado a fazer de mim o que sou hoje e que intimamente recuso: um solteirão melancólico a quem se não telefona e cujo telefonema ninguém espera, tossindo de tempos a tempos para se imaginar acompanhado, e que a mulher a dias acabará por encontrar sentado na cadeira de baloiço em camisola interior, de boca aberta, roçando os dedos roxos no pêlo cor-de-novembro da alcatifa”*(Antunes, 2003:69)

A guerra transforma os homens. Os que foram para a África viveram uma experiência para a qual não haviam sido preparados, pois foram defender o império de alguns poucos agentes infiltrados do comunismo internacional e o que viram foi muito mais que isto. Além da própria violência característica de um conflito destas proporções, perceberam que estavam longe de serem os agentes da civilização como indicava a ideologia oficial. Desta forma, quando retornaram não conseguiam se reconhecer no país que deixaram, como também não se reconheciam nas terras pelas quais haviam lutado. Estavam num “entre-lugares” que era lugar algum.

Esse não pertencimento é uma das angústias que perturbam o protagonista do livro de Álvaro Guerra, pois ele não sabe mais onde é o seu lugar:

*“(...)Nem encontrei meu lugar. Também não era no mundo de Safi<sup>60</sup>. Não há paraísos perdidos. (...) Tive todas as oportunidades para me regenerar, aproveitei-as a todas. Viajei pela civilização, tive família, automóvel, casa, cão. E reconheci finalmente, que também não era nesse mundo o meu lugar. (...) haverá um lugar para mim?”*(Guerra, 1973:86-87).

O personagem suscita no leitor a angústia de um tempo de incertezas, de questionamentos e de recusa. No trecho acima transcrito ele está afirmando que não se enquadra nem na sociedade metropolitana, civilizada, nem na sociedade colonial tida como bárbara. Ele, assim como outros portugueses, desejava um outro lugar, o que implicitamente acena com a necessidade de ruptura.

Encontramos nesta obra literária o registro de contradições e tensões que não se esgotam ou se resolvem na própria obra. Elas fazem parte integrante da sociedade na qual se integra o autor da obra que expressa sua própria versão do tempo presente.

Esta observação torna-se importante porque a necessidade de ruptura apontada pelo autor no seu sentimento de desenraizamento não era um sentimento particular seu. De certa forma os militares que participaram dos combates compartilhavam este sentimento e isso explica, em parte, o Movimento das Forças Armadas que, em 1974 derrubou a ditadura do Estado Novo no poder há mais de quarenta anos.

Pode-se perceber a extensão deste sentimento no Movimento das Forças Armadas através do filme *Capitães de Abril*, de Maria Medeiros, que descreve o Movimento dos Capitães que derrubou do poder Marcelo Caetano. Nas cenas iniciais são exibidas imagens da violência cometida contra os africanos. Os dois principais articuladores do golpe eram militares que participaram da guerra na África e carregavam um sentimento de culpa pelo que fizeram quando lá estiveram. O filme transmite a idéia de que foi a partir da experiência africana - e sua falta de sentido - que se antevê o fim do Estado novo português através de um golpe perpetrado pelos próprios militares.

O movimento militar de 25 de abril de 1974 não tinha um projeto ideológico nas suas raízes. Fora, acima de tudo, uma revolta de protesto contra a condição das Forças Armadas e a eternização da guerra colonial. A recusa por parte do governo de Marcelo Caetano em aceitar uma solução política para a guerra colonial levou a oficialidade intermediária – os capitães, comandantes das companhias, enfim aqueles que

---

<sup>60</sup> Safi é o nome de uma nativa da Guiné com quem o personagem-narrador teve um envolvimento amoroso.

suportavam a agonia da luta antiguerrilha na África, a passarem de uma reivindicação corporativista<sup>61</sup> para a conspiração político militar, principalmente ao perceber que o fim da guerra só se daria com a derrubada do regime. (Rosas, 1999:24).

O movimento dos militares foi encorajado pela publicação do livro do General Antônio de Spínola intitulado *Portugal e o Futuro*, publicado em março de 1974. Spínola defendia a criação de um Estado Confederado, decretando abertamente a inutilidade do prosseguimento da guerra, pois estava ciente da possibilidade da perda completa dos territórios africanos e por isso considerava necessário antecipar-se aos fatos. O autor afirmava:

*“À luz do rigorismo teórico da ciência política talvez sejamos levados a reconhecer que não somos uma nação, mas um complexo de nações, a que descontinuidade geográfica confere uma individualidade demasiado nítida para que possa ignorar-se, quando se pretenda uma via integradora desse complexo numa Comunidade Lusíada. (...) O momento presente parece assim aconselhar que, sobre a descontinuidade e heterogeneidade que caracterizam o espaço português, construamos um esquema do tipo ‘Estado Plurinacional’, sem esquecer que, para tornar incontestável a soberania, se torna necessária a adesão inequívoca das ‘Nações-Membros’.”* (Spínola, 1974:153-154)

A proposta de formação de um “Estado plurinacional” numa “Comunidade Lusíada” foi feita por um militar de alta patente, ex governador da Guiné e grande conhecedor da realidade colonial. Enquanto a oposição defendia a independência das colônias o General Spínola defendia um Estado Confederado, porém ambos sabiam que a guerra era insustentável.

Este livro do General Spínola indica que os militares estavam dispostos a politizar a questão da guerra colonial, objetivando uma retirada estratégica da África sem abalar o prestígio da Instituição das Forças Armadas.

Pelo exposto podemos afirmar que o inconformismo com o prolongamento dos combates nas três frentes de batalha perpassava a sociedade portuguesa da época. Em virtude do aparato repressivo e da censura imposta a Portugal não era possível uma

---

<sup>61</sup> O nascimento do levante militar está associado à publicação de dois decretos-leis que visavam resolver o problema da falta de oficiais do exército. Segundo estes decretos os capitães milicianos que quisessem entrar no quadro permanente poderiam fazê-lo se o quisessem desde que seguissem um curso acelerado para oficiais na Academia Militar, com duração de dois semestres. A indignação dos militares foi justamente esta: os cadetes necessitavam de quatro anos para serem promovido. Porém estas reivindicações já estavam resolvidas quando houve o golpe de 25 de Abril.

discussão com vários setores da sociedade sobre a permanência portuguesa na África. Os livros escritos sobre o tema chamam a atenção para a importância do problema.

O General Spínola utiliza uma linguagem direta, sem recorrer a efeitos narrativos capazes de provocar emoções. Nisto se diferencia das obras de ficção escritas sobre o tema. O ensaio *Portugal e o Futuro* aponta uma alternativa à política colonial marcelista e por isso tem um caráter essencialmente político.

O livro de Álvaro Guerra, ao contrário, demonstra, a partir das angústias e sofrimentos do seu personagem principal. Mas como a obra revela a inconsistência no sistema social e político do país, podemos considerar que o ato político de contestação e resistência ao regime político personificado por Marcelo Caetano, também caracteriza esta narrativa ficcional.

## 2 - O Tio Aníbal

Na fase de sono e sonhos do personagem-narrador uma figura visita suas lembranças, o Tio Aníbal. Ex-funcionário das colônias, considerado pela família como louco é uma das lembranças mais recorrentes da infância do protagonista.

Ele representa, para o personagem-narrador, a sedução da magia e do mistério. Tio Aníbal guarda segredos do passado e do desconhecido. As aventuras vividas por ele estão representadas pelos objetos presentes no seu quarto.

*“Para dizer a verdade, o quarto do tio Aníbal era muito mais um gabinete de alquimia ou um escritório de alfarrabista do que um quarto.(...) Porém não me bastavam os olhos; eu adorava o relevo paciente das flores pintadas no jarrão da dinastia Ming, a lisura da caixinha de charão, os contornos suaves do Buda de jade e dos quatro braços da deusa Kali, diante do lanceiro de porcelana inglesa, coisas que o tio acumulara entre Goa e Macau e salvara, juntamente com a reforma de funcionário colonial”* (Guerra, 1973:29).

O universo deste personagem era habitado por imagens e recordações do passado imperial português, de um tempo em que o Império ainda dominava Goa e Macau<sup>62</sup> e representava o exótico de um mundo que já não existia mais. Por isso era tão

---

<sup>62</sup> Em dezembro de 1961, tropas indianas invadiram e ocuparam Goa, Damão e Diu expulsando os portugueses que ofereceram uma resistência simbólica, tendo o governador Vassalo e Silva ordenado uma rendição geral. Em Macau a China fomentou um levantamento popular (1966), que obrigou o governo local e o governo de Lisboa a submeterem-se a todas as exigências chinesas. Macau passou a ser, em grande parte, controlada pela China. (Marques, A. H. de Oliveira, 1996:709)



maravilhoso o mundo do tio Aníbal, ele fazia parte do passado, de um lugar perdido nas brumas do tempo. Existia, em Tio Aníbal, uma devoção ao passado, que estava representada na sua relação com os objetos.

Tio Aníbal é a representação do português que ainda vivia preso à história das navegações, da época em que se lançavam ao mar em busca de aventura por terras nunca dantes navegadas. Joaquim Barrada de Carvalho afirmou, em 1974, que toda a história de Portugal girava em torno dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Tudo o que aconteceu antes não foi mais do que uma preparação para esses grandes empreendimentos. Tudo o que aconteceu depois foram conseqüências. (Carvalho, 1974:43).

Mas assim como Tio Aníbal, esse português do passado estava deslocado no tempo, vivendo de glórias que não mais encontravam ressonâncias no presente, muito pelo contrário, pois era no tempo presente que todo este arcabouço das glórias imperiais estava sendo dilacerado definitivamente pelas guerras.

Em outra passagem o personagem-narrador compara o tio Aníbal a D. Quixote:

*“Só eu sabia que o cavaleiro da triste figura vivia conosco, na casa grande, igual ao que se mostrava rodeado de monstros naqueles dois volumes gigantescos com letras douradas na capa negra (...) – orgulhava-me de partilhar com ele rebuçados ‘seiva de pinheiro’, naquele castelo de sonhos e segredos onde cheirava a mofo, a naftalina, a antigos papéis.”* (idem, 113).

O tio Aníbal assim como o cavaleiro da triste figura vivia uma vida em que a linha divisória entre realidade e ficção era tênue. Seu universo era aquele encontrado nos livros e nos objetos que habitavam seu mundo – o quarto.

Sua vida inteira estava baseada em lembranças de tempos passados. À força de ler livros e de visitar lugares longínquos tornara-se um signo errante num mundo que não o reconhecia. Tio Aníbal havia se tornado um peregrino dos descobrimentos portugueses num tempo em que estes perderam o sentido de epopéia, tornando-se anacrônicos diante da Guerra Colonial africana.

Tio Aníbal guardava do seu passado de funcionário das colônias objetos trazidos de povos e lugares em que o português havia chegado com a missão de civilizar e cristianizar. Ele representa a nostalgia e sentimentalismo, vivendo do passado e sonhando com restabelecimento do prestígio perdido.

Esta relação que os portugueses mantinham com suas colônias, tinha uma profunda correspondência com as idéias de sua própria identidade como também

guardavam uma garantia da sobrevivência e independência do país. Neste sentido Valentim Alexandre (Alexandre, s/d:220) recorreu aos mitos, para explicar como funcionava esta correspondência entre colônias, identidade e sobrevivência da nação, como um modo de apreensão da realidade no seu todo, de a pensar e a sentir, integrando fatores econômicos e não econômicos.

O primeiro destes mitos era o *mito do eldorado*, que tinha como fundamento a crença inabalável na riqueza das colônias africanas, sua extrema fertilidade e os tesouros das suas minas.<sup>63</sup> Desta forma as colônias eram vistas como o caminho a ser trilhado para que a nação recuperasse o estatuto de grande potência.

O segundo mito é o *mito da herança sagrada* que via na manutenção de toda e qualquer parte do território colonial uma prerrogativa histórica segundo a qual estes domínios eram testemunhos da grandeza dos feitos da nação. Perdendo estes domínios a nação perderia o registro da sua grandeza, abandonarem sua vocação e razão de ser.

Este mito está muito associado a um pensamento de sobrevivência do país, pois o império seria uma compensação à vulnerabilidade portuguesa dentro da península ibérica em relação à sua vizinha Espanha.

O perigo de ser anexado pelo Espanha, presente no imaginário português, não era uma idéia distante no tempo. Portugal vivia, nas décadas de 1960 e 70, um dilema que consistia na escolha entre o desligamento da África e a sua total integração Européia. Desligar-se da África era difícil e penoso, pois significava abandonar também uma identidade e partir em busca de outra, o que implicava na incômoda pergunta: “quem eram verdadeiramente os portugueses?”.

Este impasse foi colocado da seguinte forma pelo historiador Joaquim Barradas de Carvalho: “*Portugal chegou não a uma, nem a duas, mas a várias encruzilhadas. Para além de profundas reformas na sua estrutura económica, social e política, Portugal terá, e a breve prazo, de escolher entre duas opções que dizem respeito à sua história, a mais profunda. Portugal terá de escolher entre a Europa e o Atlântico*”. (Barradas, 1974:78).

Essa escolha entre Europa e África, também estava presente no relacionamento econômico que Portugal mantinha com estes dois “destinos”. A partir dos anos 1960 observa-se um afastamento constante de interesses e laços econômicos entre a

---

<sup>63</sup> Segundo Valentim Alexandre este *mito do eldorado* foi dominante nos primeiros anos do liberalismo, após 1834, servindo de base a defesa do projeto colonial como forma de recuperação da nação, compensando a perda do Brasil.

metrópole e suas colônias. Segundo Lincoln Secco as percentagens de importações que Angola e Moçambique faziam, no ano de 1961, da metrópole eram de 44% e 33%, respectivamente. Em 1973 essa proporção passou a se de 26% e 19% apenas. Em 1960, Angola contribuiu com 40% da produção portuguesa de aço e ferro, contra apenas 6% em 1970. (Secco, 2004:91).

As trocas comerciais entre Portugal e as colônias não ultrapassavam 13% da balança comercial da metrópole em 1973, sendo que esta já estava envolvida no intercâmbio com os países europeus da EFATA e da CEE. Além disso, existia o problema dos “atrasados” das colônias que desestimulavam o aumento das exportações para os território ultramarinos. (Medeiros Ferreira, 2001:443).

Pelo esboço das trocas econômicas acima traçado podemos perceber que Portugal vivia, na década de 1960, um movimento em direção a Europa.

Por sua vez as colônias portuguesas africanas estavam sendo exploradas por empresas que não eram portuguesas: O petróleo angolano estava em mãos da Shell, através da Tanganica Concessions e da Standart Oil, por via de The Angola Coaling co. O cobre pertencia à belga Commerce Bancaire, à Cooper co. (EUA), ao Grupo Pecheney (Inglaterra) e à Thissen (Alemanha). Os diamantes eram explorados pela Anglo-American Company of South África, pela Cooper Brothers Co. e pela Diamang. *“Somente no ano de 1969, foram 98,5% dos investimentos efetuados nas colônias com origem em apenas cinco países: Bélgica, EUA, África do Sul e Alemanha”* (Secco, 2004:91-92)

Segundo Valentim Alexandre essa estrutura colonial portuguesa poderia ser vista como uma simples correia de transmissão das grandes potências, um exercício meramente formal da soberania política, em proveito de interesses alheios. Mas o autor explica que a presença de capitais estrangeiros foi tolerada como um “mal necessário”, e por outro lado, a política nacional portuguesa se definiu geralmente em termos estritamente nacionais, muitas vezes em prejuízo do desenvolvimento econômico dos territórios ultramarinos. (Alexandre,s/d:59).

Ele segue afirmando que, entre o imperialismo português e os outros há uma diferença que resulta da questão colonial na vida política portuguesa. *“Por razões históricas, o projeto imperial aparece em Portugal ligado à necessidade de preservar a imagem de nação,(...) e de salvaguardar a sua própria independência, face ao poder da Espanha no conjunto da Península Ibérica”* (idem:60)

Existia, no imaginário social português, uma suspeita de que, se não fosse pela extensão territorial do seu império, Portugal seria anexado pela Espanha. Álvaro Guerra transpõe essa desconfiança em relação aos espanhóis através do tio Aníbal que só saía do seu “castelo” nas comemorações da Restauração: *“Só no primeiro de Dezembro ele de lá saía voluntariamente, e assomava à janela da sala para ver passar a banda a tocar o Hino da Restauração – detestava igualmente os castelhanos e as minhas tias.”* (Guerra, 1973:113).

O ódio do Tio Aníbal, um ex-funcionário colonial, aos espanhóis era motivado tanto pelo período em que os portugueses ficaram sob domínio espanhol quanto pelo perigo que representavam naquelas circunstâncias. A idéia de união Ibérica havia ganhado força em meados do século XIX com o impacto das unificações alemã e italiana. Embora alguns setores da sociedade portuguesa vissem com simpatia essa possibilidade (pequenos industriais tinham interesse crescente no mercado espanhol, bem como nas reservas de carvão, das quais Portugal era desprovido), a maioria da população considerava negativa tal hipótese. Portugal vivia um dilema: ou império ou província.

Joaquim Barradas de Carvalho apontava este perigo ao analisar as possibilidades portuguesas no caso de um abandono atlântico e uma guinada europeia:

*“Na Europa do Mercado Comum, e numa futura, hipotética, Europa política, a economia dos grandes forjará uma Península Ibérica unificada, e seguramente com a capital econômica em Madrid, que da capital econômica se transformará, a mais curto ou longo prazo, em capital política”* (Barradas, 1974:78)

Como já havia demonstrado o personagem-narrador de Álvaro Guerra, Portugal fazia de seu passado o seu futuro.

Portugal se agarrava ao seu ideal de império da mesma forma como o Tio Aníbal se prendia aos objetos recolhidos nas partes mais distantes dele. O tio era como o cavaleiro de triste figura que percorrera um longo caminho forjando aventuras de tempos passados inspirado nos heróis de seus livros favoritos. Mas nem havia donzelas a serem salvas nem mundos a civilizar.

Tio Aníbal, além deste saudosismo e nostalgia, que o fazia viver um cotidiano oscilante entre realidade e ficção, tinha um comportamento meio anárquico ao transgredir as maneiras educadas de se portar em público. Por exemplo, para suprimir

sua falta de dentes encomendou uma “máquina de mastigar”<sup>64</sup>. Ele comia “ (...) *triturando a bela carne de vaca, do lombo, espirrando molho e o resto do sangue, as bolinhas moídas descendo pela caprichosa goela do tio, desembuchando com goles de tinto (...), apreciado, e saudado pelo arrotito discreto do tio Aníbal, vingando os dentes perdidos (..)*” provocando nojo na tia Ermelinda. Ele não observava as regras educadas de se comer à mesa. De certa forma ele até as afrontava, existindo da sua parte uma resistência em obedecer aos cânones da boa educação que o mundo ocidental preconizava. Era como se ele estivesse mais próximo das maneiras e costumes das tribos africanas e longe do mundo de tia Ermelinda.

Em outro momento ele resolveu plantar uma “*árvore da sabedoria*”, cavando um buraco no quintal, como uma cova de plantio, jogando dentro alguns livros: os dois volumes de *D. Quixote de la Mancha* ilustrado por Gustavo Doré, *Tratado de Teologia e Moral Evangélica* do século XVIII e uma edição rara do *Discours de la Méthode*. Segundo o tio, se esses livros não conseguiam produzir uma árvore da sabedoria não serviam para mais nada. Esta era uma maneira eloqüente de dizer que só a ostentação do conhecimento não tinha utilidade; era necessário que os livros tivessem um fim em si mesmos, uma aplicabilidade pois caso contrário seria como os ocidentais que se vangloriavam de produzir uma extensa produção intelectual que circulava somente entre eles. O Tio Aníbal defendia a idéia de que mais do que possuir conhecimentos era necessário disseminá-los no mundo, papel reservado historicamente aos portugueses.

Tio Aníbal, o louco, trazia no exagero de suas ações, inferências do autor sobre a estrutura mental que orientava as práticas da sociedade portuguesa. O autor se utiliza, em certa medida, de elementos humorísticos. Rindo do personagem o leitor estaria rindo de si mesmo, ou seja, da situação crítica que vivia em Portugal.

O autor Álvaro Guerra, ao ridicularizar este personagem, estabelecia ligações entre elementos dispersos deste sistema mental arcaico no qual se ancorava a imagem do português. Dessa forma sugere uma reflexão crítica sobre esse mundo em mudança.

---

<sup>64</sup> Uma espécie de dentadura: “ (...) *espécie de quebra-nozes gigante com duas feiras de dentes engrenando*” (Guerra, 1973:55)

### 3 - As mulheres

As mulheres também são personagens importantes desta narrativa de Álvaro Guerra, principalmente porque, em certo sentido, aparecem como espelho refletindo a imagem e condição do personagem-narrador.

A partir do primeiro contato com uma mulher é que o protagonista do livro *Capitão Nemo e eu* toma consciência da sua perda da memória, recuperando a primeira informação sobre sua situação e identidade:

*“(...)eu que vagamente me obrigo a pensar no corpo da mulher que veio, há pouco, dizer-me que perdi a memória e unir seus lábios aos meus (...)*

*Mas isto não vai durar e começou a perder-se no momento em que despertei porque, ainda que do tempo não encontre medida, o primeiro fragmento ocupou o seu lugar no ‘puzzle’ com a visita da mulher e o beijo e a palavra memória na sua boca...”* (Guerra, 1973:12)

Esta mulher, chamada Maria, que depois se revelará como sua esposa, informa-o da amnésia ao mesmo tempo em que dá as primeiras informações sobre quem ele é. Abstraindo um pouco a situação, percebemos que é na relação familiar que primeiramente o indivíduo estabelece sua identidade e seu papel social. Por isso, inclusive, a insistência das “Três Marias” de que ao revolucionar a relação mais íntima entre homem e mulher toda a estrutura social se modificaria.

Abrindo os olhos, enxergando a mulher, ele passa a procurar por si. Ele pode não querer saber ou pronunciar seu nome, mas esta mulher sabe quem ele é, portanto ele não poderá viver sem se saber por muito tempo. Esta é uma mulher que o aguarda, desde sua partida para a África, desde sua hospitalização, na sua desmemória.

#### Anjo Branco

Após uma breve estada no hospital, em que seus ferimentos físicos são tratados, o ex-soldado é encaminhado a um hospício<sup>65</sup> para tratar da amnésia. Ali ele é recebido

---

<sup>65</sup> Michel Foucault no livro *Microfísica do Poder* afirma existir uma correlação histórica entre o espaço hospitalar a partir do século XVIII e a posição do louco e do psiquiatra no asilo. Mais do que um lugar de desvelamento o hospital é um lugar de confronto. “*loucura, vontade perturbada, paixão pervertida, deve encontrar uma vontade reta e paixões ortodoxas. Este afrontamento, este choque inevitável, e a bem dizer desejável, produzirão dois efeitos: a vontade doente, que podia muito bem permanecer inatingível pois não é expressa em nenhum delírio, revelará abertamente seu mal pela resistência que opõe à vontade reta do médico; e, por outro lado, a luta que a partir daí se instala, se for bem levada deverá conduzir a vontade reta à vitória, e a vontade perturbada à submissão e à renúncia. Um processo de oposição, de luta e de dominação.*” (Foucault, 2002:121-122)

por uma enfermeira que o encanta com a “harmonia” das suas formas. Ele passa a chamá-la de Anjo Branco.

Este anjo branco o conduzirá até o regresso de sua memória e reintegração ao mundo. Nas conversas que os dois travam durante este tratamento as lembranças e impressões do mundo vão surgindo e assim nasce como um desejo recíproco.

O autor, ao denominar esta mulher de anjo branco, está confirmando uma das denúncias das autoras do *Novas Cartas Portuguesas*, quando afirmam que a mulher ainda é vista exercendo as funções de redenção ou de condenação do homem. Ela pode ser o anjo (do lar, família, comunidade, hospital, etc.) ou a bruxa que enfeitiça e lança o homem na fogueira do inferno. Neste caso além de ser um agente de “redenção” do narrador é ainda “anjo branco”, que se reveste da pureza atribuída à mulher ideal.

O personagem-narrador se sente atraído por ela ao mesmo tempo em que tem plena consciência de que a “missão” desta enfermeira é o de “reintegrá-lo ao mundo do esquecimento”. Para ele, recuperar sua memória e se reintegrar novamente à vida cotidiana significava esquecer o que passou, eliminando o incômodo das lembranças que o impediam de viver ajustado na sociedade. Por isso ele se refere ao ato de recuperação da memória como reintegração ao mundo do esquecimento. Recuperar a memória é esquecer o passado recente o que implicava na sublimação do sofrimento causado pela consciência do que viveu. Só assim poderia voltar a levar uma vida “normal”. Memória e esquecimento, aqui se interpenetram: do esquecimento depende a recuperação da memória, assim como é a partir do hospício que se reintegra na vida normal.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Esta análise que pressupõe a abordagem da relação entre história, memória e esquecimento está fundamentada nas contribuições do filósofo Paul Ricoeur e nos comentários do historiador François Dosse, seu interlocutor na elaboração da obra *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. O filósofo agradece ao historiador na apresentação do livro.

Paul Ricoeur recusa a alternativa História ou Memória? Esta posição se firmou, segundo o autor, a partir do maior contato com os historiadores. Esclarece que a pesquisa que resultou nesse livro, é fruto da aproximação com a história que ocorreu a partir do seu maior contato com a historiografia e da sua participação em seminários e colóquios da área. Esse contato permitiu perceber a sua afinidade com os historiadores profissionais que se preocupavam com os problemas relativos à relação entre a memória e a história.

François Dosse, no artigo “La mémoire fragmentée. Paul Ricoeur: entre mémoire, histoire et oubli”, analisa a natureza dos laços tecidos entre a filosofia do autor e o trabalho do historiador, sublinhando a originalidade e a fecundidade desse percurso, notadamente para uma história do tempo presente em busca do sentido e da espessura temporal.

Como nosso trabalho se refere à chamada “história do tempo presente”, essas publicações foram fundamentais para a análise desta obra literária que coloca no centro da trama a questão da memória e do esquecimento.

Cabe mencionar, também, uma publicação que foi muito importante para nossa reflexão sobre o tema da memória. Trata-se de um número especial da revista *Le débat. Histoire, politique, société*, dedicado a esse tema. Esse número apresentou um debate sobre a obra de Paul Ricoeur *La mémoire, l'histoire, l'oubli*.

A função desta enfermeira é justamente conduzi-lo neste processo, de lembrança do passado e reconquista da identidade e esquecimento do presente – ou seja, a participação na guerra que perturbou sua consciência.

Não é por acaso que a enfermeira mulher o auxilia na reintegração à “sociedade hierárquica, ordenada e harmônica”.

A situação de paciente em um hospital é a de interdito, tudo na vida dele estava regulado segundo as normas e preceitos dessa instituição. O horário, a alimentação, as visitas, a circulação, enfim toda sua vida de paciente é monitorada e controlada.

*“Devo sujeitar-me aos horários dos remédios, às injeções, a ser colocado sob as placas de vidro dos aparelhos de radiografia e ao emaranhado de fios presos à cabeça através dos quais é possível ler o meu cérebro(...)”* (Guerra, 1973:17).

O hospital/hospício cura o corpo e a mente. A mente desordenada se reequilibra nesse espaço que representa o lugar da submissão e sujeição. O hospital como metáfora da Pátria e explicitado pelo próprio autor:

*“Nós somos a base da pirâmide e alguns, como eu, gozam o privilégio do quarto individual. O hospital é assim como o país – habituados que estamos à metáfora. Trata-se o povo com consciência e eficiência.”*(idem:43)

*“(...) um doente deste imenso, imerso hospital adormecido que é a decadente pátria, cujo destino nos cumpriu, nos legou e abandonou ao sabor da saudade (...)”*(idem:57).

No hospital-pátria o doente-cidadão deve comportar-se conforme o que lhe for prescrito. Nesse espaço não há lugar para questionamento ou desobediências. A referência à ditadura vivida em Portugal é clara.

Esta pátria não aceita questionamentos sobre os destinos que ela impôs a seus cidadãos.

Abandonados ao mesmo tempo em que estão presos, por isto a agonia que não cessa e a memória que se recusa a colaborar.

O personagem-narrador além de ser monitorado é investigado através de exames e radiografias. Sua situação se equipara a do cidadão que é vigiado e do escritor que é

---

Dele participaram historiadores como Roger Chartier, Pierre Nora, Krzysztof Pomian que discutiram o texto do filósofo a partir de diferentes ângulos; a revista publicou, também, as respostas de Paul Ricoeur a cada um dos articulistas.



censurado, tendo seus escritos examinados e radiografados pelos responsáveis pela saúde da pátria: os censores.

Também o Anjo Branco é um instrumento de investigação, pois estando ao lado do paciente, conversando com ele, auxilia na avaliação do seu estado de espírito. Em determinado momento ele percebe este papel da enfermeira: *“Será que o anjo branco se preocupa em apurar a veracidade das minhas histórias? Tanto pior para ela.”*(idem:121) Apesar das circunstâncias controladoras, a relação entre ambos é permeada pelo desejo recíproco que produz uma cumplicidade entre eles.

*“...visita-me com frequência. Trocamos frases banais e ambos sabemos estar a adiar qualquer coisa. O anjo branco conhece, como eu, o que calamos – cumpre com alguma falta de rigor as suas obrigações...”* (idem:65)

Esta relação, em que a cumplicidade se impõe, é permeada pelo silêncio das coisas não ditas. Há um interdito nesse encontro entre personagens que representam, nesse ambiente, papéis diferentes. A ordem e a desordem se interpenetram de maneira não prevista pelos controladores das mentes e das condutas individuais.

Neste hospital-hospício em que o personagem narrador tem a companhia do anjo branco, existe um jardim onde é permitido que seus doentes passem. O autor descreve um desses momentos:

*“Com o livro debaixo do braço, desço as escadas; no ‘hall’ cruzo-me com o anjo branco, sorriso dado e devolvido, bons dias e receios mal escondidos. Vou refugiar-me na mata, (...) visitar o tempo em que cada colina era uma ‘sierra maestra’ e cada companheiro se chamava Che – geração sem revolução, o mais que podia era sonhar com ela, ler para querer, (...)”*(idem: 109)

Nos jardins do hospício, sob a vigilância do anjo branco e com o livro das *Vinte Mil Léguas Submarinas* debaixo do braço, o ex-soldado pensa na sua geração e nas expectativas e sonhos que não vingaram. A inspiração que a revolução cubana despertara em jovens de todo o mundo, que viam em cada montanha uma possibilidade de guerrilha como a Sierra Maestra, havia se desmoronado para este homem. Ele já não alimentava o sonho de concretizar tal revolução em seu país. Esperava bem menos que isto.

No entanto relembrar o tempo em que a revolução ainda era uma expectativa possibilitava, além de reviver o sonho, sentir-se capaz de transformar o mundo. Sentimento que talvez nenhuma outra geração, com exceção daquela da década de 1960, tivera oportunidade de experimentar.

Sierra Maestra, Che Guevara e Cuba eram símbolos de rupturas desejadas e acalentadas para uma geração de portugueses que paradoxalmente lutou contra a guerrilha africana de libertação, convocada pela ditadura. Portanto a frustração destes jovens soldados que lutaram em territórios ultramarinos era ainda maior. E depois do regresso tinham que se ajustar ao cotidiano de regras, costumes, censuras, e viver num mundo com cheiro de assepsia.

Depois deste tempo de readaptação, quando deixou de representar um perigo porque pessoas doentes representam perigo de contaminação, o ex-soldado foi considerado curado e pronto para voltar ao convívio dos seus.

*“(...)regresso – ó anjo branco – à clandestinidade da chatice e telefonarei às amigas e aos amigos e brincarei com os correligionários contra os legionários e mercê de algum favor serei um senhor (...)*

*(...) ouvirei também platônico falar de metralhadoras decisivas entre dois whiskies(...)*

*(...) vem a mulher ao meu encontro dentro da manhã revendo um passado inglório e tantas vezes vil com a comoção da nossa frágil condição e algum orgulho e ternura que nos ajude a suportar a amargura da consciência sem força para a lógica ruptura (...)*  
*assim regresso a casa.” (idem:152)*

Sua cura significava acomodação à sociedade e ao “status quo” vigente.

### **Alio**

Embora este livro de Álvaro Guerra trate da guerra colonial na qual o personagem-narrador tomou parte, poucos são os personagens africanos que aparecem nele. Na realidade são três: Safi, Amadu e Alio. Este último era um caçador da tribo em que o ex-soldado viveu por algum tempo e que se tornou seu amigo. São poucas as referências do autor sobre este personagem, mas sabemos que foi através do amigo Alio que o ex-soldado aprendeu caçar e a falar o fula – língua da comunidade local.

*“Então, eu não sabia mais de meia dúzia de palavras fulas. Com ela [Safi] e com Alio, o caçador, aprendi o resto. Durante quase dois anos, com eles é que me encontrei e vivi. Entende? Muito mais do que no quartel; com os soldados apenas era possível partilhar a saudade.” (Guerra, 1973:85)*

Deste pequeno relato depreende-se que era mais fácil, para o personagem-narrador conviver com os nativos do que com seus companheiros. Com os nativos, ele tinha algo que aprender o que não ocorria com seus companheiros: com Safi e Alio era possível construir, com os soldados se aliava para destruir. Era no instável equilíbrio destes dois pontos que ele viveu quando esteve na Guiné.

Alio, amigo africano morreu, assassinado pela tropa portuguesa. Esta morte marcou o despertar do soldado para a inutilidade e o absurdo da sua permanência naquela terra:

*“Durante dois anos (...) amaldiçoei os fidelíssimos enviados do infante que se aventuraram até à foz do Geba.(...) Por lá chafurdei na lama das lalas, debati-me no turbilhão dos tornados, derreti-me na fornalha de um sol quase invisível, dissolvi-me na chuva vertical, e amei como um danado aquela terra que me injectou a febre, me secou, me expulsou a tiro. Não seria decerto a explosão de uma granada ou uma rajada assassina que poderiam desfazer definitivamente essa ordem. Julgava eu. Até que a tropa matou meu amigo Alio ...”* (Guerra, 1973:84)

O soldado português, por um lado amaldiçoava seus antepassados que se lançaram no mar na conquista de outros povos, por outro, amava seu país. Julgava ser esta a ordem natural das coisas e se reconhecia como um colonizador em defesa do seu império. Porém a morte do seu amigo descortina uma realidade para qual ele não havia aberto os olhos: a tropa matou seu amigo, porque este lutava contra sua permanência naquela terra. Alio lutava contra os portugueses e não queria a permanência dos dominadores na sua terra, o que levou o personagem-narrador a concluir sobre as razões de sua luta na África.

Este africano lutava com outros iguais a ele para ter o direito de ser livre na sua própria terra. Alio revelou a ele que sua missão ali não era combater guerrilheiros comunistas enviados de outros países, como até aquele momento acreditara. Alio era apenas um fula da Guiné, que caçava, tinha sua própria religião, era amigável, um bom homem e foi morto pela tropa porque queria viver num país livres. Alio também ocultava a sua situação do guerrilheiro: durante o dia tinha uma vida normal e à noite saía para lutar contra os invasores, matar e morrer nas matas africanas. Isto o forçou a reconhecer a dimensão daquela guerra como a luta de um povo pela sua libertação. Ali ele era o invasor, o indesejado, o opressor e estava naquela terra para matar pessoas como Alio, seu amigo.

A morte do amigo possibilitou sua tomada de consciência em relação ao massacre que a metrópole praticava na África em nome desse império que ele julgava amar porque representava o “destino de português”. Neste momento se processou no seu íntimo uma “descolonização”, que resultou na extirpação do colonizador que existia nele. A violência por tantos séculos praticada contra os colonizados volta-se agora contra os colonizadores.

“...inatendida, a morte espalhou o seu cheiro de pólvora e medo, e mostrava-me em mãos exangues um sangue antigo e fatigado; tossia ainda na metralha, despedindo-se, ameaçadora e segura, calcando-nos contra a terra invadida pelos nossos crimes e pela nossa ingenuidade, nós, pequenos e vorazes como percevejos perseguidos com paciência sonolenta.” (Guerra, 1973:33)

O processo de descolonização mais do que criar países novos, produzia homens novos na inevitável desordem provocada pelo combate entre duas forças antagônicas: o colonizado e o colonizador.

Antônio Lobo Antunes no seu livro *Os Cus de Judas* em determinado momento descreve a aproximação do seu personagem principal com esta realidade africana de colonizado quando um colega negro, de faculdade, aproxima-se do protagonista para lhe mostrar a “sua *Guernica*” : Era um retrato de uma velha esquelética, em cujo rosto se adivinhavam gerações e gerações de petrificada revolta. Este personagem-narrador afirma que só compreendeu o sentido daquela guerra quando tomou contato com os negros de Angola, onde foi servir, e viu os prisioneiros no quartel da PIDE, a resignada espera dos seus gestos, as barrigas gigantescas de fome das crianças, a ausência de lágrimas no pavor dos olhos.

Ele seguia afirmando que na sua concepção de pretos, construída desde sua infância, eles se igualavam a animais caseiros. Mas no seu contato em África revelaram-se animais perigosos e esquisitos parecidos com pessoas, que no escuro da sanzala<sup>67</sup> gritavam para ele voltar para sua terra.

O que percebemos nestes dois casos, tanto no livro de Álvaro Guerra quanto no de Antônio Lobo Antunes, é que o processo de “descolonização” provocou um confronto entre o mundo imaginário colonial e o mundo real. Ao se deparar com a miséria e violência presentes no mundo das colônias, os personagens-narradores tomaram consciência de que eram indesejados e que estavam deslocados. Aquela não era a guerra que queriam lutar.

Em nome da colonização o português obrigou o colono a se sujeitar a sua dominação, não só física como cultural e religiosa. Esta última representada pela presença constante de padres na África, inclusive na distribuição de bênçãos aos

---

<sup>67</sup> Segundo Rui de Azevedo Teixeira, no norte de Angola, nos últimos anos do colonialismo, o quartel acasernava militares que, não acreditando na sua guerra, se arrastavam numa borra de tédio, cio, covardia e bebedeira e a sanzala, que por sua vez era habitada por uma mole maioria de negros alienados, verdadeiramente desapossados do seu ser, já que sem pátria e sem noção de ser. “*Dum lado, o ocupante calaceiro e cansado; do outro, o autóctone mísero e esgotado*”. (Azevedo, 2001:119)

portugueses que iam lutar contra os africanos. Tratava-se, portanto de uma fé, ou melhor de um Deus, que tomava partido na luta, como mostra a seguinte passagem:

*“ Irmãos, longe dos vossos lares, das vossas famílias, das vossas noivas, de todos os entes queridos, tendes por consolo e por razão o amor da pátria e a fé em Cristo, que aqui vos trouxeram para defender a terra dos vossos antepassados que vieram oferecer ao gentio selvagem, com suor e sangue, a verdade, a justiça e a Fé em Deus nosso Senhor. Ele está convosco. Vós sois os soldados de Cristo que combatem os infiéis, os ímpios. Vencereis, tal como São Jorge venceu o Dragão. Que Deus seja convosco, meus bem amados irmãos.”* (Guerra,1973:40).

Os portugueses eram o braço armado de Deus e São Jorge aniquilaria o dragão que tentava derrubá-lo de seu cavalo. Nesta guerra colonial os lusitanos, além de defenderem seu império, estavam defendendo também a Igreja como instituição que dava suporte à ditadura do Estado Novo.

Este vínculo entre a Igreja e Portugal era profundo e suas raízes estavam assentadas na história portuguesa de longa duração. A cultura portuguesa tinha como referente místico o catolicismo, assimilado à história ideal de cruzados de Cristo durante séculos. No salazarismo a doutrina social da Igreja serviu como suporte ao Poder. Os valores católicos, integrados “organicamente” à política proselitista, foram utilizados de forma a criar uma simbiose entre a atividade colonizadora e a atividade missionária.

Gilberto Freire considerava que a ação dos portugueses nos trópicos era mais “cristocêntrica” do que “etnocêntrica”, a ponto de em certas regiões do mundo luso a palavra português ser sinônimo de cristão. Ainda segundo este autor brasileiro “...*depois de Cristo, ninguém contribui tanto como o português para desenvolver o amor fraternal entre os homens.*” (Freire, 1953:233).

A ação dos missionários promovia o caráter colonizador dos portugueses. Esse Deus, esse Cristo não era africano mas português e servia aos esforços de colonização e de sujeição do colonizado.

Frantz Fanon denunciava a ação da igreja nas colônias, pois ela atuou como uma instituição de brancos, do patrão, disseminando os valores do opressor. Mais do que alienar o colonizado, a principal função da igreja na colônia era destruir os costumes, tradições e sobretudo os mitos dos colonizados (Fanon, s/d: 31).

Além da religião, a língua sempre foi fundamental no processo colonizador português. Gilberto Freire<sup>68</sup>, quando fez sua visita pelas províncias ultramarinas portuguesas, a convite do Ministro do ultramar português, Sarmiento Rodrigues, destacou este aspecto como um dos responsáveis pela integração do luso no trópico.

*“Um dos meus maiores encantos, nesta viagem pelo Ultramar Português, tem sido ouvir a nossa bela língua portuguesa falada por povos, pessoas, indivíduos de cores, raças, situações diferentes. Por brancos, amarelos, pardos, pretos. Que todos são donos da língua hoje transnacional que é a portuguesa. (...) E será então a língua, vamos dizer, oficial, da maior democracia racial que o mundo jamais conheceu.”*(Freire,1953:245)

A língua oficial do que Freire denominava democracia racial era a mesma do país colonizador que, uma década após a visita de Gilberto Freire à África mandou soldados para garantir a integridade do império.

Pelo Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, havia uma diferença entre os indígenas e os *assimilados*<sup>69</sup>, sendo um dos critérios para adquirir a cidadania portuguesa era o domínio da língua portuguesa. Este Estatuto foi revogado em 1961 impondo o fim do indigenato e a extensão da cidadania portuguesa a todos os habitantes das províncias ultramarinas.

Este documento legal que diferenciava assimilados de indígenas foi revogado no momento em que Portugal passou a se deparar com a pior crise do seu império provocada pelo conflito armado imposto por grupos que reivindicavam a independência das colônias. Por isso, o Decreto representava uma tentativa de responder aos argumentos daqueles que condenavam a presença portuguesa no além-mar, bem como, mostrar a disposição da Metrópole em atender reivindicações.

---

<sup>68</sup> Entre agosto de 1951 a fevereiro do ano seguinte, Gilberto Freire realizou esta viagem às colônias portuguesas. Como decorrência dela o autor publicou dois livros: *Aventura e Rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*. O primeiro é um diário em que o autor descreve suas impressões e observações. O segundo é um conjunto de conferências e discursos proferidos durante sua viagem. Neste último livro Freire formula sua teoria sobre o luso-tropicalismo. A utilização deste discurso e desta teoria na legitimação da manutenção das colônias africanas por Portugal é discutida por Cláudia Castelo no livro *O modo português de estar no mundo – o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933 -1961)*, edições Afrontamento, Lisboa, 1999.

<sup>69</sup> Pelo decreto-lei 39.666, de 20 de maio de 1954 eram considerados assimilados, ou seja, aqueles que perderam a condição de indígena e adquiriram a cidadania portuguesa, os que conseguissem comprovar os seguintes itens: “1º ter mais de 18 anos; 2º falar corretamente a língua portuguesa; 3º exercer uma profissão, ou arte, ou um ofício que lhe dê um rendimento necessário à sua subsistência e de seus familiares ou das pessoas que estão a seu cargo, ou possuir bens suficiente para o mesmo fim; 4º ter um bom comportamento e ter adquirido a instrução e os hábitos pressupostos na aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses; 5º não ter sido considerado refratário no serviço militar ou desertor. “ (Silva e Garcia, 1995: 385-386)

Por estes fatores somos levados a considerar que esta comunidade a qual pertencia o amigo Alio, com o qual o personagem-narrador conviveu, embora gozasse do status de cidadania portuguesa, não estava totalmente integrada na cultura, usos e costumes portugueses, ou seja europeus. Eles mantinham o fula como sua língua, sua religião não era o cristianismo e preservavam costumes estranhos às “boas maneiras e civilidades” do branco português.

Por isto, a disposição demonstrada pelo personagem narrador em aprender o fula como forma de integração na sociedade nativa é indicativa do movimento de aproximação que este personagem fazia, de certa forma reproduzindo o próprio esforço dos portugueses em aprender línguas africanas para instrumentar a escola colonial<sup>70</sup>, aperfeiçoando suas técnicas de dominação.

Mas se existe um movimento deste personagem em aprender o fula, em outras circunstâncias ele também demonstra uma tentativa de intervenção e de modificação da estrutura cultural daquela comunidade. Uma das passagens que mostra esta interferência é a sua relação com Safi.

### **SAFI e seu mundo.**

*“...Safi. Quando a vi pela primeira vez, estava ao trabalho (...) pilando o arroz. Tinha o pano enrolado à volta dos rins e brilhando ao sol, os seios nus balouçavam ao ritmo do pila-que-sobe-pilão-que-desce. Sorriu, maliciosa, mofina. Já sabia muito bem para onde é que os soldados olhavam. (...) Quando Bubacar nos cedeu a morança e para lá mudei os livros e o saco da roupa, fiz com que Safi passasse a usar sempre o pano enrolado à volta dos sovacos, ou a blusa de folhos...” (Guerra, 1973: 65)*

A intervenção neste caso diz respeito à maneira como Safi se apresentava despertando o desejo e a cobiça dos outros soldados por ela. A primeira atitude do personagem em relação a Safi foi obrigá-la a obedecer critérios de civilidade próprios da civilização ocidental, principalmente no que se refere a guardar a moral e a sexualidade. O que também revela que ele, apesar de jovem, não estava preparado para

---

<sup>70</sup> Em 1906 é criada em Portugal a Escola Superior Colonial, vinculada à Sociedade de Geografia de Lisboa e subordinada ao Ministério das Colônias, concebida como um centro formador dos quadros do império e de produzir um alto saber colonial. Com a mudança da condição de colônias para províncias na década de 50 a escola também sofreu alterações adequando-se as novas necessidades. Fazia parte desta escola o estudo de línguas africanas e orientais como o sânscrito, concani (Índia); quimbundo, rogado suahíli (Moçambique); dialeto do Sena (Zambézia), fula (Guiné) e o teto ou galóli (Timor), além do estudo dos crioulos de Cabo Verde, Guiné, Índia e Macau. (Thomaz, 1997:74-77)

ver sua mulher exhibir suas formas, despertando desejos nos outros soldados, que como ele, não respeitavam a maneira fula de “estar no mundo”.

Porém esta questão da sexualidade de Safi é um pouco mais complexa. A comunidade dela é muçulmana e eles adotam a prática do fanado, ou seja, no começo da puberdade da mulher cortam-lhe o clitóris. O personagem-narrador afirma não saber se alguma vez conseguiu dar prazer a ela, diz que pretendeu dar-lhe muitas coisas inclusive esta. Ainda segundo sua narrativa, ela se surpreendia com coisas que ele lhe dava.

Em decorrência desta mutilação física, Safi não conseguia sentir prazer. O que excluía a responsabilidade do protagonista nesta questão, porque se Safi não sentisse prazer não era por culpa dele, mas sim da sua cultura. Mas ele tentou dar-lhe outras coisas, como se estivesse compensando esta falta de prazer sexual. No entanto, ele não explicita o que exatamente dava a ela.

Estes fatores levam a reflexão sobre a relação entre o soldado e a nativa. Ele necessitava do prazer físico, ela de outras coisas. O amor, como já afirmavam as “Três Marias”, só poderia acontecer na igualdade e não era este o caso.

Vale destacar que em outras obras que representam a permanência dos soldados portugueses no ultramar durante a guerra colonial, como mostram o livro de Antônio Lobo Antunes *Os cus de judas* e o filme *Capitães de Abril* de Maria Medeiros, há referências claras quanto ao envolvimento dos soldados portugueses com as nativas africanas. A relação de Safi e do ex-soldado durou o tempo da estadia dele na Guiné e apesar de se passar na segunda metade do século XX guarda ranços de práticas colonialistas do século XVI.

Segundo o personagem-narrador de *Capitão Nemo e Eu*, era deste modo horizontal que se afirmava a potência lusitana, ou seja, na cama com a mulher indígena, qualquer que fosse a cor e o amor, sempre à portuguesa (Guerra, 1973:150). Formas de convivência colonial baseadas, sobretudo, no sexo entre a mulher colonizada e o homem português.

Por outro lado a teoria luso-tropicalista, formulada por Gilberto Freire<sup>71</sup>, justificava esta aproximação entre o português e a nativa como saudável para a integração das raças. Para melhorar compreendermos a influência desta teoria é importante ressaltar que o luso-tropicalismo serviu a interesses político-ideológicos

---

<sup>71</sup> Gilberto Freire define assim sua luso-tropicologia: “(...) que seria o estudo sistemático de todo um conjunto ou de todo um complexo de adaptações do português aos trópicos e dos trópicos não ao jugo imperial, mas à especialíssima vocação traseuropeia, da gente portuguesa” (Freire, Um Brasileiro em Terras Portuguesas, 1953:02)



durante o Estado Novo, ajudando na construção de uma imagem positiva da identidade cultural portuguesa. A adesão ao luso-tropicalismo por pessoas ligadas à oposição ajuda a entender a quase convergência da elite nacional em torno da defesa da integridade da “nação pluricontinental portuguesa” até finais dos anos 60. A oposição democrática (com exceção do MUD-Juvenil e o PCP, que respectivamente, em 1953 e em 1957, reconheceram o direito à independência dos povos das colônias portuguesas) só nas eleições de 1969 assumiu posição pública a favor da autodeterminação dos povos (Castelo, 1999:14-15).

A teoria de Gilberto Freire, além da repercussão interna, contribuiu na defesa da permanência dos portugueses no ultramar, junto à comunidade internacional. Gilberto Freire legitimou a política colonial portuguesa, comprometendo-se com o salazarismo. Sua contribuição foi importante porque tratava-se de um respeitável sociólogo brasileiro, portanto um cientista oriundo de uma ex-colônia portuguesa, que usava seu saber e autoridade científicos para defender a colonização portuguesa nos trópicos.<sup>72</sup>

Dentro desta perspectiva do luso-tropicalismo na sociedade portuguesa, deve-se destacar que Gilberto Freire atribui à mulher africana um papel determinante na integração do luso no trópico:

*“Age, a mulher de cor assim socialmente situada, como um elemento magnífico de aproximação do esposo ou do amante branco com as condições tropicais de vida. Como um elemento de integralização do filho mestiço nas condições tropicais de vida, sem prejuízo do que nele se conserve de lusitano e de cristão. (...)”*

*(...) Da mulher africana, de Angola, no seu estado ou condição primitiva destaque-se que, como a ameríndia no Brasil, tem sido, mais do que o homem, o ponto de encontro da cultura adventícia com a indígena”*(Freire, *Aventura e Rotina*, 1953: 403-405).

Segundo a teoria do luso-tropicalismo, a africana, pela sua docilidade e amorosidade, facilitaria a integração e fixação do português em solo africano, inclusive porque não ofereceria resistência a traços da cultura branca, como a religião.

Dada esta predisposição da africana em ser o ponto de encontro entre as duas culturas, não seria estranho este envolvimento sexual entre os soldados e as nativas.

---

<sup>72</sup> Em resposta ao livro de Gilberto Freire *O mundo que o Português criou*, Lisboa, Edição Livros de Brasil, 1951, Gabriel Mariano, cabo-verdiano publicou *O Mundo que o Mulato criou*, in colóquios cabo-verdianos, demonstrando que suas obras tiveram boa aceitação por portugueses mas não nos círculos africanos.

Nessa perspectiva, o envolvimento do personagem-narrador com Safi se legitima e justifica porque representava um ponto de encontro, positivo, entre culturas diferentes.

Na obra de Álvaro Guerra há uma transposição da idéia central do romance de José de Alencar, *Iracema*, segundo a qual, do encontro entre o colonizador e a índia nasceria uma nova civilização. Porém como a *zona de contato*, no caso de *Capitão Nemo e Eu*, é a guerra este romance idílico não teve o mesmo fim de *Iracema*.

Do contato entre Safi e o personagem-narrador nasceu Amadu. Como foi gerado na barriga da miséria, morreu no terceiro dia de vida, vítima de anemia:

*“...nasceu quase branco, rosto inchado, mãos fechadas, cabelo ralo. Chorava pouco e logo mostrou o amarelo dos olhos. (...) Colocou a esteira junto de Safi e do recém-nascido e de lá não saiu durante os três dias que ele durou.(...) Pela primeira vez, saí para encontrar a morte, numa noite muito longa e cheia de estrela, escondido no mato, à beira da picada, com oito camponeses da Beira-Alta e um ardina de Lisboa. Voltei de manhã cedo e encontrei o filho morto...”*(Guerra, 1973:44-45)

Se o encontro sexual entre estes dois expoentes de mundos diferentes não deixava de acontecer, o seu desenrolar já não sustentava o mito romântico criado por José de Alencar e atualizado por Gilberto Freire. Embora sem prazer sexual, Safi se deita com o soldado português, que lhe deu coisas em troca. Fruto deste encontro sexual nasce o filho, não desejado que nasce quase morto.

O filho era fruto não de sentimentos, mas de necessidades e de interesses produzidos por mundos desiguais.

Amadu é uma metáfora das províncias ultramarinas. Foi gerado na miséria, e de anemia morreu. Sua morte foi lenta, como são as mortes por fome. Para esta doença não tinha cura e nem mandingas, como aquelas realizadas pelas mulheres mais velhas da tribo de Safi. Amadu estava condenado ao desaparecimento desde o momento de sua concepção.

A metáfora que se constrói nesta história é a da inevitável morte de um projeto de nação que tinha como um dos seus pressupostos básicos a promoção das colônias em províncias ultramarinas, elevando-as ao patamar de entes integrantes da nação portuguesa.

Mesmo que legalmente as províncias e seus habitantes estivessem integrados à nação portuguesa, a realidade desses povos estava muito distante da realidade do povo da Metrópole. Eles estavam separados por séculos de dominação colonial.

Mesmo que esta tenha sido uma “*escravização adoçada quase sempre pela miscigenação*” , como afirmou Gilberto Freire, o adjetivo não anula a condição de escravização e sujeição total de um povo a outro. Os ódios e rancores que tal situação gerou explodiram na forma de guerra dos negros contra os portugueses.

É sintomático que Amadu tenha morrido enquanto seu pai saía para matar pessoas que como ele haviam nascido naquele pedaço de chão, chamado Guiné. Essa morte representava a impossibilidade de contato duradouro entre o português e o africano. Naquele momento e no futuro, os caminhos estavam fechados e a esperança não habitava mais os sonhos de nenhuma das partes.

A única alternativa para este soldado era sair dali e procurar seu lugar, que ele não sabia mais qual era.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O sociólogo Boaventura Souza Santos ao refletir sobre as conseqüências do 25 de abril em Portugal, separa, em sua análise, Estado e Sociedade. Quanto ao primeiro considera que o colapso do regime não implicou em colapso generalizado do Estado: a ruptura se deu no que se refere às características fascistas do velho regime: um partido único, uma polícia política, presos políticos, repressão da liberdade de expressão e de associação. A transformação mais profunda, segundo o autor, ocorreu na explosão do movimento social popular que sobreveio imediatamente depois do golpe. (Ferreira, 2000:9-10).

José Medeiros Ferreira afirma que, de 1974 até os anos oitenta se assistiu, em Portugal, a grandes modificações na história das mentalidades e do cotidiano. Os espaços de sociabilidade se alteraram e mudaram os valores morais e estéticos. Aquilo que era tabu no passado deixou de sê-lo. Se o gosto pela política alcançou seu grau mais elevado, também a pornografia e o erotismo irrompeu em uma sociedade claustrofóbica até o 25 de abril, com uma permissividade que não recordava o salazarismo. Também, no começo dos anos oitenta, outras possibilidades se abrem a um Portugal cheio de paixões: o problema da identidade nacional e de uma literatura que se quer consagrar além das fronteiras. (idem, 205)

Através destas reflexões podemos concluir que a ruptura política provocada pela Revolução dos Cravos, alterou o sistema político português, possibilitando o advento de uma democracia, sem sobressaltos. Quer dizer, Portugal não alterou as bases econômicas e sociais da sua estrutura, integrada na ordem capitalista internacional.

A maior alteração se deu justamente nos setores mais diretamente ligados a vida privada dos portugueses, ou seja, no plano das liberdades individuais (de expressão, sexual, etc.), alterações na organização familiar, com uma maior participação feminina no processo de produção econômica e social. Além de uma nova forma de identidade portuguesa, que se distanciava da nostalgia de um passado glorioso do tempo dos descobrimentos.

Todas estas alterações foram, de certa forma, antecipadas pelas obras literárias que aqui foram examinadas, pois se a ditadura cerceou o trabalho dos escritores portugueses impondo limitações à criação artística e à produção cultural, acabou também levantando ondas de protesto e processos de resistência..

Urbano Tavares Rodrigues, ao abordar em sua obra a condição do encarceramento, da falta de liberdade de expressão e da repressão política da qual foi vítima deixou implícita a necessidade de democratização do país, que se transformou numa bandeira de luta que incentivou a ida do povo às ruas em apoio aos militares revoltosos.

O apoio individual às causas coletivas é tema central na sua obra literária, que associa a realização individual à luta pela igualdade e fraternidade. O autor insiste na idéia de que a alienação em relação a essas causas, que deriva do egoísmo e individualismo, conduz à infelicidade e impossibilidade de realização pessoal.

No que se refere à liberação feminina, tema abordado pelas “Três Marias”, cabe lembrar que, nas fotos do 25 de abril é comum encontrarmos imagens de mulheres, sozinhas, vestindo calças compridas, com cabelos soltos e sorriso no rosto. Essas imagens sugerem regozijo em relação à conquista de uma liberdade ansiosamente aguardada.

Porém a imagem mais forte da revolução dos cravos com certeza é a do militar segurando sua arma com um cravo preso na ponta de um fuzil. Foi esta imagem que circulou pelo mundo como símbolo da vitória pacífica contra a ditadura salazarista.

A leitura da obra de Álvaro Guerra permite entender porque os militares, de baixa patente como os capitães, orquestraram o Movimento das Forças Armadas colocando um fim à ditadura de quase meio século.

A ruptura política festejada em manifestações de massa e através dos símbolos de vitória não permite perceber como foi sendo construída essa transformação anunciada nas obras literárias que tiveram papel importante na preparação de um ambiente propício à concretização de práticas políticas que resultara na queda da ditadura.

O autor, ao transformar em texto o contexto em que vive, traz uma reflexão, e não reflexo, do quadro social e político que enxerga. Dessa forma contribui para a estruturação de uma resistência a um poder que se quer neutralizar além de fornecer uma perspectiva organizadora de uma nova compreensão do mundo vivido. “*Não importa que opiniões alguém tenha, mas o que essas opiniões fazem de um homem*” (Benjamin, 1985:197)

As obras literárias que analisamos desempenharam um papel fundamental nessa transformação política porque atuaram, de forma decisiva, como arma de resistência à ditadura instaurada pelo Estado Novo português.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES:

- BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa e COSTA, Maria Velho. **Novas Cartas Portuguesas**, Lisboa, Editorial Futura, 1974.
- GUERRA, Álvaro, **O Capitão Nemo e Eu**, Lisboa, Editorial Estampa, 1973.
- CAETANO, Marcello: **Depoimento**, Rio de Janeiro, Record, 1974.
- RODRIGUES, Urbano Tavares, **Contos da Solidão**, Amadora, Livraria Bertrand, 1972.
- ALCOFORADO, Sórora Mariana . **Cartas Portuguesas**, Lisboa, Europa-América, 1966.
- II Congresso Republicano de Aveiro, **Teses e Documentos**, Seara Nova, Lisboa, 1969.
- 3º Congresso da Oposição Democrática, **Teses – Organização do Estado e Direitos do Homem**, Seara Nova, 1974.

### GERAL:

- ABDALA Júnior, Benjamin. Estado e nação nas literaturas de língua portuguesa: perspectivas político-culturais. In ANAIS DE ESTUDOS LITERÁRIOS 4, Assis – SP. Editora Arte e Cultura, 1994.
- ABDALA Júnior, Benjamin. **Literatura História e Política – Literaturas de língua portuguesa no século XX**. São Paulo, Editora Ática, 1988.
- ABDALA Júnior, Benjamin. **História Social da Literatura Portuguesa**, São Paulo, editora Ática, 1982.
- ADORNO, Theodor W. **Notas de Literatura I**, São Paulo, Duas Cidades, 2003.
- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural - O iluminismo como Mistificação de massa, in LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa**, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.
- ALEXANDRE, Valentim. O Império Colonial. In: PINTO, Antônio Costa (Coordenador).: **Portugal Contemporâneo**. s/l, Editora Sequitur, s/d.
- ALMEIDA, Maria Aparecida Fonseca de, **Novas Cartas Portuguesas: O exercício da linguagem e o exercício da Paixão**, dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 1983.

- ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do Ultracolonialismo**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- ARRIAGA, Lopes. **Mocidade Portuguesa – Breve História de uma Organização Salazarista**, Lisboa, Coleção História do Regime Salazarista, 1976.
- AUERBACH, Erich, **Mimesis**, São Paulo, Editora Perspectiva S.A, 1994.
- AZEVEDO, Cândido de. **Mutiladas e Proibidas – Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo**, Editorial Caminho, 1997.
- AZEVEDO, Cândido. **A Censura de Salazar e Marcelo Caetano. Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro**, Lisboa, Caminho Nosso Mundo, 1999.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica Arte e Política**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Época de Sua Reprodutibilidade Técnica in LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa**, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.
- BERNARD, Jean-Pierre A. Une “ Pensée 68 ? in ORY, Pascal (dir) **Nouvelle Histoire des Idées Politiques**, Hachette, 1987.
- BESSA-LUÍS, Agustina. **A Sibila**, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1982.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Difusão Européia do Livro, SP, 1970.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Fundação Editora da Unesp (DFEU), São Paulo, SP, 1997
- BOBBIO, Norberto, Matteucci Nicola, Pasquino Gianfranco. **Dicionário de Política**. Editora UNB, Brasília, 1983.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. Cia das Letras, São Paulo, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Editora Perspectiva, SP, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Editora Bertrand Brasil Ltda, SP, 2004.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. Cia Editora Nacional, São Paulo, 1976.
- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo**, Campinas, Papius, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena e Dutra, Eliana Regina de Freitas, Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. in



- CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (Orgs.): **Representações - Contribuição a um Debate Transdisciplinar**, Campinas, SP, Editora Papirus, 2000.
- CAPELATO, Maria Helena R.. Mudanças Históricas e Revisões Historiográficas. In PASSETTI, Edson, QUEIROZ José J., CAPELATO, Maria Helena et alii. **Modernidade – Globalização e Exclusão**, São Paulo, Editora Imaginário, 1996.
  - CAPELATO, Maria Helena R. A Literatura Argentina no Regime Peronista. In Almeida, Jaime (org.) **Caminho da História da América no Brasil – Tendências e contornos de um campo Historiográfico.**, ANPHLAC, 1998.
  - CARDDOSO, Ciro Flamarion. Uma Opinião Sobre as Representações Sociais. in CARDOSO, Ciro Flamarion e Jurandir MALERBA (Orgs.).**Representações - Contribuição a um Debate Transdisciplinar**, Campinas, SP, Editora Papirus, 2000.
  - CARVALHO, Sandra Helena Terciotti. **O desespero existencial e a fraternidade social em Contos da Solidão de Urbano Tavares Rodrigues**. Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 2000.
  - CASTELO, Cláudia. **O Modo Português de Estar no Mundo, o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa ( 1933-1961)**. Porto, Edições Afrontamento, 1999.
  - CHALLOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda(Org.), **A História Contada: Capítulos de história social da literatura no Brasil**, Editora Nova Fronteira,
  - CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand do Brasil, 1990.
  - CHIAPPINI, Ligia. Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. **Literatura e Sociedade** n° 05, São Paulo, Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, FFLCH, USP, 2000.
  - CHIAPPINI, Ligia, Forma e História na crítica literária brasileira: a atualidade de Antônio Cândido, in ANDRADE, Ana Luiza; CAMARGO, Maria Lucia; ANTELO, Raúl. **Leituras do Ciclo**. Chapecó - SC, Editora Grifos, 1999.
  - CHAUI, Marilena. Sobre o medo, in CARDOSO, Sergio, CHAUI, Marilena, FERREIRA, Luzilá Gonçalves et aliii. **Os Sentidos da Paixão**.São Paulo, Editora Schwarcz, 1998.

- CHAUI, Marilena. **Repressão Sexual**. São Paulo, Editora Brasiliense. 1988.
- COELHO, Nelly Novaes, O discurso-em-crise na literatura feminina portuguesa. in **Via Atlântica** n° 02, São Paulo, USP, 1999.
- COELHO, Nelly Novaes. A Guerra Colonial no Espaço Romano. in **Via Atlântica** n° 07, São Paulo, USP, 2004
- COGGIOLA, Osvaldo (org.) **Espanha e Portugal – O fim das Ditaduras**. São Paulo, Xamã Editora, 1995.
- COVA, Anne e PINTO, António Costa. O Salazarismo e as Mulheres - uma abordagem comparativa. in **Penélope - Fazer e desfazer história** n° 17, Edições Cosmos, Lisboa, 1997
- DELEUZE, Gilles e GUATARI, Felix. **Mil Platôs**. 5 vls, São Paulo: Editora 34, 1995-97.
- DOSSE, François. “La Mémoire Fragmentée. Paul Ricoeur: entre mémoire, histoire et oubli.” In Cahiers français. **La Mémoire, Entre Histoire et Politique**, no. 303, juillet-août, 2001.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Civilização Brasileira, s/d.
- FELMAN, Yvonne. Diálogo com a Mulher Portuguesa. In **Salazar Visto do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1962.
- FERENZI, Thomas (dir.) **Devoir de Mémoire, Droit à l’oubli?**, Bruxelles, Editions, Complexe, 2002.
- FERREIRA, Isabel Alves. Mocidade Portuguesa Feminina. in **Revista de História das Idéias**. Coimbra, Vol. 16 - 1994
- FERREIRA, José Medeiros. Portugal em transe – 8º Volume. In MATTOSO, José (dir). **História de Portugal**. Lisboa. Editorial Estampa.
- FERREIRA, José Medeiros. Após o 25 de Abril. in TENGARRINHA, José (Org.): **História de Portugal**, Bauru, EDUSC, 2001.
- FERREIRA, Virgínia. Sexualizando Portugal: Mudança Social, Políticas Estatais e Mobilização Social das Mulheres. In: PINTO, António Costa (Coordenador): **Portugal Contemporâneo**. s/l, Editora Sequitur, s/d.
- FOUCAULT, Michel, **A ordem do Discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Edições Graal, RJ, 2002.

- FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade 1 - A vontade de saber**. Edições Graal, RJ, 1993.
- FREIRE, Gilberto. **Aventura e Rotina**. Editora José Olympio, RJ, 1953.
- FREIRE, Gilberto. **Um Brasileiro em Terras Portuguesas**. Editora José Olympio, RJ, 1953
- FREIRE, Gilberto. **Integração Portuguesa nos Trópicos**. Ministério do Ultramar – Portugal, 1958.
- HUNT, Lynn. **A invenção da pornografia - obscenidade e as origens da modernidade 1500-1800**. São Paulo, Editora Hedra Ltda, 1999.
- HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. SP, Martins Fontes, 2001.
- KOTHE, Flávio R. **Walter Benjamin**. Editora Ática, SP, 1985.
- LAMAS, MARIA. Saudação, in **Teses e Documentos – textos integrais**. II Congresso Republicano de Aveiro. Seara Nova, 1969.
- LÉONARD, Yves. **Salazarismo e Fascismo**. Editorial Inquérito, Mem Martins, 1998.
- LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa**, RJ, Paz e Terra, 1978.
- LOPES, Oscar. **Os sinais e os sentidos. Literatura portuguesa do século XX**. Lisboa, Editora Caminho, 1986.
- LOURENÇO, Eduardo. **O Canto do Signo Existência e Literatura ( 1957-1993)**. Lisboa, Editora Presença, 1994.
- LOURENÇO, Eduardo. São Paulo, Cia das Letras, 1999.
- LOURENÇO, Eduardo. **A Nau de Ícaro**. São Paulo, Cia das Letras, 2001.
- LEOPOLDO e SILVA, Franklin. Liberdade e Compromisso, in **CULT** nº 91, Abril 2005, São Paulo, SP, editora Bregantini.
- MAGALHÃES, Maria José. **Movimento Feminista e Educação - Portugal décadas de 70 e 80**. Celta Editora, Oeiras, 1998.
- MAGRO, Aínda Loureiro. Mensagem (Em representação de um grupo de famílias de presos políticos), in **Teses e Documentos – II Congresso Republicano de Aveiro**, Seara Nova, Lisboa, 1969.
- MARCUSE, Herbert. A Arte na Sociedade Unidimensional. in LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. RJ, Zahar Editores, 1972.

- MARQUES, A . H. de Oliveira. **História de Portugal** vol. III. Lisboa, Palas Editores, 1981.
- MARQUES, A . H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- MATA Eugénia e NUNO, Valério. **História Económica de Portugal - uma perspectiva global**. Lisboa, Editorial Presença, 1994.
- MATOS, Olgária C. F. **Paris 1968 - As Barricadas do Desejo**. Brasiliense, SP, 1981
- MAXWELL, Kenneth. **A Construção da Democracia em Portugal**. Lisboa, editorial Presença, 1999.
- MELO, João. **Os anos da Guerra 1961-1975 - Os Portugueses em África, Crônica, ficção e História**. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MENDES, José Manuel. **Por uma Literatura de Combate**. Apartado, Livraria Bertrand.
- MESQUITA, Mário. **Eduardo Lourenço, Cultura e Política na Época Marcelista**. Lisboa, Editora Cosmos, 1996.
- MISKULIN, Silvia Cezar. **Cultura Ilhada – Imprensa e Revolução Cubana (1959 – 1961)**. São Paulo, SP, 2003.
- MÔNICA, Maria Filomena. **Educação e Sociedade no Portugal de Salazar**. Editorial Presença, Lisboa, 1978.
- NUNES, Natália. **A Condição da Mulher Portuguesa**, Editorial Estampa, Lisboa, 1972.
- PENHA, João da. **O que é existencialismo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.
- PESCHANSKI, Denis, et autres (dir.) **Histoire Politique et Sciences Sociales**, Bruxelles, Editions Complexe, 1991.
- PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**, Bauru, EDUSC, 1998.
- PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História, Operários, Mulheres e Prisioneiros**, RJ, Editora Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle e DUBY, Georges. **História das Mulheres no Ocidente**, Porto/São Paulo, Afrontamento/Ebradil, s/d.

- PINTASSILGO, Maria de Lourdes. Prefácio. In.: BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da. **Novas Cartas Portuguesas**, Lisboa, Moraes Editora, 1980.
- PINTO, Jaime Nogueira. **O Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril**. Viseu, Difel Difusão Editorial, 1999.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império - relatos de uma viagem e transculturação**. Bauru, SP, 1999.
- PRATT, Mary Louise. Pós-Colonialidade: Projeto incompleto ou irrelevante? in VÉSCIO, Luiz Eugênio, SANTOS, Pedro Brum. **Literatura e História**.
- PINTO, Júlio Pimentel. **Uma Memória do Mundo – Ficção, Memória e História em Jorge Luis Borges**, São Paulo, Editora Estação Liberdade Ltda, 1998.
- REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. A prosa portuguesa contemporânea: Texto, contexto, intertexto, In **Anais de Estudos Literários**, 4. Assis – SP. Editora Arte e Cultura, 1994.
- REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. **O Romance Português Contemporâneo**. Santa Maria, Edições UFSM, 1986.
- REVUE Le Débat. Histoire, Politique, Sociéte. Mémoire du XXe. Siècle, Paris, Gallimard, no. 122, novembre-decembre, 2002.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Portugal - Do passado atlântico ao futuro da Europa. in: SZESZ, Christiane Marques e outros (Org.) **Portugal-Brasil no século XX - Sociedade, Cultura e Ideologia**. Bauru, EDUSC, 2003.
- RICOEUR, Paul. **La Mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris, Seuil, 2000.
- RODRIGUES, Julieta Almeida. Continuidades e mudanças nos papéis das mulheres portuguesas urbanas - O aparecimento de novas estruturas familiares. **Cadernos Condição Feminina**. Edição de Comissão Para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres - Ministério do Emprego e da Segurança Social, Portugal, 1995.
- RODRIGUES, Urbano Tavares. Um Conceito de Liberdade, in **Teses e Documentos** – II Congresso Republicano de Aveiro, Seara Nova, Lisboa, 1969.
- ROSAS, Fernando. O Marcelismo e a crise final do Estado Novo. in: ROSAS, Fernando (Org.). **Portugal e a transição para a Democracia ( 1974-1976)**. Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares, 1999.
- ROSAS, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). In: Mattoso, José (Dir.). **História de Portugal**, Editorial Estampa, s/d

- SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, Helenice Rodrigues. A história como A Representação do Passado: A Nova Abordagem da Historiografia Francesa. in CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações - Contribuição a um Debate Transdisciplinar**. Campinas, SP, Editora Papyrus, 2000.
- SILVA, Armando B. Malheiro da e GARCIA, José Luís Lima. Norton de Matos e a Oposição à Política Colonial de Salazar. in **Revista de História das Idéias**. Coimbra, Vol. 17 - 1995
- SANTOS, Boaventura de Sousa: "Bloqueio em Movimento?" Revista Visão, 24/04/2003, in [www.uc.pt/cd25a](http://www.uc.pt/cd25a)
- SANTOS, António Almeida. A Revolução e a questão colonial. Que descolonização?. in ROSAS, Fernando (Org.). **Portugal e a transição para a Democracia ( 1974-1976)**. Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares, 1999.
- SANTOS, João Camilo dos. A Literatura Portuguesa Contemporânea. In: PINTO, António Costa (Coordenador): **Portugal Contemporâneo**. s/l, Editora Sequitur, s/d.
- SARAIVA, António José e LOPES, Lopes. **História da literatura portuguesa**. Porto, Porto Editora, Portugal, 1996, 17ª edição.
- SARTRE, Jean-Paul e FERREIRA, Vergílio. **O Existencialismo é um Humanismo**. Lisboa, Editorial Presença, Lisboa, 1970.
- SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos Intelectuais**. Editora Ática, São Paulo, SP, 1994.
- SARTRE, Jean Paul. Prefácio. in FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Civilização Brasileira.
- SECCO, Lincoln Ferreira. **A Crise do Império Colonial Português: Economias, Espaços e Tomas de Consciência ( 1961-1975)**. - Tese Doutorado - FFLCH - História Econômica - USP, SP, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2003

- SILVA, Manuel Carvalho da. **A Revolução e a questão social. Que Justiça Social?** ROSAS, Fernando (Org) **Portugal e a transição para a Democracia (1974-1976)**. Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares, 1999.
- SOARES, Vera Lúcia. Representações literárias de uma “Guerra Invisível”: a década de 1990 na Argélia. in **O Tempo**. nº 17, UFF, Jul. 2004.
- TEIXEIRA, Rui de Azevedo. **A Guerra e a Literatura**. Veja Editora, Lisboa, 2001.
- TENGARRINHA, José e DIAS, Augusto da Costa. A Situação do Escritor em Portugal. In **Teses e Documentos – II Congresso Republicano de Aveiro**, Seara Nova, Lisboa, 1969.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o Terceiro Império Português**. Tese de Doutorado, Antropologia, FFLCH, SP, 1997
- TORRAL, Luís Reis. O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo e Europa. in TENGARRINHA, José (Org.).**História de Portugal**. Bauru, EDUSC, 2001.
- TORRAL, Luís Reis. **História e Ideologia**. Coimbra, Minerva, 1989